

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**Núcleo de Ciências e Tecnologia**

**ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA  
COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA?**

Berenice Perpetua Simão

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Walterlina Brasil.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

PORTO VELHO (RO)  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Berenice Perpetua Simão**

A Banca de defesa de Mestrado presidida pela orientadora *Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Walterlina Barboza Brasil* e constituída pelos examinadores *Prof. Dr. Osmar Siena* e *Prof. Dr. Ene Gloria da Silveira* reuniu-se no dia 31 de Agosto de 2010, às 15:00 horas, no mini-auditório do PGDRA-UNIR Campus para avaliar a Dissertação de Mestrado intitulada “**Atuação das IES e Desenvolvimento Regional: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA?**” da mestranda Berenice Perpetua Simão Após a explanação da candidata e arguição pela Banca Examinadora, a referida dissertação foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA foi **APROVADA**.

Porto Velho, 30 de agosto de 2010.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Walterlina Barboza Brasil \_\_\_\_\_  
Presidente

Prof. Dr. Osmar Siena \_\_\_\_\_  
Membro

Prof. Dr. Ene Glória da Silveira \_\_\_\_\_  
Membro

À  
Beatriz Gomes Gomes Simão, minha mãe,  
que mesmo sem gostar da vida escolar  
foi ser professora  
somente porque eu queria ir para escola

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família que compreendeu minha ausência e financiou-me quando necessário:

Hugo pela companhia,  
Iuri na busca incansável de materiais que eu deixava na Xerox da UNIR,  
Rogério pelo auxílio na construção dos gráficos e revisão  
Victor e Vinícius pelo carinho constante.

À  
Laura Nogueira, colega de curso, pelo ABSTRACT.

À Prefeitura de Porto Velho pelo apoio às informações e apoio às horas de estudos:

em especial aos funcionários e funcionárias da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no fornecimento de dados, participação nos debates e análises, principalmente as Técnicas e Chefes da Divisão de Ensino Rural (DIER) e minhas companheiras de jornada desde 2007 – todos aqueles e aquelas do Projeto Ribeirinho:

Arenilse  
Domares  
Dutka  
Eny  
Francisca  
Francisco – Jim  
João Batista  
Joel  
Leandra  
Lene  
Lindalva  
Lucélia  
Lucia  
Maise  
Marinalva  
Regival (Val)  
Silvana  
Timaia  
Wagnete  
Wanderleia,

A Universidade Federal de Rondônia:

Dra. Walterlina pela orientação e inserção no mundo acadêmico das publicações e pesquisas;  
Dr. Osmar Siena na orientação metodológica;  
Dr. Ari Ott pela busca de parcerias entre o Ensino Fundamental e Extensão Universitária junto à SEMED – fato que originou esta pesquisa;  
Dr. Ene Glória pela colaboração no cumprimento de prazos para defesa.

## RESUMO

Estuda-se, neste trabalho, as relações estabelecidas entre os Projetos de Pesquisas e Extensão das Instituições de Ensino Superior (IES) e as comunidades escolares da Região do Baixo Rio Madeira. O objetivo da pesquisa foi analisar estas relações com vistas a discutir o processo de interação entre as IES e as comunidades escolares naquela região. Sendo as escolas locais as únicas instituições representantes do saber formal naquelas comunidades, este trabalho aponta caminhos para uma melhor interação entre as IES e as escolas de educação básica daquelas localidades, estudando cinco comunidades de difícil acesso. A base teórica partiu da reflexão do papel da educação como parte do desenvolvimento regional, uma vez que permite compreender que as práticas de políticas públicas em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) tem condições potenciais para que os saberes produzidos nas atividades e em decorrência da produção científica devem se fazer presentes em todos os níveis de ensino de forma interativa contribuindo para com os diversos saberes escolares. Utiliza-se os conceitos de Bardin para orientar a análise metodológica que se constitui a partir da pesquisa documental com a técnica de análise de conteúdos. Dentro dessa abordagem de pesquisa levantaram-se vários resultados da atuação da IES na região do Baixo Rio Madeira. Os materiais analisados foram aqueles que resultaram de projetos em forma de: Trabalhos de Conclusão de Cursos; Monografias, Dissertações, Teses e Projetos de extensões. A coleta foi procedida em Bibliotecas, acervos dos Programas de Mestrados e de estudos da Universidade Federal de Rondônia - UNIR/RO; Departamento de extensão da Faculdade São Lucas/Rondônia e da página virtual do Núcleo de Apoio a Populações Ribeirinhas – NAPRA/SP. A partir da análise de conteúdo elaborou-se quadro com categorias temáticas para concluir que as Instituições de Ensino Superior atuantes na região com pesquisa e extensão, são em grande parte, Instituições Federais e possuem frágil relação com a comunidade escolar local, uma vez que, as comunidades desconhecem os resultados das pesquisas realizadas em sua região. A educação como mecanismo importante para discussão do desenvolvimento de uma comunidade e região pode articular-se melhor se Instituições de Ensino Superior e Ensino Básico estabelecerem relações confluentes de forma que a produção científica dê subsídios para a comunidade escolar refletir e debater seu próprio desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Ensino Superior, Amazônia, Rio Madeira, Ribeirinhos, Divulgação Científica, Extensão Universitária.

## ABSTRACT

This work studies the relations established between the Research and Outreach Projects of the Higher Education Institutions (HEI) and school communities of the lower Madeira River. In this research we aimed to analyze these relations in order to discuss the process of interaction between the HEI and the school communities in that region. As the local schools are the only institutions that represent formal knowledge in those communities, this study points out ways for a better interaction between the HEI and primary education schools in those regions, having five communities of difficult access as a study case. The theoretical basis for discussion was centered in the assumption that education is essential for regional development once it allows the comprehension that the practices of public policies in all levels of the teaching practice (elementary, intermediate, high and higher education) have potential conditions so that knowledge produced in the activities and as a result of scientific production must be present in all teaching levels in an interactive way, contributing to all the school knowledge. Bardin's concept was used to guide the methodological analyses, which is constituted from the documental research using the content analyses technique. From within this research approach we came up with many results of the HEI practice in the region of the lower Madeira River. The material analyzed was the one which resulted from projects, in forms of courseworks, monographs, dissertations, theses, and outreach projects. The collection was carried out in libraries, in master's programs book collections and from studies made by the Federal University of Rondônia – UNIR/RO; in the Outreach Department of São Lucas College/Rondônia and from the virtual page of Center for Riverine Populations Support – NAPRA/SP. From the content analysis, a framework was drawn up with thematic categories that served as subsidies to state that the HEIs in the region that deal with research and extension are, in great part, Federal Institutions and that they have a fragile relation with the local school community, since those communities ignore the results of the research conducted in their region. Education, as an important means to discuss the development of a community and of a region, can articulate better if HEIs and institutions of elementary education establish confluent relations so that scientific production give support to the school community in order for them to reflect and debate their own development.

**Key words: High Education, Amazon, Madeira River, Riverine People, Scientific Popularization.**

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa de São Carlos a Calama	15
<b>Figura 2</b>	América do Sul, Brasil, Rio Madeira na Amazônia/RO	16
<b>Figura 3</b>	Foto: Transporte escolar fluvial.	24
<b>Figura 4</b>	Foto: Alunos em atividades de estudo sobre acordo pesqueiro	25
<b>Figura 5</b>	Foto: Atividade de teatro como ferramenta pedagógica	25
<b>Figura 6</b>	Foto: Lago do Cuniã.	25
<b>Figura 7</b>	Foto: Mostra de trabalhos inter-classe Escola Floriano Peixoto – Nazaré	27
<b>Figura 8</b>	Foto: Oficina de Educação Ambiental em parceria com a polícia ambiental.	27
<b>Figura 9</b>	Foto: Grupo Minhas Raízes no Teatro Banzeiros, Porto Velho	27
<b>Figura 10</b>	Foto: Oficina de Educação Ambiental.	27
<b>Figura 11</b>	Foto: Encerramento da primeira turma do Projeto Ribeirinho/2009 – Santa Catarina, Distrito de Nazaré	28
<b>Figura 12</b>	Foto: Santa Catarina: Alunos e comunidade encontram-se para reunião	28
<b>Figura 13</b>	Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassú. Papagaios, Distrito de Calama.	29
<b>Figura 14</b>	Natal na casa de farinha	30
<b>Figura 15</b>	Atividades de artes na escola.	30
<b>Figura 16</b>	Escola João de Barros Gouveia. Alunos em atividades artísticas.	30
<b>Figura 17</b>	Foto encerramento da Primeira Turma do Projeto Ribeirinho/2009	32
<b>Figura 18</b>	Foto atividade recreativa em aulas de ciências no campo ao lado da escola Castro Alves	32



## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b>	Populações dos Distritos Baixo Rio Madeira	20
<b>Quadro 2</b>	Produção comercializada	21
<b>Quadro 3</b>	Ampliação do atendimento ao ensino fundamental nas comunidades ribeirinhas	22
<b>Quadro 4</b>	Ampliação número de escolas zona rural de Porto Velho	23
<b>Quadro 5</b>	Demonstrativo de trabalhos analisados por universidade	53
<b>Quadro 6</b>	Demonstrativo por ano de defesa e/ou publicação	53
<b>Quadro 7</b>	Demonstrativo por tema de pesquisa ou atuação do projeto	54
<b>Quadro 8</b>	Quarta categoria temática: níveis de envolvimento com a comunidade escolar	69

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b>	Atendimento ensino fundamental nas comunidades pesquisadas	23
<b>Gráfico 2</b>	Tipos de transportes	24
<b>Gráfico 3</b>	Dissertações UNIR	56
<b>Gráfico 4</b>	Citação da comunidade escolar	57
<b>Gráfico 5</b>	Registro da comunidade escolar	58
<b>Gráfico 6</b>	Relevância do registro para educação local	59
<b>Gráfico 7</b>	Níveis de envolvimento das produções científicas analisadas para com a comunidade escolar	61
<b>Gráfico 8</b>	Documentos científicos encontrados nas escolas ribeirinhas do Baixo Madeira.	63
<b>Gráfico 9</b>	Registro e relação entre os saberes	66

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CME</b>	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>CONAE</b>	CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>CPPT-CUNIÃ</b>	CENTRO DE ESTUDOS DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS CUNIÃ
<b>CRES</b>	CONFERENCIA REGIONAL ENSINO SUPERIOR NA AMERICA LATINA E NO CARIBE
<b>DAI</b>	DEPARTAMENTO DE APOIO AOS DISTRITOS DO INTERIOR
<b>DIER</b>	DIVISÃO DE ENSINO RURAL
<b>EMATER</b>	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
<b>FIES</b>	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
<b>FMP</b>	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA
<b>FMP</b>	FACULDADE MUNICIPAL DE
<b>IES</b>	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
<b>IFES</b>	INTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
<b>INEPE</b>	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA EDUCAÇÃO
<b>ISA</b>	INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL
<b>LDB</b>	LEIS DE DIRETRISES E BASES DA EDUCAÇÃO
<b>INPETAm</b>	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS AMAZONICA
<b>NAPRA</b>	NÚCLEO DE APOIO A POPULAÇÕES RIBEIRINHAS – ONG/SP
<b>PGDRA</b>	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE
<b>PIAL</b>	PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL
<b>PNDs</b>	PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS
<b>PPG-7</b>	PROGRAMA PILOTO DE PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
<b>PROUNI</b>	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
<b>PMPV</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
<b>RESEX</b>	RESERVA EXTRATIVISTA
<b>SEMED</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
<b>SEMAGRIC</b>	SECREATIRA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
<b>SESC</b>	SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO
<b>TCCs</b>	TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS
<b>UFRJ</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
<b>UFSCar</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/SAO PAULO
<b>UNB</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASILIA
<b>UNAMAZ</b>	UNIAO DAS UNIVERSIDADES DA AMAZONIA
<b>UNESP</b>	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO
<b>UNIR</b>	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
<b>USP</b>	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO VELHO .....</b>	<b>18</b>
2.1 RESEX LAGO DO CUNIÃ E A ESCOLA FRANCISCO BRAGA .....	24
2.2 DISTRITO DE NAZARÉ E A ESCOLA FLORIANO PEIXOTO .....	26
2.3 SANTA CATARINA E A ESCOLA CASTRO ALVES .....	28
2.4 PAPAGAIOS E A ESCOLA AQUILES PARAGUASSÚ.....	29
2.5 DEMARCAÇÃO E A ESCOLA JOÃO DE BARROS GOUVEIA.....	30
2.6 AS SÉRIES FINAIS (6º AO 9º ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS CINCO COMUNIDADES PESQUISADAS – PROJETO RIBEIRINHO .....	31
2.7 AS EXPRESSÕES DE SABERES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS HOJE .....	32
<b>3 ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>34</b>
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENSINO SUPERIOR: DEBATES CONTEMPORÂNEOS .....	35
3.1.1 Bem público .....	38
3.1.2 Ensino Superior e Amazônia .....	39
3.1.3 Conhecimento e Ensino Superior .....	42
3.2 PESQUISA, EXTENSÃO E OS SABERES POPULARES .....	44
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>46</b>
4.1 PROCEDIMENTO TÉCNICO DE PESQUISA.....	46
4.2 A COLETA DO MATERIAL.....	47
4.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	48
4.4 AS FASES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	48
4.5 A CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO .....	49
4.5.1 A escolha das categorias temáticas .....	50
4.6 OUTROS REGISTROS E INSTRUMENTOS .....	51
<b>5 A PESQUISA E A EXTENSÃO NO BAIXO MADEIRA .....</b>	<b>52</b>
5.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES.....	52
5.1.1 Os projetos de extensão .....	54
5.1.2 As Dissertações .....	55
5.1.3 As Teses .....	56
5.2 AS IES E AS COMUNIDADES ESCOLARES.....	56
5.3 PARA ALÉM DO “REGISTRO” DA COMUNIDADE ESCOLAR .....	58
5.4 A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DA EDUCAÇÃO LOCAL .....	59
5.5 O ENVOLVIMENTO DA PESQUISA E DO PROJETO E A COMUNIDADE ESCOLAR.....	60
5.6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E COMUNIDADE ESCOLAR.....	62
<b>6 A RELAÇÃO ENTRE SABERES CIENTÍFICOS E SABERES LOCAIS .....</b>	<b>66</b>
6.1 TEMA 5: REGISTRO E DIÁLOGO ENTRE OS SABERES.....	66

6.2 RELAÇÃO DAS IES COM A EDUCAÇÃO BÁSICA E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA .....	68
6.3 A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES ESCOLARES EM PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO .	69
6.4 IES, SABERES, EDUCAÇÃO BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO .....	73
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>76</b>
7.1 DOS DADOS.....	76
7.2 CONCLUI-SE QUE .....	77
7.3 RECOMENDAÇÕES .....	78
7.4 DOS ACHADOS DA PESQUISA .....	78
7.5 ESTUDOS FUTUROS.....	79
<b>8 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO A – RECRENCIAMENTO DO PROJETO RIBEIRINHO .....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO C – RELATÓRIO DE QUANTIADE DE EXEMPLARES DE DISSERTAÇÕES - Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010. .....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO C – I Seminário Municipal de Educação do Campo.....</b>	<b>119</b>
<b>I Seminário Municipal de Educação do Campo .....</b>	<b>119</b>
Diagnóstico .....	120
GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	128

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia abriga um grande número de sociedades não urbanas denominadas povos tradicionais. Estas sociedades são constituídas por grupos indígenas e caboclos que se encontram em situação de “[...] invisibilidade sócio-política” (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006, p. 15). Uma forma de superação dessa condição tem sido a adoção e fortalecimento das atividades de educação formal mediante criação de escolas, ampliação dos níveis educacionais e planejamento da oferta pelo poder público em decorrência das peculiaridades locais. Encontrar o meio capaz de promover a inserção dessas comunidades nas estratégias produtivas e equitativas do ponto de vista socioambiental, tem sido um permanente desafio, uma vez que o processo educacional traz consigo expectativas de ascensão social, poder econômico e, ao mesmo tempo, busca evitar a evasão de jovens para as cidades com ampliação da escolarização.

As escolas localizadas nessas comunidades, integradas à floresta amazônica, são fundamentais representantes da educação formal, que impescindem do saber científico. As comunidades tradicionais tem sido responsáveis pela manutenção dos vários espaços ainda intactos e protegidos da devastação humana. Por isso, uma das funções da pesquisa e da extensão hoje é valorizar os saberes locais e criar mecanismos de uma relação de diálogo entre todos os saberes necessários à preservação ambiental e ao desenvolvimento regional e suas respectivas formas de sustentabilidade.

O compromisso das Instituições de Ensino Superior envolve estabelecer os laços entre o trabalho científico e a necessidade de pesquisa concernente a região, pois como defende Brasil (2007, p. 19) “A tarefa universitária se pauta em um conjunto social e político para o desenvolvimento e sua inserção deve ser analisada a partir dessas condições locais.” Para que de fato o desenvolvimento sustentável seja construído em um diálogo coerente entre o conhecimento científico, os conhecimentos escolares da educação básica e os conhecimentos dos habitantes das comunidades das florestas amazônicas, o Ensino Superior e o Ensino Básico promovem articulação entre o conhecimento científico e o escolar. Uma boa oportunidade encontra-se quando do desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Dentro deste cenário esta pesquisa analisará as relações entre Instituições de Ensino Superior (IES), comunidades escolares e saberes científicos.

Envolvendo as escolas de comunidades tradicionais e atuação das Instituições de

Ensino Superior (IES) este trabalho identificou a relação entre ambas: IES e escolas, através da análise dos projetos de pesquisa e extensão que as IES destinaram para a região escolhida por esta pesquisa: o Baixo Rio Madeira, nos Distritos de São Carlos (apenas a RESEX Lago do Cuniã), Nazaré, Calama (apenas a comunidade de Papagaios) e Demarcação. Dos documentos analisados também se verifica como foram identificados os saberes científicos e os saberes das localidades pesquisadas, uma vez que os povos tradicionais conservam consigo saberes diferenciados e muito peculiares de quem vive na floresta, isolados por águas e longas distâncias dos centros urbanos.

A educação, componente indispensável e necessário à sociedade de hoje, teve, no caso da ação universitária da Amazônia, influência da “[...] pressão internacional por incorporar o componente ambiental na discussão sobre o paradigma do desenvolvimento.” (BRASIL, 2003, p. 214). A sociedade de hoje, ampliou o debate rumo à consciência ecológica e embora não se tenha alterações significativas no sistema econômico, mantém na pauta deste tema propostas de sustentabilidade. Este caminho exige uma educação que contribua para refletir o desenvolvimento, o meio ambiente e a formação da consciência ecológica. É através da educação que os cidadãos conseguirão pensar um mundo com melhor qualidade de vida. (GADOTTI, 2000).

O debate da Educação Superior no Brasil passou por várias reformas principalmente depois da aprovação da Lei de Diretrizes Básica da Educação (LDB). Na pauta dos debates da reforma discute-se principalmente a expansão do ensino superior privado de caráter empresarial. (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008).

A pesquisa e a extensão são funções das instituições universitárias, de caráter obrigatório, dado o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para cumprimento do papel social das IES estas funções significam possibilidades de entrosamento com as comunidades como possibilidade de subsidiar o desenvolvimento educacional e humano através da difusão do conhecimento científico e discussão das questões ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Através de atividade de pesquisa e extensão ocorre a relação entre IES e sociedade. Estas funções inserem no debate para questões ambientais e de desenvolvimento da Amazônia que passa também pela pesquisa e extensão das IES. Estreitar estes laços nas relações com as escolas destas comunidades tradicionais facilita e instiga o debate de sustentabilidade local, pois os habitantes dos espaços de rios e florestas, ainda não devastadas, são os atores principais no cenário da preservação ambiental. As políticas de acesso ao ensino superior experimentaram nos últimos oito anos (2002-2009) a adoção de políticas compensatórias

como estratégias para o atendimento público no espaço privado da oferta de educação superior tais como, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que são muito polêmicos dentro do debate da reforma do Ensino Superior, principalmente no que tange a permanência do aluno na instituição e a qualidade do ensino (RISTOFF, 2008).

Diante das divergências existentes quanto as formas de encaminhamento relacionadas à ampliação do acesso e quanto às transformações pelas quais as IES passam, inclui-se o debate sobre o papel da pesquisa e da extensão porque tais instituições devem estar a serviço das necessidades do conhecimento científico, bem como os diversos saberes das comunidades de cada região.

Fazer a conexão com os diversos sistemas de ensino, desde a educação básica até as pós-graduações, é também um destaque nos debates sobre as políticas educacionais hoje (CONAE, 2010). Se cada projeto de pesquisa perpassar o resultado e conhecimento produzido nos estudos realizados, de forma mais dirigida à comunidade escolar, durante sua permanência na comunidade, o incentivo à pesquisa e a divulgação científica estariam em pauta nas escolas, bem como a visibilidade das IES teria um melhor desempenho.

Verificar como é a comunicação entre as IES e as comunidades escolares do Baixo Rio Madeira através da análise de documentos científicos, ou seja, textos finais dos projetos de pesquisa e de extensão é um tema relevante e pertinente para as comunidades do Baixo Rio Madeira uma vez que indicará caminhos que contribuirão para o avanço educacional numa perspectiva do Desenvolvimento Regional Sustentável.

Através da linha de pesquisa em Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PDGRA) fundamentou-se essa pesquisa com base empírica a partir das leituras de dissertações e projetos de pesquisa e extensão disponíveis, procurando identificar as relações estabelecidas pelas propostas indicadas nos projetos e seus resultados além do perfil geral das comunidades ribeirinhas. Tendo cada projeto um objetivo declarado, a partir dele observaram-se quais resultados – nas produções registradas – efetivamente se obtém. Nota-se que os projetos possuem cunho prioritário de projetos de extensão, nos quais podem ser desenvolvidas pesquisas, mas também, projetos de pesquisa nos quais se apontam projetos de extensão. Por isto um dado que se tornou presente e que se desdobrou durante a pesquisa foi: em que medida os projetos se articulam com as comunidades que abordam? E, afinal, se desenvolvem como pesquisa ou como extensão? A partir das produções científicas decorrentes dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelas IES e de como estes projetos se estabelecem nas comunidades escolares do Baixo

Madeira com respectivos saberes foi possível analisar a intervenção das IES nas localidades e descrever sua importância e pertinência científica.

O objetivo geral foi identificar, quantificar e analisar em cada documento, que teve seu referencial de pesquisa ou extensão, a região do Baixo Madeira, a relação que estes estabeleceram junto às comunidades escolares, como e de que forma foram considerados os saberes populares. Os documentos escolhidos foram: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), Monografias, Dissertações ou Teses. No caso dos projetos de extensão, analisou-se a proposta inicial dos projetos, relatórios e até mesmo citações em outras obras.

Nesta pesquisa, pretendeu-se um olhar específico para as escolas e saberes locais aí disponíveis. O motivo da escolha foi a experiência adquirida pela pesquisadora no período de 2007 a 2009 quando atuou juntos às referidas comunidades, na função de coordenadora pedagógica de um Projeto Especial de Ensino denominado Projeto Ribeirinho criado para implantar as séries finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental.

Nos mapas que seguem, apresenta-se a localização geográfica das comunidades ribeirinhas ao longo do Rio Madeira, na divisa de Porto Velho, Rondônia e Humaitá, Amazonas (figura 1) bem como sua posição dentro da Amazônia e América latina (figura 2):

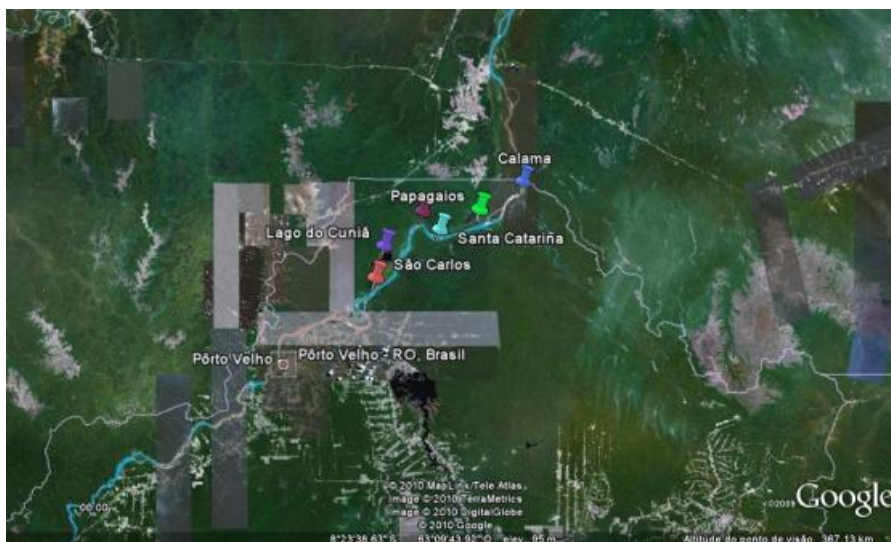


Figura 1: Mapa de São Carlos a Calama  
Fonte: Google Earth. Organização da autora, 2009.

As cinco comunidades escolhidas para fazer parte desta pesquisa são: RESEX (Reserva Extrativista) Lago do Cuniã (Distrito de São Carlos), Vila de Nazaré, Comunidade de Santa Catarina (Distrito de Nazaré), Comunidade de Papagaios (Distrito de Calama) e Distrito de Demarcação. A figura 2 localiza o Rio Madeira dentro da Bacia Amazônica em Porto Velho, Rondônia.





Figura 2 – América do Sul, Brasil, Rio Madeira na Amazônia/RO

Fonte: Wikimedia/2009 .

Essa região teve a partir do ano de 2005, modificações na política pública de ensino, atribuída especialmente a mudança da gestão do município. As mudanças resultaram em ampliação do atendimento do ensino fundamental, melhoria no assessoramento pedagógico, investimentos na formação de professores e buscas constantes de pedagogias específicas para uma educação do campo e da floresta. Estes novos caminhos estão em construção e esta pesquisa pretende contribuir cientificamente para com eles, também porque a pesquisadora ocupa posição dentro da gestão municipal, responsável portanto, pela implementação dessas mudanças.

Analisar a relação entre os saberes local os saberes científicos propostos pela pesquisa e extensão das IES nas comunidades escolares do Baixo Madeira a partir das experiências no ensino fundamental nas comunidades de Nazaré, Lago do Cuniã, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação foi o caminho encontrado pela pesquisadora. As comunidades escolares, espaços de frequências dos moradores dessas comunidades, apontam caminhos para uma melhor atuação e aproveitamento das pesquisas pelos habitantes das comunidades pesquisadas.

Esta pesquisa também discute as políticas de pesquisa e extensão das IES. Cada detalhe da contribuição social advinda da pesquisa ou da extensão não pode hoje limitar-se em deixar a pesquisa na prateleira de uma biblioteca para futuros pesquisadores. É preciso que após a conclusão, esteja acessível ao público em geral, incluindo-se o quanto antes, os moradores das áreas abordadas e, neste caso, estudantes e professores das comunidades

pesquisadas.

Para identificar a escola e a educação local nesta dissertação será adotado o termo “comunidade escolar” entendido como “[...] corpo social de uma escola, composto por docentes, por discentes e por outros profissionais da escola, além de pais ou responsáveis pelos alunos.” (THESAURUS/INEP, 2010).

Quanto aos termos para se referir às **Instituições de Ensino Superior** (IES) e **universidade**, neste trabalho não se fará distinção, pois os dois vocábulos são utilizados indistintamente por vários autores. Usar-se-á aqui o termo **IES** ou **universidade** para quaisquer instituições de Ensino Superior que contemplem a atividade de pesquisa e extensão, dado que as produções dos projetos encontrados estão disponíveis em IES de tipo 2universitárias.

A cidade de Porto Velho possui 28 Instituições de Ensino Superior (BRASIL/MEC, 2010), sendo apenas uma Federal e as demais, em sua maioria, instituições privadas. Temas como este permearão a discussão do papel das IES na Amazônia e, em específico, na região do Baixo Rio Madeira.

## 2 AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PORTO VELHO

Compreendidas entre os distritos de São Carlos e Calama, as comunidades que fizeram parte desta pesquisa estão localizadas na região denominada Baixo Madeira. Este trecho do Baixo Rio Madeira em Rondônia possui quatro Distritos e cada Distrito é formado de várias comunidades. Esta pesquisa delimitou-se às seguintes localidades: Resex Lago do Cuniã (Distrito de São Carlos); Distrito de Nazaré e uma de suas comunidades – Santa Catarina; Papagaios (Distrito de Calama) e Distrito de Demarcação.

A história destas comunidades amazônicas inicia-se a partir das primeiras e segundas correntes migratórias da região envolvendo o primeiro e segundo ciclo da borracha na Amazônia (SILVA, 1996). Antes das migrações, a região foi habitada por povos da Nação Mura e por povos da Nação Parintin, sendo as localidades de São Carlos, Lago do Cuniã e seu entorno habitadas por povos Mura que, conforme Silva (2000), não resta quase nada destes povos a não ser vagas informações presente nas falas dos moradores do Lago Cuniã. Já nas regiões adjacentes aos Distritos de Calama e Demarcação registram-se a presença dos povos Parintintins (TEIXEIRA, 2009) – estes ainda sobrevivem em reservas afastadas daquelas regiões na divisa do estado do Estado Amazonense (ISA, 2009).

Hoje os habitantes destas áreas são funcionários públicos, pequenos produtores de alimentos do plantio de várzea, pescadores e extrativistas (SILVA, 1996). Basicamente a produção atende a subsistência da comunidade e abastece várias feiras livres em Porto Velho. As políticas públicas são ofertadas através da educação com ensino fundamental completo, postos de saúde com três (03) ambulâncias fluviais, delegacias e postos da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER) e uma representação da Prefeitura de Porto Velho (PMPV) que é coordenada pelo Departamento de Apoio ao Interior (DAI).

Inseridos no contexto histórico de ocupação da Amazônia e Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), os ribeirinhos moradores das localidades de Nazaré, Lago do Cuniã, Catarina, Papagaios e Demarcação são descendentes dos migrantes dos vários estados do Nordeste e também dos estados do Pará e Amazonas que tem comunicação direta através do Rio Madeira, principal afluente do rio Amazonas. Tendo as características de uma região de fluxos migratórios, os ribeirinhos vindos principalmente do nordeste brasileiro (SILVA, 1996) misturaram-se aos povos indígenas daquela região, internalizando parte de seus hábitos e cultura locais. A colonização para esta região, no entanto, foi idealizada de forma discriminada e preconceituosa, conforme Rabello (2004, p. 21):

O povoamento que Golbery reivindicava para a região não é qualquer um, pois havia populações vivendo na Amazônia. Sua preocupação tinha mais haver com a eficiência do povoamento para a expansão da fronteira, pois ela deveria ser homogeneizada no interior de um projeto nacional, que estabelecesse lugares e hierarquias. O povoamento anterior (a “barbárie”), deveria tornar-se povo (“civilizado”), moldado à imagem dessa “vontade nacional”, da qual a ESG se faz portadora e propagadora. Foi com a preocupação de criar e povoar esta região, baseado em uma dada idéia de civilização, que Golbery levantou suas propostas. (Grifos do autor).

Influenciados pelas atividades da igreja católica e padres Jesuítas, todas as localidades assimilaram o catolicismo como forma de expressar sua religiosidade que ainda são marcados pelas missas e festejos dos santos católicos (FIGUEIREDO, 2006).

Muitos costumes dos antigos povos, embora massacrados e banidos de suas terras pelas invasões ocidentais, consecutivos planos de desenvolvimentos e colonização de cunho destruidor, permaneceram por força da relação com a natureza e meio ambiente. Não há sobrevivência nas comunidades ribeirinhas senão através das relações com o rio - pelos barcos e canoas - e também através da pesca, coleta de frutos da floresta e conhecimentos específicos deste habitat. A relação com rio e a floresta é uma marca cultural que se aplica tanto aos povos do passado como a esses descendentes e migrantes que ora compõem o espaço ribeirinho rondoniense.

A atividade científica também marcou a Amazônia com propostas de exclusão e exploração, como afirma Freitas (2008, p. 211):

A rigor os projetos de atividade científica na Região estiveram sempre acoplados aos projetos de domínio sobre os territórios e povos da Amazônia a partir da conquista da América. O encontro da Amazônia com a racionalidade científica selou um destino de constituí-la como um vasto campo de especulação, de aventura e de colonização para os seus lugares e povos. Essa é a primeira característica da ciência nos espaços regionais: coletar, classificar, testar, inventariar as gentes, os recursos, as condições naturais, as probabilidades de aproveitamento. Organizada como um empreendimento no quadro da dominação européia, essa característica passa a ser uma matriz da cultura científica em relação aos lugares remotos do Brasil e, entre esses, a Amazônia é um caso exemplar.

As características de domínio do colonizador também se revelam na educação, onde se refletem e inclui nos registros da ciência e estiveram num caminho contrário do que propõe Freire (2008, p. 47) quando defende que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção.” Baseado nas descrições históricas e numa educação reflexiva esta pesquisa trilhou análises das relações entre IES e comunidades escolares por entender que é de fundamental importância que as IES e seus respectivos pesquisadores, gestores e profissionais da educação em espaços de comunidades tradicionais da Amazônia tenham a clareza de seus papéis e funções. Nessa relação de pesquisa, extensão e

comunidades tradicionais pesquisada, este trabalho manteve um olhar onde o convívio acadêmico deveria basear-se em uma relação de troca de saberes acrescentando um ao outro e mantendo um diálogo coerente com a multiplicidade de expressões e conhecimentos acumulados por seus habitantes.

Em cada comunidade é baixo o índice populacional (Quadro 1), no entanto o IBGE não dispõe de dados específicos de cada comunidade, apenas da população de todo Distrito:

<b>DISTRITO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>LOCALIDADES PESQUISADAS</b>
São Carlos	1.935	RESEX Lago do Cuniã
Nazaré	798	Vila de Nazaré
		Comunidade de Santa Catarina
Calama	2.922	Comunidade de Papagaios
Demarcação	712	Comunidade de Demarcação

Quadro 1 – População dos Distritos no Baixo Rio Madeira/Rondônia.

Fonte: IBGE/2007 – dados consultados na biblioteca do IBGE Porto Velho em 28.05.2010.

A produção da região do Baixo Madeira é comercializada na feira do produtor rural coordenada pela Secretaria Municipal de agricultura (SEMAGRIC). Os produtores tem o apoio de um barco da Prefeitura para auxiliar no transporte de sua produção até a feira de comercialização em Porto Velho. Os produtos mais transportados são: melancia, farinha, mandioca, banana, laranja, castanha, milho, açaí e feijão de praia. O quadro da produção comercializada foi construído a partir das informações da SEMAGRIC que dispõe de uma divisão específica para administração da feira do produtor rural e pelo Departamento de coordenação dos administradores dos Distritos de Porto Velho.

Tanto o Departamento do Interior (DAI) como a Divisão da Feira do Produtor Rural tem funcionários que acompanham cotidianamente o transporte da produção bem como realiza reuniões constantes com administradores em busca de alternativas e propostas de políticas públicas no sentido de ampliar o desenvolvimento produtivo das localidades. As ações são ainda tímidas, mas positivas e os administradores são porta vozes das comunidades que cobram sempre melhoria na educação, saúde e apoios para escoamento da produção.

Os produtos são transportados semanalmente dentre as várias comunidades e estão divididos entre extrativismo e produção da agricultura familiar que variam de acordo com o período chuvoso onde o extrativismo é mais intenso e o período de estiagem onde a produção agrícola é maior em razão da cultura de várzea nas praias do rio madeira. O quadro 2 ilustra a

diversidade destes produtos:

LOCALIDADES	DISTRITO	PRODUÇÃO	EXTRATIVISMO
RESEX Lago do Cuniã	São Carlos	Farinha	Peixe, castanha, açaí, farinha
Vila de de Nazaré	Nazaré	Melancia	Peixe, açaí, castanha
Santa Catarina	Nazaré	Melancia, Macaxeira, Feijão,	Açaí, peixe, pupunha
Papagaios	Calama		Pupunha, peixe.
Demarcação	Demarcação	Farinha	Castanha

Quadro 2 – Produção comercializada

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRIC e Departamento do Interior – DAÍ, maio/2010

Até o ano de 2005 estas comunidades eram atendidas apenas com as séries iniciais do ensino fundamental. A partir de então, com a implantação do Projeto Ribeirinho – séries finais do ensino fundamental em forma especial e semi-presencial, todos passaram a ter acesso ao ensino fundamental completo. Citado por vários pesquisadores como Souza (2006), Araújo (2007) e Saraiva (2007) o projeto ribeirinho foi implantado de forma bastante precária e ao longo do tempo, através de muitos debates junto a comunidade, a SEMED estruturou-o de forma a conciliar o isolamento geográfico e a dificuldade de acessibilidade com uma proposta de ensino semi-presencial e com atividades de alternância.

A ampliação do ensino básico nas comunidades de difícil acesso cumpre neste momento uma das atribuições das Políticas Públicas na educação em Porto Velho. A partir dos relatórios das reuniões pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), I e II Seminários de Educação do Campo e inventário oral foi possível identificar, pelos registros dos relatos de professores, a falta de textos científicos que tratassem em específico sobre aquela região dificultava o debate para propor linhas educacionais específicas para o ensino fundamental em comunidades tradicionais. A busca por uma resposta incentivou a proposição de problema de pesquisa para este trabalho. A equipe gestora da educação daquelas comunidades entende que não basta garantir o acesso à escola, é preciso que o ensino seja coerente e contribua com o desenvolvimento adequado à região garantindo sua sustentabilidade.

O quadro 3, que segue, mostra a ampliação do ensino fundamental nas cinco

comunidades que a partir de 2005 tiveram atendimento para as séries finais do ensino fundamental:

<b>DISTRITO (COMUNIDADE)</b>	<b>ANOS</b>						
	<b>2004 1ª a 4ª</b>	<b>2005 1ª ao 6ª</b>	<b>2006 1ª a 7ª</b>	<b>2007 1ª a 8ª</b>	<b>2008 1º ao 9º</b>	<b>2009 1º ao 9º</b>	<b>2010 1º ao 9º</b>
Lago do Cuniã	45	112	112	118	123	128	132
Distrito de Nazaré	97	249	249	254	267	271	277
Santa Catarina	32	89	89	104	105	104	105
Papagaios	37	96	96	63	102	107	105
Demarcação	34	86	86	59	92	94	95

Quadro 3: Ampliação do atendimento ao ensino fundamental nas comunidades ribeirinhas.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/SEMED, 2009.

A educação deve contribuir com o desenvolvimento da região e das pessoas de forma coerente com seu ambiente, cultura e modos de vida. O ensino é parte da política, mas é necessário travar o debate para além das garantias de acesso e estrutura física. Para tanto, não basta vontade política e nem profissionais da educação dedicados a implantar programas voltados a formação inicial e continuada; nota-se que é preciso aprofundar estudos voltados às especificidades para que esta educação não reproduza os paradigmas originais de uma educação colonizadora.

A partir da visualização empírica da realidade local e apoiando-se em produções científicas que dialogam com os saberes locais a proposta das políticas públicas foram reorganizadas e replanejadas a partir do ano de 2005 que por força das eleições municipais trocou toda equipe de gestores da Prefeitura de Porto Velho e consequentemente da SEMED.

Várias ações foram necessárias como aglutinação de várias escolas em uma com melhores estruturas, concursos públicos específicos para a região, ampliação da oferta do ensino através da Educação de Jovens e Adultos e do Projeto Ribeirinho que contemplou na modalidade semi-presencial as séries finais do ensino fundamental.

O gráfico 1 ilustra a ampliação da oferta do ensino na região onde se observa uma grande elevação do índice de atendimento se comparado ao ano de 2004, e gradativamente foram implantando-se 6º. (2005), 7º. (2006), 8º. (2007) e 9º. (2008) anos em cinco comunidades de difícil acesso as quais foram dirigidos este estudo e já referenciadas anteriormente:

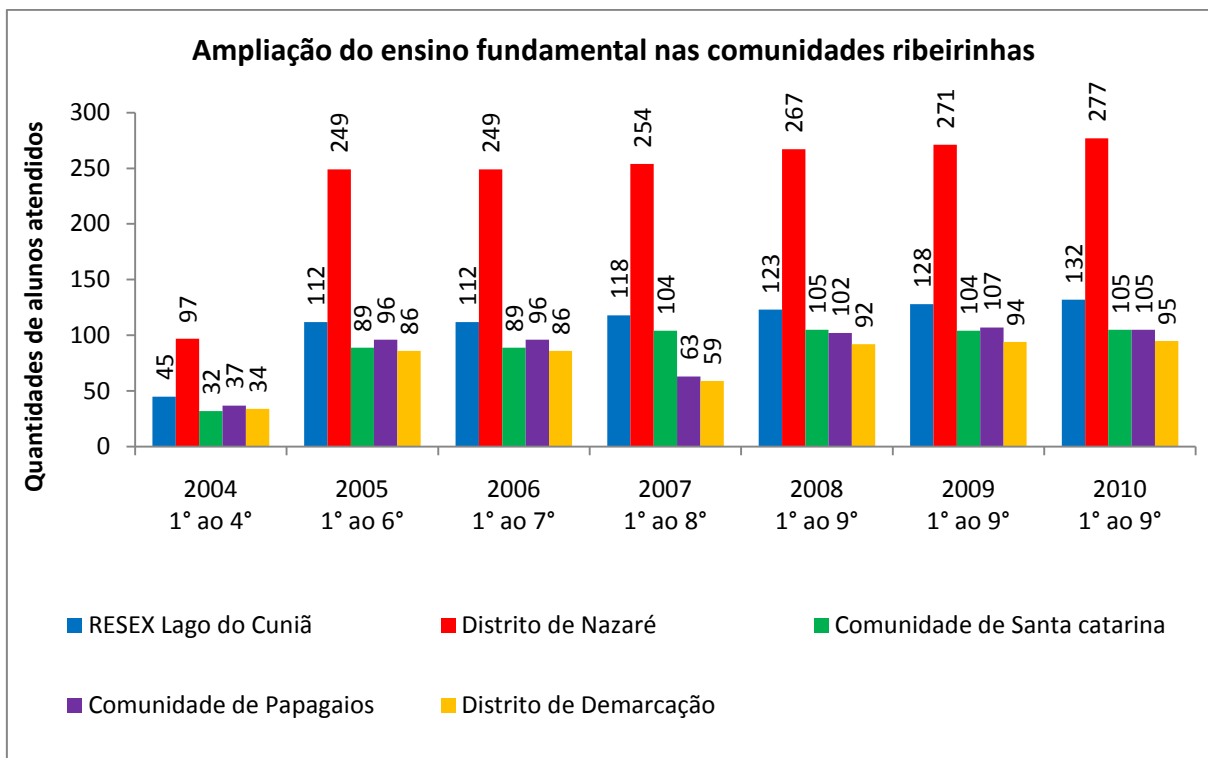


Gráfico 1: Atendimento ensino fundamental nas comunidades pesquisadas  
 Fonte: Senso escolar SEMED, 2009. Organização da autora

O quadro abaixo mostra a ampliação geral do quantitativo de escolas de toda zona rural do município de Porto Velho:

ANO	TOTAL DE ESCOLAS/ZONA RURAL
2004	123
2005	130
2006	144
2007	135
2008	138

Quadro 4: ampliação número de escolas zona rural de Porto Velho  
 Fonte: Relatório SEMED/ASTEC/2009.

A ampliação do atendimento ao ensino fundamental exigiu também a ampliação do transporte escolar. Abaixo, dados da SEMED mostram esta ampliação. Para a região aqui estudada destaca-se o centro do gráfico 2, pois o atendimento nesta região é todo fluvial, que de 2004 para 2005 ampliou em quase 100%, mantendo o quadro sempre em ascensão até 2008. Ressalva-se que a região estudada neste trabalho abrange apenas uma parte do que está representado no gráfico 2, transporte fluvial, que nos primeiros anos era composto de barco recreio e voadeiras, sendo hoje quase todo atendido com voadeiras com proteção contra chuva e sol:



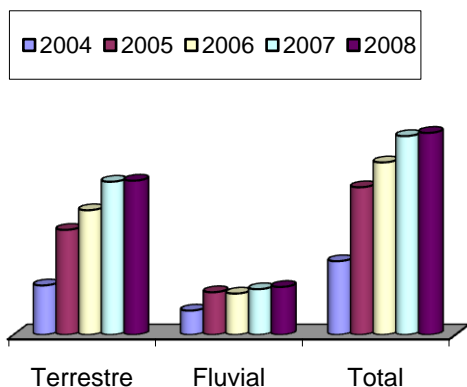


Gráfico 2 – Tipos de transporte escolar.  
Fonte: Assessoria Técnica SEMED/2009.



Figura 3 – Transporte escolar fluvial.  
Fonte: Foto arquivos SEMED/2009.

Comparando os dados do gráfico 3, observa-se que ampliação deu-se em mais de 100% entre 2004 e 2008. Hoje o transporte escolar, como ilustra a figura 3, garante com segurança a frequência diária das crianças, adolescentes e jovens ribeirinhos no ensino fundamental. As distâncias de casa até a escola são diferentes e variadas e os atendimentos são realizados de acordo com a necessidade de cada realidade, de cada situação. Toda reorganização da educação e respectivas estruturas foram implantadas de acordo com as características de cada comunidade conforme descritas a seguir.

## 2.1 RESEX LAGO DO CUNIÃ E A ESCOLA FRANCISCO BRAGA

Pertencente ao Distrito de São Carlos, no ano de 2005 a RESEX Lago Cuniã sofreu várias transformações. Conforme dados da Divisão de Ensino Rural da Secretaria Municipal de Educação (DIER/SEMED), havia na Reserva várias escolas multisseriadas, ou seja, uma sala com um professor para atender de uma só vez as quatro séries iniciais, nominada naquele período de 1ª a 4ª série. Atendendo a uma reivindicação da comunidade a SEMED organizou o ensino centralizando-o todo em uma única escola e distribuindo os vários professores um para cada série de ensino. Além da organização das séries iniciais foi implantada no ano seguinte, 2006, as séries finais do Ensino Fundamental através do Projeto Ribeirinho o qual será descrito mais adiante.

As diversas reorganizações e ampliações do ensino no Lago do Cuniã exigiram da secretaria também um investimento no transporte escolar que fosse capaz de atender todos os alunos que agora se concentram em um único pólo de estudo: A escola Francisco Braga. Os professores adotam, entre outras ferramentas pedagógicas, o teatro e os vários espaços ao redor da sala de aula para envolver os alunos em atividades que desenvolva a oralidade e expressões

locais. Incluem também, conteúdos de interesse local, como é o caso ilustrado pelas figuras 4 e 5 onde os alunos expõem suas aprendizagens sobre documentos do Acordo Pesqueiro, utilizando-se do teatro como ferramenta de expressão de aprendizagem.



Figura 4 - Alunos em atividades de estudo sobre o acordo pesqueiro.  
Fonte: arquivo particular prof. Domares Neves, 2009.



Figura 5 – Atividade de teatro como ferramenta pedagógica.  
Fonte: foto arquivo particular prof. Domares Neves, 2009.

Na figura 6, a seguir, a professora de ciências Domares registrou um cotidiano de seus alunos dentro do lago ao lado da escola: a pesca artesanal no lago do Cuniã.



Figura 6 – Lago do Cuniã  
Fonte: Arquivo particular, professora Domares Neves, 2009.

Todo acesso à escola é por águas ou florestas fechadas, sendo a locomoção sempre de barco ou a pé. No entanto, para se chegar ao Cuniã hoje, é possível intercalar os transportes

terrestres e fluviais, pois já está em funcionamento a estrada até a foz do Rio Juary e atravessando-o juntamente com o Rio Madeira, chega-se ao Distrito de São Carlos, em seguida, no período da estiagem pode-se chegar até o lago de bicicleta, a pé ou de motocicleta e atravessá-lo de barco chegando então até a escola. Este percurso que até 2008 era todo fluvial era realizado por um período de, no mínimo 6 horas em lanchas HP 15 ou em barcos recreios por um período de mais de 20 horas, é realizado hoje em apenas três (03) horas de viagem. Há táxi lotação até São Carlos e também moto táxi de São Carlos até o Lago.

A atividade principal dos alunos depois da escola é auxiliar seus pais na pesca, pequenos plantios de mandioca para fazer farinha e extração de frutos da floresta como o açaí.

## **2.2 DISTRITO DE NAZARÉ E A ESCOLA FLORIANO PEIXOTO**

Localizado próximo à foz do Lago do Cuniã, Nazaré tem um contato constante com esta comunidade vizinha. Além da comunidade de Nazaré, sede do Distrito, possui várias comunidades como Boa Vitória, Santa Catarina, Pombal, Bomfim, Conceição do Galera, São José, Tira Fogo e Ilha de Iracema (DAI, 2010). Depois dos distritos de São Carlos e Calama, Nazaré é o terceiro distrito mais povoado com 798 habitantes registrados nos dados do IBGE 2007.

Entre as cinco comunidades estudadas nesta pesquisa, Nazaré é a de mais fácil acesso, intercalando os transportes terrestres e aquáticos (voadeira motor 25), chega-se na localidade com 3 horas de viagem partindo de Porto Velho. No entanto, este acesso é mais utilizado por turistas ou funcionários públicos em funções de fiscalização ou supervisão de trabalhos. A comunidade residente em Nazaré dispõe apenas dos transportes de barco tipo “recreio” que fazem o trajeto em 6 ou 8 horas quando rio abaixo e 8 ou 10 horas quando rio acima. O transporte escolar também é todo de forma fluvial, hoje com voadeiras coberta e com proteção de chuvas.

Participativa, conforme as atas de reuniões dos pais e alunos da escola Floriano Peixoto, a comunidade escolar reivindica que o Projeto Ribeirinho seja todo na forma presencial e ansiosamente aguarda a implantação do ensino médio.

O Projeto Ribeirinho, que será detalhado mais adiante contempla uma disciplina denominada agropesca. O objetivo foi inserir discussões sobre as atividades da agricultura familiar e extrativismos como a pesca. Dentre as várias abordagens e com uma parceria da EMATER, a disciplina adquiriu tratamento diferenciado de aplicação e é ministrada em forma

de oficinas juntando todas as turmas do 6º ao 9º ano. É uma das experiências que contemplam os trabalhos interclasse (figura 7) e, que pretende discutir com alunos o desenvolvimento sustentável (figura 8), aguardando, portanto, outras parcerias pretendidas como uma IES, por exemplo.



Figura 7 – Mostra de trabalhos interclasse Escola Floriano Peixoto – Nazaré, 2009.  
Fonte: arquivo particular Professora Domares Neves.



Figura 8 – Oficina de Educação Ambiental em parceria com a Polícia Ambiental, 2008.  
Fonte: arquivo particular Professora Lucilene Felix.

Culturalmente, Nazaré se destaca com o grupo “Minhas Raízes” (figura 9), desde 2006 - formado por adolescentes e jovens e dirigido por um professor da localidade. Fazem show pelas várias comunidades, em Porto Velho e participaram da abertura das duas últimas Conferências Nacional da Educação em Brasília.



Figura 9 – Grupo Minhas Raízes no Teatro Banzeiros – P. Velho  
Foto: Arquivo Fundação Cultural Iaripuna, 2009.



Figura 10 – Oficina de Educação Ambiental  
Foto:arquivo particular Prof. Lucilene Felix,2008.



As atividades educacionais, nas comunidades ribeirinhas, buscam parcerias nos mais diversos setores da sociedade e acredita-se que são estratégias necessárias (VIANA, 2007) para uma educação mais reflexiva e propositiva para se pensar o desenvolvimento regional. A participação das IES neste processo de parceria e relação mais afinada com as comunidades será a análise desta pesquisa. A figura 10 ilustra uma aula organizada em parceria com a Polícia Ambiental de Porto Velho para realização de educação ambiental, construção de hortas e orientações quanto à preservação de matas ciliares.

### 2.3 SANTA CATARINA E A ESCOLA CASTRO ALVES

Uma das maiores comunidades do Distrito de Nazaré, Santa Catarina é a única comunidade que ainda vive sob administração de herdeiros do antigo seringal. Por coincidência, é também um herdeiro do seringal, o diretor da escola. Uma das herdeiras também foi contemplada, através da associação dos moradores, com um Ponto de Cultura do Ministério da Cultura, fato que coloca a localidade em evidência nacional recebendo vários artistas e professores de artes. A **Lenda de Catarina** deu ao grupo de teatro O Imaginário, de Porto Velho, o prêmio de circulação de espetáculos, Palco Giratório, do Serviço Social do Comercio (SESC) e está sendo encenada em vários estados durante todo o ano de 2010. Todo este movimento artístico mexeu com a vida e o cotidiano escolar porque a escola serve como ponto de apoio para as atividades artísticas e, no momento, a comunidade escolar experimenta um intercâmbio de atividades acadêmicas e atividades artísticas sob a ótica amazônica.

As figuras 11 e 12 ilustram momentos importantes para comunidade que reuniu pais e alunos do Projeto Ribeirinho em 2009 para reunião pedagógica e atividade de encerramento:



Figura 11 – Encerramento da primeira turma do Projeto Ribeirinho/2009 – Santa Catarina, Distrito de Nazaré. Foto: Arquivos da pesquisa, 2009.



Figura 12 – Santa Catarina: Alunos e comunidade encontram-se para reunião, 2009. Foto: Arquivos da pesquisa, 2009.

Portanto, uma escola ribeirinha é o espaço onde tudo acontece e é neste espaço que se concentram os debates e os saberes diversos se encontram. A figura 12 registra o momento em que pais das diversas comunidades dirigem-se à escola para reunião pedagógica e organização do grande encontro de encerramento do ensino fundamental de seus filhos.

## 2.4 PAPAGAIOS E A ESCOLA AQUILES PARAGUASSÚ

Pertencente ao Distrito de Calama, Papagaios é uma comunidade bem isolada e sem muitas novidades urbanas, tais como festas ou passeios. Conservam o modo de vida ainda todo extrativista para sua subsistência. A escola, mesmo ofertando todo ensino fundamental de 9 anos tem menos alunos que as outras comunidades aqui citadas por ser menos habitada. No entanto essa oferta se faz necessária por ser uma comunidade bastante isolada e distante de Calama, sua sede Distrital.

Simples e construída em parceria com a comunidade, as salas de aula foram ampliando-se e de uma sala, hoje já somam quatro, conforme figura 13 que destaca a placa da escola – um cuidado que a comunidade mantém como orgulho e destaque de seu espaço educacional.



Figura 13 – Escola Municipal Aquiles Chaves Paraguassú – Papagaios, Distrito de Calma.

Fonte: Arquivos da pesquisa, 2009.

Papagaios foi, em abril de 2010, a sede da primeira mostra folclórica do Projeto Ribeirinho, onde pela primeira vez todos os alunos do projeto se encontraram. Esta escolha foi uma forma que a equipe do Projeto Ribeirinho da SEMED encontrou para prestigiar a comunidade tão pequena que raramente é sede de atividades que envolvem outras comunidades. Ações como esta, indicam que não pode ser pelo tamanho ou infra-estrutura física que uma comunidade deve ser mais ou menos prestigiada.

## 2.5 DEMARCAÇÃO E A ESCOLA JOÃO DE BARROS GOUVEIA

O Distrito de Demarcação é o mais distante de todos. Localiza-se no Rio Machado, um importante afluente do Rio Madeira. Para acessá-lo pernoita-se em Calama e segue viagem no outro dia em embarcação menor, geralmente de canoa com motor tipo rabeta, através do rio Machado. Marcada pelo isolamento geográfico esta comunidade diferencia-se das outras por sua forte religiosidade protestante. É a única comunidade em que as mulheres não se destacam no futebol. Mantém ainda fortes características tipo “coronel de barranco” por um antigo proprietário de terras.

As figuras 14, 15 e 16 ilustram as atividades organizadas para momentos de encontro entre escola e comunidade, bem como os momentos em que os alunos participam de expressões da arte.



Figura 14 – Natal na Casa de Farinha.  
Fonte: Arquivo particular prof. E. Araújo, 2008.



Figura 15 – Foto: atividades de artes da escola.  
Fonte: Arquivo particular prof. E. Araújo, 2008.



Figura 16 – Escola João de Barros Gouveia: alunos em atividades artísticas  
Fonte: arquivo particular da professora Eny Araújo, 2008.

## 2.6 AS SÉRIES FINAIS (6º AO 9º ANO) DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS CINCO COMUNIDADES PESQUISADAS – PROJETO RIBEIRINHO

O Projeto Ribeirinho foi a nomeação sugerida pela SEMED à forma diferenciada de atender as turmas do ensino fundamental em comunidades de difícil acesso do Baixo Rio Madeira (Lago do Cuniã, Nazaré, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação). Organizado por módulos presenciais e não presenciais este projeto teve como base a pedagogia da alternância implantada em algumas escolas agrícolas no Brasil e na França (Anexo A). Os professores deslocam-se de Porto Velho e ficam nas localidades por um período de duas semanas. Em seguida as atividades educacionais são **alternadas** com instrumentais de leitura, escrita ou pequenos projetos de horta e coleta de materiais da floresta para estudos em sala. Ao final do módulo disciplinar que dura cerca de 60 ou 120 dias, dependendo da carga horária, o professor troca de localidade e outro o sucede com outra disciplina.

O Projeto Ribeirinho não é projeto de extensão de uma IES, é apenas um apelido porque começou de forma experimental. Depois dos primeiros anos de experiência o Conselho Municipal de Educação (CME) credenciou-o como turmas de extensão do ensino fundamental da Escola Henrique Dias que tem sede em São Carlos e por ser a única escola da SEMED com as séries finais do ensino fundamental – 6º ao 9º ano.

Além das adaptações de ensino semi-presencial, o Projeto Ribeirinho segue todas as normativas educacionais da LDB e Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo que, entre outras especificidades, ampara um ano letivo diferente do ano civil (§ 1º do Art. 7º), isto é, não necessariamente o ano letivo inicia-se e termina de acordo com o calendário comum, pois há necessidade do cumprimento de 200 horas de estudos conforme a LDB. As disciplinas do ano letivo iniciam-se independente do mês ou ano e quando finalizadas e cumpridas 200 horas de estudos encerra-se o ano letivo.

Recredenciado pelo Conselho Municipal de Educação (anexo A) o referido projeto enfrenta muitas dificuldades como a falta de profissionais disponíveis a ministrarem aulas dentro dos espaços de rios e florestas isolados dos costumes urbanos e, principalmente a ausência de estudos específicos de metodologias, currículos e materiais didáticos que contemplem uma educação significativa para aqueles alunos que respiram hábitos e costumes diferentes da vida urbana. Freire (1996, p. 42) destaca esta preocupação dizendo que “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática progressista, é problema que não pode ser desprezado.”

As figuras 17 e 18 registram dois momentos importantes do Projeto Ribeirinho: a



cerimônia de encerramento da primeira turma a concluir o ensino fundamental naquelas comunidades (figura 17) e uma atividade que é inédita naquelas escolas onde séries iniciais juntam-se à séries finais (figura 18) em forma de recreação nas aulas de educação física para integrar estudantes de uma mesma escola em níveis de estudo diferentes.



Figura 17 – Encerramento da primeira turma do Projeto Ribeirinho/2009.

Fotos: Arquivo da pesquisa, 2009



Figura 18 – Foto atividade recreativa em aulas de ciências no campo ao lado da Escola C. Alves.

Fonte: Arquivo particular da professora Lucilene, 2009.

## 2.7 AS EXPRESSÕES DE SABERES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS HOJE

Os festejos são atividades comuns naquelas comunidades e envolvem saberes importantes, expressões de ordem tradicional e artística, além de ser o período de troca de experiências, diversão e torneios de futebol.

Em algumas comunidades, o período de festejo é abraçado pela escola inserindo as atividades dentro do calendário escolar, pois os preparativos não permitem aulas paralelas. Não há festejos de um só dia no Baixo Madeira. Todos duram em média de 4, 7 e até 12 dias. Saraiva, (2007, p. 104) os descreve como “Todo dia é dia de festa.” Agendados ainda pelo calendário católico dos dias dos Santos e Santas, a comunidade festeja não apenas sua fé religiosa, mas também seu momento de encontro com as comunidades vizinhas e destinam grande parte do tempo para jogos de futebol. Este último é marcado pela presença feminina.

Uma semana antes de começar o festejo, a comunidade já se mobiliza e é comum não ter todos os tempos de aula. O horário fica reduzido para que todos possam montar as barracas, ensaiar as danças, organizar os cardápios e treinar o futebol (Apêndice G).

O cotidiano de uma comunidade na região amazônica aqui tratada como Baixo Madeira é cercado de afazeres específicos onde a comunidade escolar encaixa-se com seu planejamento

e atividades pedagógicas. É preciso respeitar cada data, cada temporada de jogos e festejos, bem como é difícil conciliar com o período da colheita. Até as crianças pequenas são acostumadas às atividades de colheitas e, nestes casos, jamais se considera exploração infantil, pois é nesta convivência da coleta e da colheita que se aprende de tudo: o nome dos alimentos, a forma e hora certa de apanhá-lo, como transportar, enfim tudo o que se faz nesses momentos é uma aprendizagem coletiva passada dos mais velhos para mais novos (Apêndice G).

A importância dos saberes diversos acumulados pelas as comunidades ribeirinhas integrarem atividades de pesquisa, extensão e da educação é uma condição para a construção de uma relação que deve sempre buscar adaptação (Dias, 2009). Esta adaptação não deve considerar apenas o meio natural e a localização geográfica, mas também e principalmente a cultura, costumes e a história das pessoas que habitam o meio natural de florestas e rios, (ADAMS; MURRIETA e NEVES, 2006).

A escola é o maior centro de agregação comunitária, logo, então porque não considerá-la como espaço fértil para divulgação científica e instigar o debate do desenvolvimento sustentável em cada comunidade escolar? A partir de saberes integrados e coordenados por aqueles que estão mais próximos do saber científico: os professores e pesquisadores instruídos pelas IES é possível construir o que Gadotti (2000, p. 35) chamou de “[...] educação para a sobrevivência do planeta.” – a educação da ecopedagogia.

### 3 ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Entende-se o ensino superior como o nível mais elevado de ensino do sistema educativo e também um direito dos cidadãos, sendo obrigação do estado ofertá-lo. As IES podem ser públicas ou privadas, sendo esta última controlada pelo estado através de regulamentos e legislações específicas. Os incisos III, IV e VII do artigo 43 da Lei 9.394/1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecem nas finalidades do Ensino Superior o incentivo a pesquisa, a promoção da extensão à população e a divulgação dos conhecimentos (BRASIL/MEC, 1996). Destaca-se como fator importante para o desenvolvimento de ações articuladas, no âmbito dos sistemas de educação básica e superior, a função da Extensão. É esta que assegura a manifestação da independência em relação ao Governo com a produção do conhecimento e disseminação na sociedade.

A universidade brasileira herdou da colonização portuguesa a prática de submissão administrativa ao governo embora tenha timidamente experimentado a independência que alguns países como França e Alemanha implantaram e avançaram nesta prática. Assim expõe Schwartzman (2001, p. 24): “Ao opor-se a essa autonomia, as elites de Portugal e do Brasil foram deixadas só com um dos dois ingredientes principais das universidades européias modernas - a educação profissional. Faltou-lhes o outro - sua tradição de autogoverno e liberdade intelectual e de pesquisa.”

Dois períodos marcaram a extensão universitária brasileira: “A fase pré-64, as idéias críticas da universidade apontavam seu caráter elitista e ornamental, produzindo sua distância com o desenvolvimento do país [...]”, (WANDERLEY, 1994, p. 47), e após o regime militar “[...] o processo desenvolvido para a consecução da reforma universitária, preparada em 1968, não foi dada maior relevância às atividades de extensão [...]” (WANDERLEY, 1994, p. 48). Outra marca foi a influência do modelo técnico de extensão norte-americano de caráter assistencialista destinados a populações carentes (CAMPOS, 2008). Entretanto, a discussão deu saltos de qualidade com os movimentos e reflexões propostos por Paulo Freire na década de 60 quando se questionava a visão da relação pedagógica e sua relação com a sociedade, onde assumiu perspectivas diferenciadas. (WANDERLEY, 1994).

Sendo assim, neste estudo o conceito de extensão é compreendido como a comunicação entre o Ensino Superior e a sociedade que (FREIRE, 1983) entende como processo onde a educação acontece através das relações e diálogo de saberes e não da transmissão destes. A extensão aqui é entendida também como sendo indissociável do ensino e da pesquisa (BRASIL, 2007). Por este motivo analisar-se-á as relações entres IES, comunidades escolares

e respectivos saberes locais a fim de verificar como acontece esta relação e como ela se manifesta.

O Plano Nacional de Pesquisa e Extensão do fórum de Reitores (BRASIL/MEC, 2001, p.5), conceitua: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.” Neste sentido, é indispensável a atuação das IES nas regiões isoladas da Amazônia, bem como a devolução do conhecimento às comunidades pesquisadas para que a população destas conheça os resultados dessa atuação e de como estes podem contribuir principalmente nas discussões de desenvolvimento, educação e preservação ambiental - ampliando assim o diálogo entre IES e comunidade.

A relação pretendida com o retorno do conhecimento científico para as comunidades não se limita a uma divulgação científica apenas em seminários realizados nas comunidades, mas faz-se necessário um diálogo melhor sistematizado entre a experiência científica promovido pela IES e os organismos existentes nas comunidades, como por exemplo, a escola local. Esta devolução à comunidade requer também que o documento científico escrito esteja acessível aos seus moradores.

A universidade em sua função de contribuir através da pesquisa e extensão para com a sociedade, além de fazer com que os conteúdos pesquisados sejam devolvidos em forma de conhecimento científico, deve ter o cuidado para que tenham significados e sejam coerentes com a necessidade local, pois extensão é integrar a universidade à sociedade e ao contexto regional. Neste sentido, a contribuição para com o desenvolvimento regional é imprescindível e um dos caminhos para se chegar até a comunidade é a escola. Ela contribui de acordo com necessidades sociais que além de favorecer uma aprendizagem de professores e alunos aprofunda o exercício de cidadania e na troca de saberes transformando a ambos: sociedade e universidade (SILVA, 2003). Portanto, entrelaçam-se as atividades de pesquisa e extensão das IES e, sua relação fortifica-se com a comunidade quando passa também pela educação.

### **3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENSINO SUPERIOR: DEBATES CONTEMPORÂNEOS**

Embora o número de IES privadas no sistema educacional brasileiro e em Rondônia, em particular, seja maior que as IES públicas, os autores revisados debruçam-se mais no estudo do papel das IES públicas, o que permite usar indistintamente os termos **Instituições de Ensino Superior** e **Universidade**. Neste estudo, esta condição se confirma quando o material

de pesquisa coletado é oriundo de IES públicas de tipo universitárias, que disseminaram os resultados de seus projetos nas divulgações científicas.

Ao longo de sua existência “A universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado” (WANDERLEY, 2003, p. 37). Adaptou-se às inovações do homem enfrentando resistências internas e forte tendência conservadora, mas com as novas exigências adaptou-se com a tendência de privilegiar a pesquisa até “O pensamento universal da necessidade de integrar ensino e pesquisa.” (p. 39). Enfatiza ainda o mesmo autor que esta integração depende da concepção que os envolve.

Os estudos contemporâneos que envolvem o ensino superior estão entrelaçados às discussões das reformas que encaram este século com as complexidades ambientais e do desenvolvimento marcadas por uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este debate vai ao encontro dos desafios do século XXI discutido por Santos, (2005, p. 44) no que diz respeito a uma universidade sem pesquisa e extensão:

As reformas devem partir do pressuposto que no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade. Isto significa que, em muitos países, a esmagadora maioria das universidades privadas e mesmo parte das universidades públicas não são universidades porque lhes falta a pesquisa ou a pós-graduação.

As reformas do Ensino Superior tiveram marco no ano de 2004, quando o Ministério da Educação juntamente com vários organismos civis e acadêmicos deflagrou novas propostas, e entre elas, o papel da Educação Superior em não contribuir apenas com o desenvolvimento econômico, mas também e, principalmente, com a pesquisa científica e para com a cidadania democrática (ROLIM; SERRA, 2009). Neste contexto discute-se aqui no âmbito do desenvolvimento regional a função das IES para com regiões amazônicas ribeirinhas que não se encerram no comprometimento com o desenvolvimento da região, mas também com o conhecimento científico que integre as necessidades educacionais diferenciadas de acordo com políticas de educação do campo.

Mudanças oriundas das reformas do ensino superior incluíram as políticas de ações compensatórias para garantir acessibilidade e oferecer maior número de vagas. Embora polêmicas, proporcionaram acessos aos alunos de escolas públicas, negros e índios além de financiamentos diversos. As políticas compensatórias são atitudes provisórias que não solucionam os problemas, por atenderem reivindicações imediatas, no entanto, abrem a discussão para a elaboração de uma política educacional democrática, garantindo acesso e permanência no ensino superior, além de buscar qualidade (RISTOFF, 2008). As populações

ribeirinhas que estiveram excluídas dos acessos educacionais do Ensino Superior são beneficiárias de tais políticas compensatórias bem como necessitam que estas políticas avancem no sentido de garantir o acesso à educação superior

A pesquisa e extensão são ações da Educação Superior que dependem de uma política de estado. É necessário também que esta política pública tenha condições de ser desenvolvida de forma a manter a ética, relevância e pertinência. Sendo o Estado como responsável pelas políticas públicas, “de maneira elementar, podemos concordar que política é a participação nos assuntos do Estado.” (BRASIL, 2003, p 39). As discussões mais recentes no Brasil sobre as políticas públicas da educação contemplam esta preocupação conforme o último documento da Conferência Nacional da Educação (CONAE/2010) que, entre outras, relata ações, proposta pelos seus participantes, que vão de encontro à melhoria de políticas públicas para educação superior.

A fragilidade da educação brasileira é reconhecida no relatório final da CONAE/2010 pela falta ainda da efetivação do Sistema Nacional de Educação. Neste sentido, o documento apresenta contribuições propositivas como a efetivação do Sistema Nacional de Educação.

Consta no relatório da CONAE (2010) discussões de novos caminhos para sistematização de ações no sentido de avançar na construção de políticas de Estado para a educação nacional, em que, de maneira articulada, níveis (educação básica e superior) “[...] promovam a formação integral com qualidade [...]” (p. 13). É esta articulação entre educação básica e ensino superior que esta pesquisa se debruçará ao analisar as relações das IES com as comunidades escolares e saberes locais.

As comunidades ribeirinhas da Amazônia situadas em lugares de difícil acesso requerem do Estado um compromisso com políticas públicas específicas que contemplem sua condição diferenciada quanto a localização geográfica, modos de vida e saberes locais e de forma que não sejam discriminadas negativamente, excluídas e nem privadas de direitos ou bens culturais próprios da escolarização do que as comunidades urbanas.

Portanto, garantir acessos e ampliar o nível de estudos dos cidadãos é também um caminho para garantir desenvolvimento com sustentabilidade. A educação permite que se adquira um tipo de conhecimento que se transformam em subsídios necessários para se pensar e propor mecanismos para obtenção do desenvolvimento sustentável, uma vez que é através da educação que conceitos traduzem-se em práticas e constroem ciências para não degradar e nem deteriorar o planeta (GADOTTI, 2000).

Os estudos contemporâneos incorporados sobre a universidade não são poucos nem

fáceis, são descritos por Buarque (1994, p. 17) como “[...] sustos que está tomando no final do século XX, tem de ver o século XXI e sua civilização como um oceano desconhecido a ser enfrentado no mesmo momento em que é construído.” É assim que as comunidades escolares situadas dentro dos espaços ribeirinhos tradicionais se encaixam. Buarque (2003, p.31) assim se posiciona:

O mundo de hoje já não permite que a universidade continue dividida em departamentos. Os novos campos do conhecimento e o compromisso com a realidade social exigem que seja adotado um enfoque multidisciplinar. Além disso, a disseminação do conhecimento e de sentimentos humanistas entre todos os alunos da universidade não poderá ocorrer se o ensino permanecer limitado às disciplinas oferecidas dentro das amarras do sistema de departamentos.

As práticas educacionais, inclusive a pesquisa e extensão deveriam atuar sempre de forma multidisciplinar e, no caso das comunidades ribeirinhas, a atuação deve incluir sempre a reflexão homem e natureza. A citação acima reforça a necessidade das IES caminharem em direção às práticas multidisciplinares e extrapolarem os limites impostos pelas disciplinas – fato desafiador para uma Universidade que deseja manter sua tarefa de extensão em comunidades que apresentam características diferentes do cotidiano urbano ou mesmo rural, ainda pouco reconhecido como espaço de vivência acadêmica. Comunidades amazônicas ribeirinhas são sempre descritas por sua singularidade de modos de vida diferenciados, mas seus habitantes não são descritos como futuros cientistas da Amazônia. É este o grande desafio reafirmado por Freire (1996, p. 76) quando defende que “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível [...]. O mundo não é. O mundo está sendo.”

Assim, é coerente a rediscussão do papel das universidades, conforme Domingues (2006), quando propõe que as mesmas devem ser refundadas mais de uma vez para dar conta dos desafios do tempo. Um desses desafios especificamente para pensar a Amazônia é o pensamento trans, multi, pluridisciplinar para apalpar o que não é sabido, como sugere Brandão (2008). Refundar as universidades, aqui, neste debate, significa reorganizá-la de acordo com as necessidades sociais. Para as comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Madeira isto quer dizer participar diretamente das atividades de extensão das IES e de fato construir propostas de desenvolvimento sustentável. Para discutir o desenvolvimento das comunidades tradicionais é preciso lançar mão dos conhecimentos diversos a partir de uma visão pluridisciplinar que dialogue entre os saberes científicos e locais.

### **3.1.1 Bem público**

Para a Conferência Regional do Ensino Superior na América Latina e no Caribe

(CRES, 2008) a educação superior é defendida como um bem público e constitui-se como um direito humano e universal, além de ser um dever do Estado. A referida Conferência declara também que é o ensino superior é base estratégica nos processos de desenvolvimento sustentável dos países da região.

A instituição universitária, como bem público, significa garantia e igualdade no acesso, continuidade ou permanência e, adaptação (DIAS, 2009). Para a Amazônia estes pontos são todos significativos para atender as demandas das comunidades. A adaptação requer estudos ainda mais aprofundados e cuidados no momento da aplicação de conteúdos nas escolas e durante a realização de atividades das IES, pois é preciso adaptá-los aos saberes locais para se conseguir um diálogo com as comunidades ribeirinhas descendentes de povos indígenas que ainda conservam modos e saberes diferentes do que estamos acostumados a tratar no espaço acadêmico.

Para garantir este bem público às comunidades ribeirinhas é preciso conhecer a complexidade na qual elas estão inseridas. Trata-se de uma complexidade brasileira pouco conhecida situada dentro do que Schwartzman (2005, P. 43) sugere: é mais fácil construir prédios e trazer uma criança para escola do que administrá-la e ensinar a ler e escrever. Continuando, o mesmo autor propõe:

Para enfrentar esta complexidade crescente é necessário, criar, no país, condições adequadas para o desenvolvimento da pesquisa em educação, e fazer com que os resultados destas pesquisas sejam amplamente difundidos, conhecidos e incorporados às políticas governamentais.

A Amazônia ribeirinha em Rondônia é constituída desta complexidade e necessita que além das pesquisas direcionadas a ela, estas sejam difundidas e incorporadas às políticas de governo. As complexidades compreendem, entre outras, o habitat natural que necessita preservação por ser imenso abrigo de espécies variadas, o respeito aos povos e nações que ali habitaram e o espaço aquático considerado a maior bacia de água doce do mundo. As ações de governo precisam ir mais além do que apenas reconhecer a necessidade de pesquisar a Amazônia e em seguida arquivar os estudos em bibliotecas ou publicá-los em veículos de comunicação científica que ficam restritos à leitura dos próprios cientistas. Neste sentido, só a compreensão da educação superior como bem público, é que o resultado da produção científica garantirá o acesso pelo público que a necessita.

### **3.1.2 Ensino Superior e Amazônia**

A Amazônia permanecerá sempre um espaço que causa interesses e desperta atenção do mundo todo, principalmente pelo seu potencial de recursos naturais ainda não pesquisados



(MELLO, p. 7). Esta atenção integra propostas de pesquisas científicas que devem contemplar a relevância necessária tão debatida mundialmente: preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário que as Universidades atendam a demanda internacional, nacional e local dentro das pertinências coerentes com as atribuições do ensino superior. Além disso, as IES podem focar suas atenções necessárias à pesquisa e extensão a fim de cumprir seu papel como instituição que participe efetivamente dos processos de educação e desenvolvimento coerente com uma região contextualizada com demandas tão específicas como diversidade cultural e lingüística, vasta concentração de espécies ainda não estudadas e espaços que abrigam uma imensa bacia de água doce, entre outros.

A Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES, 2008, p 171) contextualizam a região como “pluricultural e multilíngue” e defende ainda a valorização da diversidade. Define assim o papel das IES:

Em um mundo onde o conhecimento, a ciência e a tecnologia desempenham um papel de primeira grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento da Educação Superior constituem um elemento imprescindível para o avanço social, a geração de riqueza, o fortalecimento das identidades culturais, a coesão social, a luta contra a pobreza e a fome, a prevenção da mudança climática e a crise energética, assim como para a promoção de uma cultura de paz.

A referida Conferência também contextualiza a Amazônia em um espaço nacional e internacional junto aos seus parceiros mais próximos de fronteira envolvendo toda América Latina e Caribe. No entanto, este espaço muito diverso necessita de olhares diferenciados, como por exemplo, a garantia do acesso ao ensino superior.

É necessário olhar para Amazônia como um universo que necessita das invenções e criações contemporâneas para garantir direitos tão importantes, como a educação, sem perder de vista uma capacidade crítica em relação ao seu conteúdo e qualidade. As invenções tecnológicas propícias para atender demandas das comunidades e escolas ribeirinhas, por exemplo, merecem uma atenção dos estudos científicos regionais coordenados pelas IES quanto ao modelo e condições de oferta e podem ser apreciado dentro das possibilidades de expansão com a qualidade das atividades do ensino superior, como em razão das ações de extensão em Comunidades Ribeirinhas.

A função da universidade na Amazônia quando no início da criação das universidades foi direcionado para formação profissional (BRASIL, 2003), principalmente para qualificar mão de obra. Focada nesta prática, ainda é frágil uma articulação junto às propostas de desenvolvimento através da pesquisa e extensão coerente com as respectivas pertinências científicas. Hoje este debate é urgente e cabe aos governantes, gestores e pesquisadores a

tarefa de mudar o marco inicial das universidades na Amazônia para que a pesquisa e a extensão marquem presença constante junto às comunidades locais.

Apesar da carência de mão de obra na educação na região ribeirinha amazônica, não justifica que a função de uma IES limite-se apenas em oferecer cursos de formação profissional nesta área. Essa prática da formação profissional na educação não pode também ser dissociada da pesquisa e da extensão.

Em períodos anteriores, quando do início da implantação das IES, a Amazônia teve um olhar ideológico que produziu teorias discriminadoras e com olhar colonizador que carecem de mudanças. Freitas (2008) descreve que a educação da Amazônia teve em sua trajetória um quadro bastante específico e absorveu costumes estrangeiros por força da colonização européia, além disso, nunca teve o mesmo tratamento dado às outras regiões com potenciais econômicos diferentes. Freitas (2008, p. 216 e 217) argumenta que:

A característica subsequente da pesquisa científica na Amazônia a inclui em um complexo quadro de subdesenvolvimento intelectual pela carência das universidades federais na Região Norte. Grosso modo, as instituições federais de ensino superior (Ifes) fora do Sudeste são vistas como instituições impostas por processos de legitimação políticas dos arranjos de grupos de conservadores e pouco expressivos na cultura científica do Brasil.

As universidades da região norte tiveram uma organização desigual e a Amazônia foi atingida por ideologias de defenderam uma diferenciação entre elas, principalmente na comparação entre as que produzem “[...] conhecimento novo e aquelas limitadas à transmissão do ensino [...]” (FREITAS, 2008, p. 217). Este foi o pensamento que se generalizou como representação da consciência universitária nacional comprometendo o acesso da região norte ao conhecimento superior, conclui a autora.

As universidades na Amazônia foram implantadas e concebidas a partir de dois vieses: a) as IFES “[...] articuladas por projetos de desenvolvimento regional a partir dos programas do governo federal seguindo a lógica dos pólos de desenvolvimento e programas de integração nacional, dentro dos planos nacionais de desenvolvimento (PND) [...]”, (BRASIL, 2003, p. 249) e; b) mais recentemente por ocasião da expansão universitária, no caso das IES privadas, incentivadas pelo credenciamento e autorização de cursos privados que teve sua demanda oriunda dos incentivos de Financiamento ao Estudante e PROUNI, (DIAS, 2008).

Nestes dois processos, a atenção aos habitantes das comunidades ribeirinhas em locais de difícil acesso ainda aguardam pelo ensino médio na esperança de uma proposta que os inclua no ensino superior. Ou seja, há uma expansão que ainda não amadureceu a oferta conforme o local e pauta a extensão pelo critério exclusivo da densidade demográfica.

Sendo a universidade o espaço da pertinência científica e, tendo como um dos atributos da pertinência a “[...] capacidade de geração de conhecimento e respeito ao conhecimento de uma ecologia humana dinâmica e marcadamente endógena” (BRASIL, 2003. ps. 22 e 23), é importante caracterizar o processo de atendimento à comunidade ribeirinha e assumir os saberes locais no conteúdo como mais adequado para discutir a educação na região amazônica. Diante de análises buscadas na cientificidade pode-se contribuir para as instituições gestoras do ensino e, desta forma o ensino superior, como produtor da ciência, estabelecer um dialogo com o órgão executivo das políticas públicas.

### 3.1.3 Conhecimento e Ensino Superior

A ação mais engajada junto à sociedade e para que as pesquisas de fato cumpram seu papel, as IES devem atentar-se para com a pertinência que, para Brasil (2002) tem significado diferente de relevância, embora costuma-se confundi-los. Para a autora, “[...] a pertinência possui evidências de prática metainstitucional” (p. 8) e acrescenta:

A **Pertinência Científica** da educação superior (que pode ser portanto uma outra dimensão da pertinência geral ou social, como a entendo) se estreita com sua capacidade de gerar desenvolvimento quando, à luz de uma ação de sustentabilidade ecológica, obtém intercâmbios entre a pesquisa e o ensino que extrapolem as fronteiras da própria condição institucional e do Estado- ação, aí bem localizada a importância fundamental que ocupa os processos de cooperação e a necessidade de compreender muito bem a quais compromissos estas iniciativas respondem.

Os termos “sustentabilidade ecológica e desenvolvimento”, utilizados pela pesquisadora amazônica acima citada, possuem carga explicativa coerente com esta investigação por tratar, em certa medida, de valores e fundamentos que caracterizam as comunidades ribeirinhas amazônicas. A análise da relação das IES para com as comunidades escolares e seus conhecimentos locais perpassa também pelas necessidades que aquela região tem em compreender sua sustentabilidade ecológica e desenvolvimento.

Pensar e discutir a sustentabilidade ecológica, é pensar a Amazônia através da Universidade ou pensar a Universidade através da Amazônia. São temas pertinentes e necessários como a via de mão dupla que contempla o conceito da extensão de diálogo e comunicação (FREIRE, 1983) entre as IES e comunidades. O momento (contemporaneidade) é propício para se estabelecer compromissos entre o Universo Amazônico e as Instituições de Ensino Superior. É indispensável analisar em que medida as relações que os projetos de pesquisa e extensão auxiliarão futuros pesquisadores na elaboração de projetos que contribuam cada vez mais para com o desenvolvimento, e possam melhorar a interlocução das IES junto às

comunidades ribeirinhas.

Este diálogo precisa conectar-se à pertinência científica e condicionar-se aos processos de interação científica social, nos diversos setores da sociedade (BRASIL, 2007). É pertinente também que as IES, ao relacionar-se com as comunidades amazônicas, contemplem as necessidades educativas para favorecer o desenvolvimento regional sustentável. Gadotti (2000, p. 79) lembra que “[...] o desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.”

A Amazônia desempenhou, ao longo de sua história e através de suas universidades, processos políticos que apontam para alternativas de desenvolvimento (BRASIL, 2003). Através da articulação entre as universidades da região, foi possível definir a vocação e papel científico conforme o PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA LEGAL (PIUAL) assinado em 1979 (LOURENÇO s/d, p. 2) descreve:

A união das universidades amazônicas brasileira no PIUAL, permitiu identificar problemas comuns e ações coletivas para superá-los. O fato das universidades da Região estarem realizando cada vez mais atividades de docência, pesquisa e extensão relacionadas com assuntos amazônicos, permite concluir que elas estão assumindo sua verdadeira vocação amazônica.

O despertar e o exercício da vocação amazônica nas universidades e institutos de pesquisas têm conduzido à identificação de objetivos e problemas comuns e ao estabelecimento de formas associativas que conduzam à melhoria das próprias instituições e ao encontro de soluções mais justas e equitativas para alcançar um desenvolvimento sustentável na Região. Esses mecanismos têm permitido maximizar a utilização da infra-estrutura e dos recursos disponíveis, estabelecer programas conjuntos de capacitação e pesquisas, catalisar e difundir informação científica produzida na Região e fora dela, unir forças para captar recursos financeiros sempre escassos e concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país e avaliar criticamente seu papel de instituições comprometidas com o avanço científico, tecnológicos e cultural da Região.

O cenário de isolamento das universidades na Amazônia levou a uma série de experiências de cooperação interuniversitária históricas e de importância para região e para o fortalecimento da educação superior na Amazônia. Brasil (2003) identifica características significativas para o papel das IES na região amazônica, como por exemplo, o fortalecimento dessas IES para afirmar capacidades da geração do conhecimento e produção científica regional.

As iniciativas trazem, sempre, a perspectiva da produção do conhecimento universitário direcionado e partícipe do desenvolvimento regional. A Universidade desempenha um importante papel e é a grande responsável pela produção e transmissão do conhecimento científico específicos. Fazer com que estes conhecimentos diversos e a ciência cheguem às

populações que estão distantes dos centros universitários, das sedes de órgãos educacionais e, principalmente, em locais que precisam ser conservados - florestas e ambientes - faz parte da função das IES.

Acrescentar a produção científica local aos conhecimentos que os professores receberam em sua formação inicial numa IES e sendo hoje profissionais da educação numa comunidade ribeirinha é um dos caminhos para que a comunidade atue na perspectiva do desenvolvimento regional, sustentável e ecologicamente correto. Gadotti (2000, p. 35) indaga: “O que seria uma cultura da sustentabilidade? [...] O que estamos estudando nas escolas? Não estaremos construindo uma ciência e uma cultura que servem para degradação e deterioração do planeta?” Nas regiões ribeirinhas e de florestas, não basta pensar o desenvolvimento sustentável, é preciso pensar também na sustentabilidade ambiental.

### **3.2 PESQUISA, EXTENSÃO E OS SABERES POPULARES**

As IES são instituições que tem como papel fundamental tratar o conhecimento humano sobre si e sobre a natureza dentro de um processo formativo próprio. Para fazê-lo devem considerar a origem e a produção do conhecimento. Aprimoram, desconstruem, consolidam ou disseminam o conhecimento quando estão desempenhando a tarefa de educar e de formar profissionais. A interação do conhecimento humano, universal, local ou acadêmico tem sentido quando contribui para ampliação e melhoria da qualidade de vida e respeito cultural. Para cumprir este papel a função da pesquisa e extensão assumem a dimensão dinâmica da existência da organização na sociedade e voltada aos interesses sociais.

Os saberes compreendidos como conhecimentos adquiridos no dia-a-dia, transmitidos pelos mais velhos ou adquiridos nos ambientes formais da educação, requerem principalmente relações que façam sentido e contribuam para a construção de novos saberes que dêem respostas ao desenvolvimento e melhorias de cada região ou comunidade.

A relação com os saberes dentro de um projeto de pesquisa e extensão é fundamental para que este faça sentido às IES e às comunidades pesquisadas. Deixar que a participação da comunidade escolar integre-se às pesquisas é uma forma de integrar e dialogar com os saberes locais de uma comunidade e com os saberes científicos – principalmente em comunidades tradicionais como as do Baixo Madeira, onde a escola é um local que concentra a maior parte das atividades sociais da comunidade. Para Santos, (2005, p. 25) “[...] o diálogo dos diferentes saberes é hoje uma necessidade urgente”.

A discussão quanto aos diferentes saberes, divulgação da ciência e comparações

interculturais apareceram nos estudos pós-coloniais e pós-modernos, conforme assevera Santos (2005). O mesmo autor expõe também que, mesmo as universidades sendo o centro dos debates atuais, a violência contra vários saberes continua, fruto ainda dos processos de colonização. Tratando-se então das comunidades do Baixo Rio Madeira é pertinente que se aborde a forma como as IES registram os saberes das comunidades em suas pesquisas e projetos de extensões, uma vez que se trata de comunidades constituídas e marcadas fortemente por uma colonização que se apossou da exploração extrativista da borracha, explorando imigrantes trazidos para este fim e dizimando os povos que antes habitavam aquele local.

As instituições de ensino, por sua natureza, estão sendo desafiadas a incluir dentro de suas tarefas o reconhecimento dos saberes locais como parte, propósito e interesse para os saberes científicos, hoje se compreende melhor com a idéia do diálogo entre os saberes, caminho possível para entendimento. Para Morin, (2009, p. 97) seria:

[...] um modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humanos. Um conhecimento capaz de não se fechar no local e no particular, mas de conceber os conjuntos, estaria apto a favorecer o senso da responsabilidade e da cidadania.

Numa escola formal das comunidades ribeirinhas, alunos distinguem as diversas espécies de palmeiras ou de peixes, diferente de quem não habita aqueles espaços de florestas, que enxergam as espécies parecidas como se fossem iguais. Inicia-se ali mesmo na educação básica o diálogo dos saberes de forma a acrescentar em ambos os cenários – científicos e não científicos, informações necessárias aos conhecimentos para toda a sociedade.

Para Domingues (2006) é necessário que as universidades tenham a expansão e alargamento das fronteiras disciplinares e saberes, que para o autor representa o papel da universidade avançada e para tanto precisam ser refundadas, alargando também com a pesquisa, ensino e extensão e as diversas formas de conhecimento.

Os saberes locais de uma comunidade tradicional como as estudadas neste trabalho tem muito a contribuir com os saberes científicos, com o desenvolvimento e, principalmente, para com a educação formal apreendendo uma realidade (FREIRE, 1996).

## 4 METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa *qual relação estabelecida entre os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelas IES e as comunidades escolares, incluindo os respectivos saberes locais* encontrou-se caminho na análise de documentos científicos das IES que registraram as atividades de a pesquisa e a extensão desenvolvidas por estes na região do Baixo Rio Madeira.

Para este estudo, documentos são informações escritas disponíveis nos acervos por onde percorreu esta pesquisa e são fontes de registro histórico material ou imaterial. Considera-se mecanismos de formulação de contextos e recuperação de dados. Os documentos encontrados como produção científica foram:

- a) **TCC:** Trabalhos de Conclusão de Cursos de graduação na forma de artigo ou monografia;
- b) **Dissertações:** textos científicos produzidos a partir de projetos de pesquisa coordenados por programas de pós-graduações em nível de mestrado;
- c) **Teses:** textos científicos produzidos a partir de projetos de pesquisa coordenados por programas de pós-graduações em nível de doutoramento; e
- d) **Projetos de Extensão:** projetos coordenados por IES com objetivos de realizar colóquios temáticos, integrar atividades comunitárias ou desenvolver cursos para comunidade.

### 4.1 PROCEDIMENTO TÉCNICO DE PESQUISA

Para estudo dos documentos o procedimento técnico adotado foi a Análise de Conteúdo, que é um procedimento técnico de pesquisa definido por Bardin (2009, p. 33) como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações.” Pode ser também “uma análise dos significados [...]” ( p. 37), ou seja, através da análise de conteúdo pode se buscar respostas contidas nas mensagens escritas para fins diversos e, neste caso buscou-se identificar as relações estabelecidas pelas IES em seus projetos de pesquisas e extensão junto às comunidades escolares na região do Baixo Madeira, bem como suas relações para com os saberes das localidade pesquisada.

Apesar da atividade de interpretar palavras seja antiga, mais recentemente, no século XIX, a interpretação de palavras foi proposta por Bourbon para análise de parte da Bíblia (FRANCO, 2008). Utilizou-se também como apoio de exemplo de análise de conteúdo, outra dissertação da mesma instituição que adotou o mesmo caminho metodológico (SILVA SOARES, 2008). Ressalva-se que a pesquisadora utilizou também ferramenta de software para

sistematizar os dados, procedimento que difere desta que utilizou apenas ferramentas manuais de leitura e seleção de partes dos textos analisados, devidamente anotados em inventário da pesquisa.

## 4.2 A COLETA DO MATERIAL

A procura pelos documentos percorreu as bibliotecas e departamentos de pesquisa e extensão das várias IES da cidade de Porto Velho e de outras cidades seguindo indicações de pesquisadores que presenciaram tal atividade na região do Baixo Rio Madeira, Distritos de São Carlos, Nazaré e Calama e suas respectivas comunidades.

A coleta do material obedeceu aos seguintes passos:

- a) na biblioteca central da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) deu-se através da busca de títulos, tema ou palavra-chave que indicasse a pesquisa ocorrida na região delimitada por esta pesquisa;
- b) dissertações e teses de outras Universidades que foram localizadas também na Universidade Federal de Rondônia uma vez que seus pesquisadores são funcionários da instituição;
- c) na busca de material nos diversos departamentos da UNIR foi possível colher projetos nos grupos de estudos de Biogeoquímica e dissertações no PGDRA;
- d) a coleta dos trabalhos de pesquisa do Núcleo Apoio Populações Ribeirinhas na Amazônia NAPRA/SP<sup>1</sup> foi realizada de forma virtual com o auxílio de outra pesquisadora do mesmo núcleo que enviou os textos através de correio eletrônico; e
- e) a coleta do material das outras IES da cidade de Porto Velho foi feita através de visitas aos departamentos de pesquisa e extensão, sendo identificada apenas uma (01) instituição com trabalhos de extensão dirigida ao Baixo Madeira.

Foram localizados durante a coleta 3 Teses de Doutorado, 10 Dissertações de Mestrado, 07 Projetos, 05 Trabalhos de Conclusão de Curso (artigos e Monografias) registrados como resultantes de pesquisas e extensões realizadas na região do Baixo Rio Madeira (Apêndice A).

---

<sup>1</sup> NAPRA é uma organização sem fins econômicos, que realiza projetos interdisciplinares na Amazônia há mais de 10 anos. Sua missão é promover ações de saúde, educação e desenvolvimento sustentável para comunidades ribeirinhas de Rondônia e propiciar uma vivência em responsabilidade social na aplicação prática do conhecimento de estudantes universitários (NAPRA/2010).

1.2 Os trabalhos coletados no NAPRA são de estudantes de IES que participaram de Projetos coordenados pelo NAPRA (Idem).



### 4.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa adotou abordagem qualitativa para a análise proposta no objetivo geral uma vez que tratará os dados de forma interpretativa para identificar as relações estabelecidas entre os projetos de pesquisa e extensão das IES e as comunidades escolares e seus respectivos saberes locais. Esta abordagem foi utilizada para a “[...] reflexão e análise da realidade” (OLIVEIRA, 2007, apud SIENA, 2009, p. 62) da pesquisa e extensão das IES na região do Baixo Madeira. Ou seja, o foco principal da pesquisa é interpretar os dados da análise dos projetos e pesquisas das IES que atuaram nas comunidades ribeirinhas daquela região.

A utilização de documentos tais como teses, dissertações, monografias e projetos classificam esta pesquisa como **do tipo documental** (GIL, 2010, p. 29). Após o levantamento do material de pesquisa iniciou-se o processo de leituras e fichamentos – etapas necessárias à pesquisa documental que para Gil (2010) são etapas necessárias a este tipo de pesquisa.

### 4.4 AS FASES DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo passa por três fases: a pré-análise, a descrição ou exploração do material e o tratamento dos dados com inferências e interpretação. (BARDIN, 2009, p. 121).

A primeira fase (pré-análise) passa pela escolha dos documentos e organização do material, sistematização de idéias, formulação de objetivos, hipóteses e num plano de pré-análise determina-se o corpus do trabalho. Esta fase também inclui: preparação, escolha dos documentos, leitura flutuante, formulação de hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores para interpretação final (BARDIN, 2009).

Bardin (2009) defende três regras para esta primeira fase: a exaustividade que tem como princípio não deixar nenhum documento ou texto fora da pesquisa que não seja justificável; a regra da representatividade exige que “[...] a amostra seja uma parte representativa do universo inicial.” (p. 123); Para a regra da homogeneidade os documentos “[...] devem obedecer a critérios de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora dos critérios de escolha [...]” (p. 124); e por fim a regra da pertinência exige que os documentos devam ser adequados enquanto fonte de informação ao que se pretende. Sendo assim a coleta deteve-se rigorosamente em separar documentos específicos oriundos de projetos de pesquisa de Instituições de Ensino Superior elaborados para fins de produção científica que tiveram suas pesquisas realizadas na região do Baixo Rio Madeira.

A segunda fase é a exploração do material, quer dizer é a “[...] aplicação sistemática das decisões tomadas [...]” (p. 127), com a utilização de ferramentas manuais ou efetuadas por computadores. No caso desta pesquisa o trabalho manual explorou o material separando-o por tipo de documento (tese, dissertação, monografia, TCC ou artigo e projetos), data de publicação ou ano de defesa, instituição de pesquisa e temas de pesquisa. Em seguida organizou-se o inventário de pesquisa.

O inventário de pesquisa foi a ferramenta adotada para fichar os documentos estruturados por títulos essenciais à extração de informações para a análise, a saber: Título do trabalho científico, autor, IES, data do documento, local de coleta, tema, objetivos do trabalho científico, conclusões, registro sobre a educação/comunidade escolar, registro dos saberes locais, acessibilidade, outros registros (Apêndice A).

Em seguida passou-se ao início da categorização, também com aplicação da ferramenta manual, selecionando-os em fragmentos e separando-os em categorias temáticas, que serão tratadas no próximo item para, por fim, passar à interpretação.

A terceira fase é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Para esta interpretação é necessário transformar os dados de “[...] maneira a serem significativos (falantes) e válidos [...]” (BARDIN, p. 127). Nesta fase se compõem os quadros, figuras e percentuais quando, então, o analista propõe inferências e adianta interpretações.

#### 4.5 A CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

O princípio da categorização “[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.” (BARDIM p. 145). Pode ser semântico, sintático, léxico e expressivo. Continuando, a autora explica que classificar em categoria é investigar o que cada um dos elementos tem em comum. Para analisar os conteúdos é necessária também uma codificação e esta “[...] corresponde a uma transformação que pode ser por recorte, agregação e enumerações podendo ser transformados em índices” (BARDIN, 2009, p. 129).

A categorização, segundo Bardin (2009) pode empregar dois processos inversos: procedimentos por caixas e procedimentos por acervo. Optou-se, neste trabalho, pela escolha do **procedimento por acervo** e elaborou-se o título conceptual da categoria após a operação, depois das várias leituras e destaque de partes textuais do material investigado. Desta forma foi possível organizar os fragmentos textuais que continham mensagens para responder *qual a*

*relação estabelecida entre os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelas IES e as comunidades escolares, incluindo os respectivos saberes populares?*

Durante a leitura dos documentos (teses, dissertações, monografias, TCCs, artigos e projetos) foram destacados os trechos que continham referências às escolas e respectivas comunidades escolares – alunos, professores, pais e funcionários. Em seguida as citações foram agrupadas de forma a considerar algumas categorias temáticas. O critério utilizado foi o critério **semântico**, pois a categoria escolhida foi temática. “O critério de recorte da análise de conteúdo por excelência é o tema, ou seja, um recorte ao nível semântico, dado que é, sobretudo, análise das significações” (KEINERT, 2000, p.54 apud SILVA, 2008, p. 77).

#### **4.5.1 A escolha das categorias temáticas**

As categorias temáticas escolhidas foram cinco assim nomeadas:

**Tema 1: Citação da comunidade escolar nos textos analisados** – nesta categoria adotou-se uma investigação de SIM e NÃO para montar um quadro demonstrativo de trabalhos que citam a comunidade escolar separando-os dos trabalhos que não citam a existência da comunidade escolar no corpo do texto científico;

**Tema 2: O registro da comunidade escolar nos textos analisados** – o objetivo deste tema foi detalhar a intensidade dos registros referentes à comunidade escolar com novo quadro dividindo-o em três indicadores para separar os trabalhos que não fazem nenhum registro (NR), trabalhos que apenas registram sem maiores detalhes (AR) e trabalhos de fazem vários registros e comentários acerca da educação e comunidade escolar (VR);

**Tema 3: A relevância do registro** – neste tema o quadro foi montado com outros três indicadores extraídas dos documentos: relevante, irrelevante e nenhum registro para demonstrar qual a importância que o registro da educação formal ou comunidade escolar tinha para com a pesquisa ou extensão realizada pelas IES e é este quadro demonstrativo que serviu de base para responder o problema de pesquisa;

**Tema 4: Registro do envolvimento e níveis de envolvimento da pesquisa para com a comunidade escolar** – para quantificar e analisar a relação das IES para com a comunidade escolar este quadro de dados (Apêndice E) foi montado com dois indicadores: envolvimento e níveis de envolvimento. Em seguida subdividiram-se as informações em cinco outras que detalham cada envolvimento da pesquisa para com a comunidade escolar dividindo-os em níveis: não envolve, envolve, envolvimento superficial, envolvimento parcial e envolvimento total;

**Tema 5: Registro dos saberes locais** – o quadro foi organizado em três colunas com os seguintes indicadores: não registra (NR), registro preconceituoso (RP) e diálogo entre os saberes (DS). O quadro proporcionará a análise com base nos registros textuais, ou seja, o olhar que as IES dispensam para as comunidades tradicionais através da pesquisa e extensão.

A ordem de escolha das categorias temáticas foi, portanto, organizada de forma a constar primeiro o registro no documento da informação pretendida (se continha registros da existência da comunidade escolar e registro do saber popular), para em seguida subdividir as diversas formas de informação e então responder o problema de pesquisa.

#### **4.6 OUTROS REGISTROS E INSTRUMENTOS**

A análise minuciosa partiu dos fichamentos dos documentos analisados (apêndice A) e, de acordo com a interpretação das mensagens foi analisada a relevância do registro da educação formal para a pesquisa bem como selecionados os vários níveis de envolvimento da pesquisa para com a comunidade escolar (apêndices B, C, D, E e F ). Por fim o último tema completa a resposta do problema de pesquisa no que diz respeito aos saberes populares e científicos.

Outros registros não temáticos tais como tema de pesquisa e quantidade de IES de diferentes regiões foram selecionados para completar a análise e responder qual a relação da pesquisa e extensão das IES para com as comunidades escolares e saberes locais?

Para reforçar a análise e respostas do problema de pesquisa foram necessárias algumas investigações de campo e para tal utilizou-se o instrumento de inventário oral (Apêndice G).

## 5 A PESQUISA E A EXTENSÃO NO BAIXO MADEIRA

### 5.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Os dados representados nos quadros 5, 6 e 7 apresentam informações não temáticas mas que servirão para confirmar as atividades das IES na região de difícil acesso do Baixo Rio Madeira uma vez que apresentam dados referente a quantidade de IES, tipos de produção científica e quantitativos de projetos de pesquisa e de extensão.

Os 28 documentos científicos coletados constituem um acervo de 03 teses de doutorado, 10 dissertações de mestrado, 08 TCCs e 07 projetos confirmam que as IES atuam na região pesquisada.

A acessibilidade descrita em praticamente todos os documentos analisados, conforme sistematizado no inventário de pesquisa (apêndice A) registra acesso realizado principalmente por Barcos Recreios com duração de 06 a 15 horas de viagem. Este dado, no entanto, não impediu a pesquisa científica na região situada numa extensão de aproximadamente 100 km ao longo do Rio Madeira compreendidos entre os Distritos de São Carlos e Calama.

O quadro 5 mostra que instituições de diferentes estados pesquisaram na região do Baixo Rio Madeira, além de desenvolverem projetos de extensão. Os dados mostram também que as IES Federais tem uma atuação maior, ao que se conclui fragilidade de IES particulares para com a pesquisa e extensão no Baixo Rio Madeira. Instituições de outras regiões como é o caso da UNB e UFRJ são parceiras da Universidade federal local e desempenharam projetos ligados ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) que conforme Bastos (2005, p. 8) descreve:

Através da cooperação entre pesquisadores da UNIR, UFRJ, UNB e UFF pretendemos formular estratégias em torno do problema “Usos múltiplos da água, sua contaminação e consequências à saúde pública na sub-bacia hidrográfica do rio madeira: subsídio para conservação e zoneamento ambiental.

As IES de diversos estados do país atuando na região do Baixo Rio Madeira acumularam um volume de pesquisas que envolveram vários temas de pesquisas diferentes e que contribuem cientificamente para com os estudos da região e principalmente para com o desenvolvimento regional. Pode-se lançar mão de dados importantes para subsidiar elaboração de material didático, debates com as comunidades para pensarem seu próprio desenvolvimento, conhecimento de mitos, conhecimentos geográficos, história da colonização das diversas localidades, enfim, é um acervo científico que registra a região do Baixo Madeira em diversos aspectos de informações.

O quadro 5 resume a atuação das diversas IES e os tipos de produções científicas:

<b>PRODUÇÕES CIENTÍFICAS</b>					
INSTITUIÇÃO	PROJETO	TESE	DISSERTAÇÕES	MONOGRAFIAS	ARTIGOS/ TCC
UNIR*	04		10		
USP		01	02		02
UFRJ*	01	01			
UNIR/UNB*	01				
UFSCar/Napra					02
FMP/NAPRA				01	
VÁRIAS IES/NAPRA					01
SÃO LUCAS	01			02	
UNESP		01			

Quadro 5: Demonstrativo de trabalhos analisados por universidade.

Fonte: Dados da pesquisa organização da autora.

\*Nota: Universidades parceiras contam o mesmo um projeto para cada uma, sendo repetido ente elas.

O ano do documento mais antigo coletado é de 1994 e o mais recente é 2009, conforme aponta o quadro 6. Isto delimita um período de registros encontrados em 15 anos e indica a recente atuação das atividades de pesquisa e extensão das IES na região do Baixo Rio Madeira.

<b>ANO DEFESA/PUBLICAÇÃO DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1994	01
1996	02
2000	02
2001	01
2004	02
2005	01
2006	03
2007	08
2008	06
2009	02

QUADRO 6: Demonstrativo por ano de defesa e/ou publicações.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010.

O quadro 7 demonstra que os temas<sup>2</sup> de pesquisa são diversificados e as pesquisas tem um universo de informações bastante abrangentes dadas às várias áreas de atuação. A educação apresenta um quantitativo menor enquanto, saúde e meio ambiente tem o maior volume de pesquisas.

ORDEM	TEMA	QUANTIDADES
1	Educação	02
2	Gênero	02
3	Migração	01
4	Mito	01
5	História oral	01
6	Saúde e meio ambiente	06
7	Mercúrio	02
8	Economia/produção/desenvolvimento	03
9	Reservas Extrativistas/Unidade de conservação	01
10	Festejos Populares	01
11	Criança e adolescente	01
12	Divulgação científica	01

QUADRO 7 – Demonstrativo por tema de pesquisa e do projeto.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010.

### 5.1.1 Os projetos de extensão

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, p. 5), define que “[...] a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade.” Desta forma, apesar das dificuldades de encontrar alguns documentos importantes dos projetos de extensão desenvolvidos na região do Baixo Rio Madeira – o que era imprescindível para efeitos de análises, foi possível identificá-los nas publicações de obras e dissertações os seguintes projetos de extensão e ano de aplicação: o Projeto Beiradão e o Projeto Ensinar a Ensinar.

<sup>2</sup> O tema de cada documento foi selecionados após leitura completa do texto científico de acordo com o julgamento da autora em consonância com objetivos, palavras chaves e conclusões do mesmo. Cada tema encontra-se identificado no fichamento descrito no Apêndice A.

Há várias dissertações que citam os projetos de extensão, sendo que duas (02) citam o projeto Beradão, iniciado no ano de 2000 (FECHINE, 2007, p. 27; SARAIVA, 2007, p. 18) e duas dissertações citam o projeto Ensinar a Ensinar (SOUZA, 2006, p. 29; ARAÚJO, 2007, p. 67).

No caso do Projeto Ensinar a Ensinar, ao final de sua execução, houve a publicação de mais de dez obras resultante da experiência com os professores nas comunidades do Baixo Madeira. Entre elas, na linha dessa pesquisa destaca-se a obra *Ensinar a Ensinar: História de Professores*, (SILVA, SAMPAIO e PIMENTEL 2003). O projeto também é citado pelo Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais CUNIÃ (CPPT CUNIÃ, 2000, 2001-2004) fato que confirma que o período de execução ocorreu entre os anos de 2000 a 2004.

Os demais projetos foram analisados através dos documentos de aprovação ou relatórios finais. Também foi identificado um projeto de extensão de uma IES privada desenvolvido no final de maio/2010. No entanto não se obteve resposta quanto à aquisição da versão escrita do projeto pela Instituição responsável.

Diante das informações coletadas acerca dos projetos de extensões verifica-se que a instituição federal local – UNIR, tem a maioria dos projetos de extensão desenvolvidos na região e com períodos de atuação mais extensos estendendo-se até dois anos. Várias dissertações, principalmente as do PGDRA tem origem nestes projetos de extensão.

Os projetos do NAPRA (2010), Organização não Governamental atuante na região desde 2004, são desempenhados com propostas de cunho social associados à extensão na região e acontece com o recrutamento de estudantes de IES, geralmente do sudeste para colaborar nos projetos de assistência aos ribeirinhos. Entre os trabalhos científicos analisados, resultantes de projetos do NAPRA, estão a USP/SP e UFSCar/SP. A cada projeto desenvolvido o estudante tem material para desenvolver um artigo científico, monografia ou trabalho de conclusão de curso. A duração dos projetos do NAPRA é de menos de 30 dias por ano e são executados principalmente nas férias do mês de julho.

Somando as instituições de ensino superior parceiras do NAPRA, confirma-se que a atuação maior na região é das IES Federais com um total de seis (06) instituições de vários estados. Mesmo assim, a Universidade Federal de Rondônia é a instituição que acumula o maior volume de trabalhos, revelando assim atividades para com a pesquisa, extensão e a produção científica na região.

### **5.1.2 As Dissertações**

Os trabalhos da instituição de ensino superior federal local, UNIR, destacam-se por



ser o maior volume de dissertações analisadas nesta pesquisa, sendo o PDGRA, o programa de pós-graduação da referida instituição que concentra a maior produção. Comparado à quantidade de dissertações disponíveis na biblioteca central da UNIR (anexo B) resulta um total de mais de 10% dirigidas àquela região do Baixo Madeira.

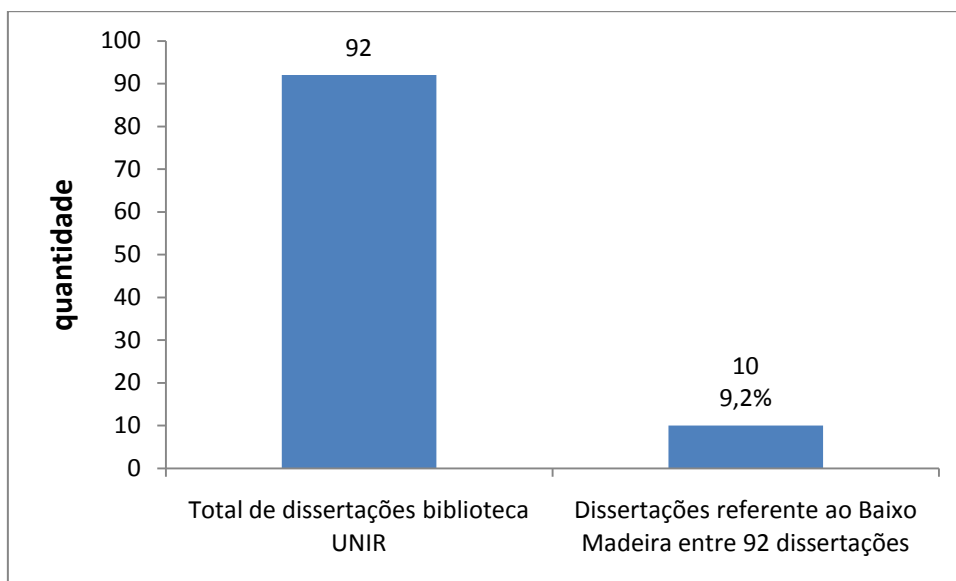


Gráfico 3 – Dissertações UNIR.

Fonte: Biblioteca UNIR. Organização da autora, 2010. Anexos B e Apêndice G.

### 5.1.3 As Teses

As teses de doutoramento são trabalhos de professores funcionários da Universidade local, UNIR, que realizaram seus estudos em instituições de fora do estado (Apêndice A). Esta situação é explicada pelo fato da Instituição local ter apenas um curso de doutorado e a pós-graduação participar das políticas para formação de recursos humanos em forma de programas interinstitucionais. Este dado indica que os recursos ainda são insuficientes para os cursos de pós-graduação na região norte que é a mais carente de todo o Brasil com apenas 2% do quadro nacional (ROLIM e SERRA, 2009, p. 220).

## 5.2 AS IES E AS COMUNIDADES ESCOLARES

As escolas nas comunidades ribeirinhas são espaços onde tudo acontece. Nas cinco comunidades pesquisadas, as salas e os demais espaços utilizados pela escola são muito explorados e freqüentados por todos. Nas escolas acontecem de tudo além das aulas do ensino

regular, Ensino de Jovens e Adultos e outros programas educacionais como o Pró Jovem Campo, Saberes da Terra. Mas também há: vacinação, emissão de documentos em períodos específicos, campanhas diversas, seminários. Enfim, é um espaço que apesar de simples e precário, reúne muitas pessoas, muito serviço, diálogo e muita prosa. Em períodos de festejos é o alojamento dos grupos das comunidades vizinhas que vem dançar quadrilhas, jogarem futebol e participar da festa.

A primeira categoria analisada foi a **citação da comunidade escolar** (apêndice B) extraído de fragmentos dos textos destinados à pesquisa com objetivo de identificar nos mesmos, se a pesquisa da qual se tratava o artigo, TCC, dissertação, tese ou projeto registrava a presença de uma escola e sua respectiva comunidade escolar da localidade pesquisada. Destaca-se aqui novamente que **comunidade escolar** é o universo de pessoas envolvidas na escola formal de ensino fundamental existentes nas localidades de Lago do Cuniã, Nazaré, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação.

Após leituras dos trabalhos coletados destacaram-se as partes dos documentos onde continham tais informações, para em seguida montar o quadro. Estes primeiros dados foram necessários para separar os documentos que continham a informação **registro da comunidade escolar**, uma vez que parte da análise se voltará apenas para os trabalhos cientes da existência de uma comunidade escolar na localidade para seguir com a análise principal que é verificar como ocorrem as relações dos projetos com as comunidades escolares.

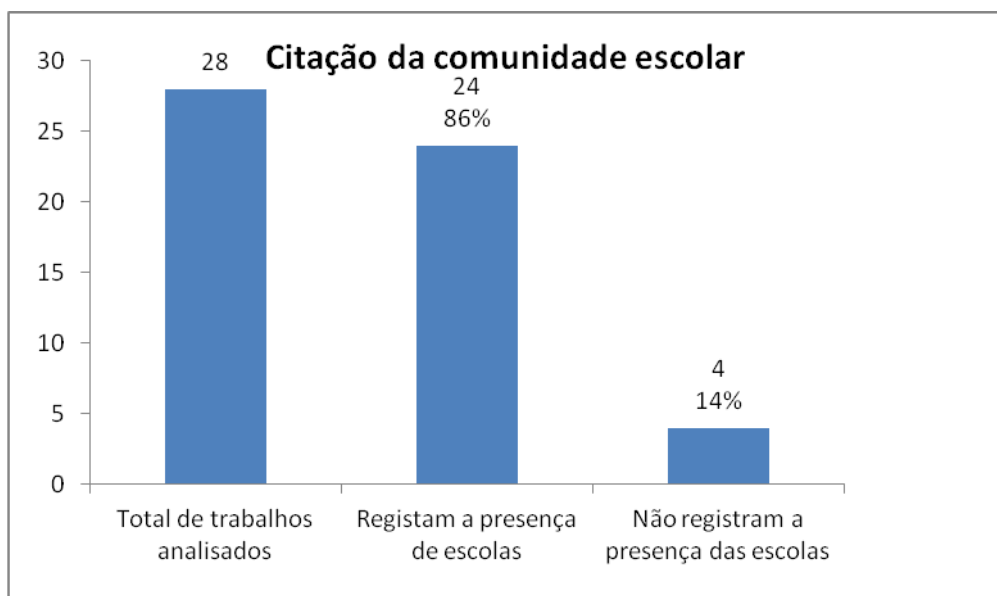


Gráfico 4 – Citação da comunidade escolar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme mostra o gráfico 4, de um total de 28 produções científicas apenas 04

trabalhos não citam a escola. Os demais, todos são cientes da existência de uma comunidade escolar, ou seja: alunos, professores, pais e demais funcionários, além do espaço físico destinado para educação formal. Totaliza-se um percentual de 91% das pesquisas que consideram a existência do ensino formal nos lugares por onde a pesquisa científica buscou dados para seus estudos.

### 5.3 PARA ALÉM DO “REGISTRO” DA COMUNIDADE ESCOLAR

Para analisar os vários registros referentes às comunidades escolares aplicando análise de conteúdos destacaram-se no inventário de pesquisa (apêndice A) as diversas partes que os textos se reportaram à educação formal, seja na descrição das escolas, críticas à precariedade do ensino, níveis de escolaridades da população, entre outros. O objetivo foi identificar se além de citar a existência de uma escola ou comunidade escolar o texto também apresentava outras informações das mesmas. O trabalho agora conta com o universo dos 24 documentos, que conforme gráfico 4, quatro documentos não registram a presença da comunidade escolar.

O gráfico 05 mostra que a maioria dos textos resultante de projetos de pesquisa e extensão cita a escola mais de uma vez ampliando assim um registro mais específico de dados da educação das comunidades.

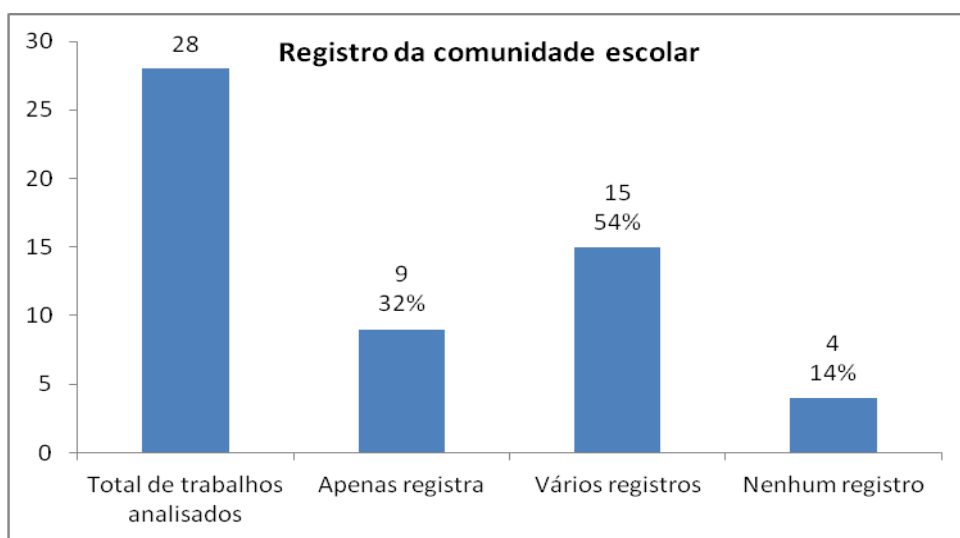


Gráfico 5 – Registro da comunidade escolar.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010.

Estas análises, no entanto ainda são preliminares, e para chegar a uma conclusão mais específica, criaram-se mais categorias a fim de identificar se os textos das referidas pesquisas

e projetos de extensões, que passaram pela região do Baixo Rio Madeira, tiveram algum envolvimento com a comunidade escolar.

#### 5.4 A IMPORTÂNCIA DO REGISTRO DA EDUCAÇÃO LOCAL

Detalhar qual a importância do registro da educação local foi um critério necessário porque permite compreender como são as relações entre as IES e as comunidades escolares no Baixo Madeira e qual importância que os registros tem para com as conclusões que a pesquisa buscou na região. O gráfico 06 que segue separa as informações em **relevante** e **irrelevante** (apêndice D) para cada texto analisado. Entende-se como relevante o sinônimo de importante (MICHAELIS, 2009).

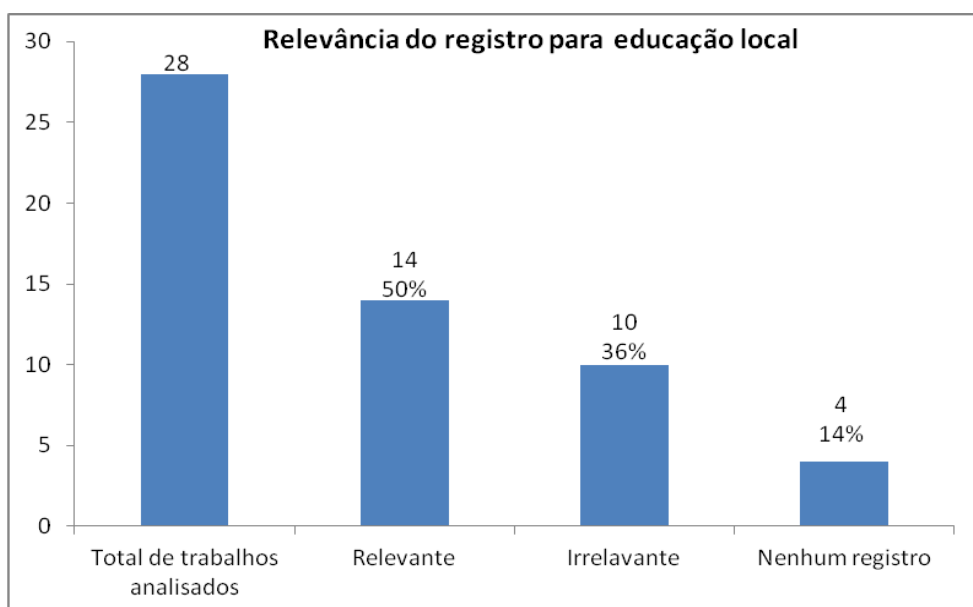


Gráfico 6 – Relevância do registro para educação local.

Fonte: dados da pesquisa, 2010.

O resultado apresentado pelo gráfico 06 indica que 36% dos documentos analisados tem o registro da comunidade escolar ou da educação formal como irrelevante. No entanto, a metade, totalizando 14 documentos analisados tem seus registros como sendo a educação na localidade relevante. Esse registro se apresenta, em vários documentos, para ou justificar situações como: precariedades na higiene (DÓREA, 2008), ausência de educação profissional voltada para atividades extrativistas e produção de várzea (SOUZA, 2006), violência contra criança e adolescente, entre outros. A relação descrita nos documentos, para estes registros é relatada como precariedade de uma política educacional que responda as necessidades das comunidades.

Os 50% dos trabalhos analisados indicam que a educação é um componente importante como política pública como em Serra (2005), Souza (2006) e Araújo (2007) quando registram a precariedade do ensino fundamental e comentam as dificuldades dos pais em enviar os alunos para terminarem o ensino fundamental em escolas urbanas longe de suas famílias. Já em Sousa (2004) relaciona o baixo nível de escolaridade dos barqueiros à deficiência curricular dispensada à área ribeirinha que desconsidera as atividades profissionais de seus habitantes.

Já em outros documentos o registro considera a escola um fértil espaço para conscientização ambiental como a extensão registrada por (BASTOS, 2009) que teve como um de seus objetivos oferecer atividades pedagógica voltadas ao meio ambiente e dirigidas aos alunos do ensino fundamental das escolas ribeirinhas reconhecendo que é através da educação nos ambientes formais que as comunidades podem melhorar suas condições de vida e desenvolver-se de forma sustentável.

Os dados de 14% que não fazem nenhum registro e 36% que registram irrelevante a educação são significativos indicando que as IES, em suas atividades de pesquisa e extensão não estabelecem relações com as comunidades escolares. Há documento (MACHADO ET AL, 2006) em que a escola é utilizada como apoio logístico (para alojamento, cozinha e banheiro) enquanto que a percepção de que ali é um espaço acadêmico fica a desejar.

## **5.5 O ENVOLVIMENTO DA PESQUISA E DO PROJETO E A COMUNIDADE ESCOLAR**

O quarto tema escolhido identifica os diversos envolvimento da pesquisa ou do projeto das IES junto às comunidades escolares (apêndice E). Santos (2005, p. 81), ao tratar de universidade e escola pública, discorre: “[...] esta vinculação merece um tratamento separado por se me afigurar ser uma área fundamental na reconquista da legitimidade da universidade.” Ainda o mesmo autor descreve que a universidade “já teve uma intervenção hegemônica e que no entretanto perdeu” (SANTOS, 2005, p. 81). A conferência regional de Educação Superior na America Latina e no Caribe (CRES, 2008, p. 5) declara:

A Educação Superior terá que efetivar o desenvolvimento de políticas de articulação com todo o sistema educativo, colaborando na formação de sólidas bases cognitivas e de aprendizagem nos níveis precedentes, de tal maneira que os estudantes que ingressam ao nível superior possam contar com os valores, as habilidades, destrezas e capacidades para poder adquirir, construir e transferir conhecimentos em benefício da sociedade.

A expectativa da comunidade é que enviando seus filhos para escolas, estes tenham

um **futuro melhor**. Este ditado popular tão repetido indica as expectativas sociais e a confiança ainda depositada por essas comunidades na educação formal para melhoria da qualidade de vida que vem acompanhada da proposta de desenvolvimento sustentável. E nisto se revela o diálogo entre IES e comunidade escolar.

Assim, o quarto tema analisou os níveis de envolvimento das pesquisas e projetos para com as comunidades escolares a fim de medir os envolvimento daquelas para com esta.

#### **Tema 4: níveis de envolvimento da pesquisa para com a comunidade escolar**

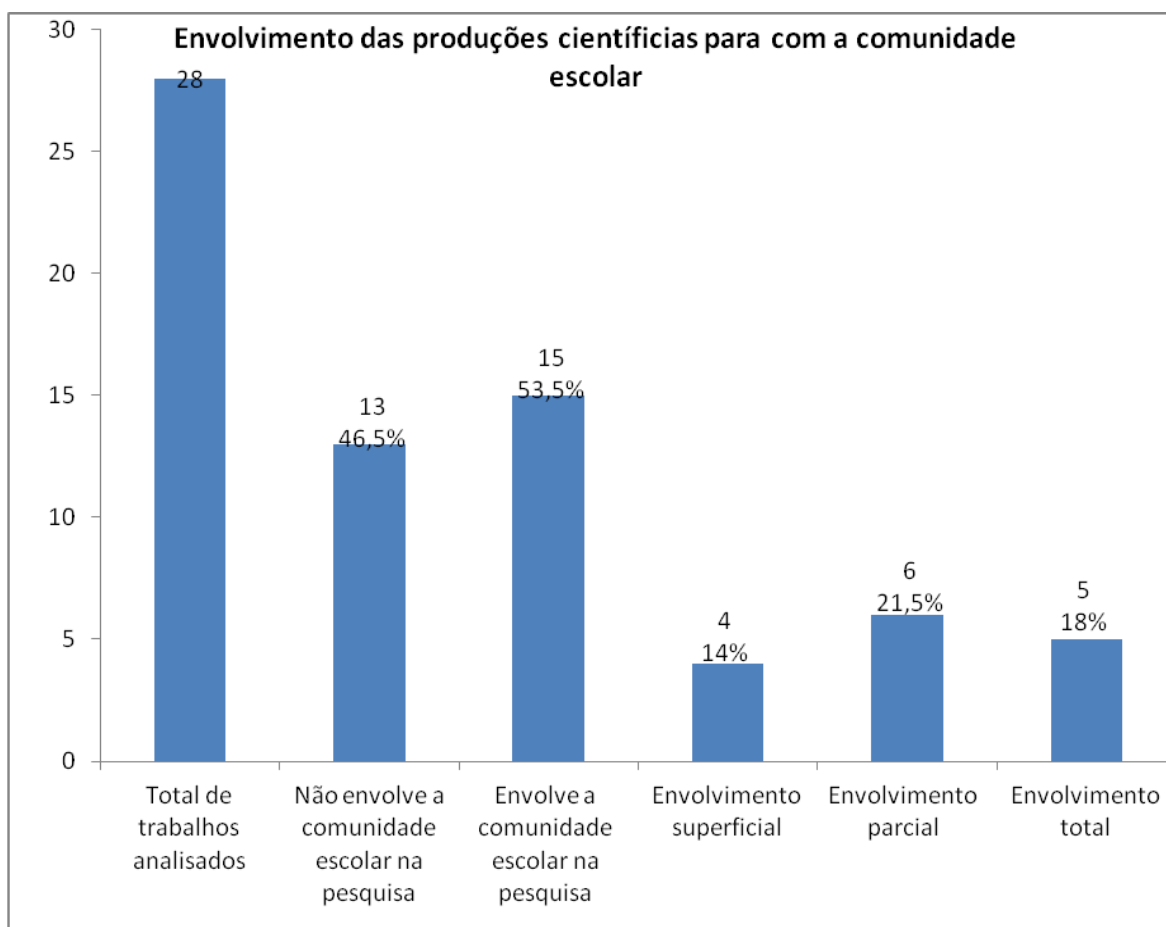


Gráfico 7 – Níveis de envolvimento das produções científicas analisadas para com a comunidade escolar.  
Fonte: dados da pesquisa, 2010.

A **categoria níveis de envolvimento** (apêndice E), gráfico 07 separa por quantidades os trabalhos que envolveram a comunidade escolar de forma mais efetiva, e que se relacionou com escola envolvendo membros da comunidade escolar no processo de pesquisa, seja ele para colaborar na coleta de dados ou para ser um público receptor de informações do tema pesquisado em forma de seminário, palestra, debates etc.

Pelos níveis de envolvimento destacados nos textos é possível visualizar até que ponto

a pesquisa considerou a escola como espaço fértil e privilegiado para disseminação do saber científico e, inclusive o que a pesquisa perdeu ao desconsiderar a comunidade escolar.

A participação da comunidade escolar ribeirinha em uma pesquisa científica não precisa ser sistemática e complexa, mas pode ser importante do ponto de vista da divulgação científica e do incentivo que pode ser dado aos alunos que moram tão distante dos ambientes acadêmicos.

Através dos níveis de envolvimento é possível interpretar qual foi o viés que o registro destinou no envolvimento com a comunidade escolar e o quanto a escola local participou ou não de uma pesquisa científica. Se considerarmos que a escola é o espaço onde tudo acontece nas comunidades tradicionais, inclusive as reuniões entre o pesquisador e a comunidade, como poderia passar o olhar para educação tão despercebida? O elemento educação perpassa como “precária” nos vários documentos analisados, no entanto, a informações que foi escrita de forma sistemática, argumentativa e inclusive indicando caminhos de melhorias continua longe das escolas, da Secretaria de Educação e longe da comunidade pesquisada.

Como agente público das funções de governo, a Secretaria de Educação consta como parceria em vários projetos executados dentro da comunidade. Entretanto este envolvimento efetiva-se mais como um apoio administrativo e logístico do que efetivo envolvimento de fato da educação num projeto que colabore com o saber científico para a comunidade. Por sua vez, a extensão tem chegado até essas regiões, mas desconectada da proposta de um diálogo com a educação formal nas localidades pesquisadas.

## **5.6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA E COMUNIDADE ESCOLAR**

Um dos intercâmbios que podem extrapolar as fronteiras de uma IES é sua relação com as instituições dos espaços pesquisados e principalmente, a comunidade em geral, estudantes e professores que habitam o local da pesquisa. A partir dos dados de níveis de relação entre IES e comunidade escolar no Baixo Rio Madeira, esta ainda é uma proposta a ser construída. Se considerado o volume de pesquisas realizadas na região com a quantidade de textos científicos resultantes destas, arquivados nas escolas ribeirinhas ou divulgados entre os professores da mesma, a relação é inexistente.

Pode-se considerar que a pesquisa e extensão são relevantes por compreender a necessidade de pesquisa na região, mas não pertinentes ainda o suficiente, pois depois de escritas somem da comunidade como se nunca tivessem passado por ali, distanciando-se o papel institucional em relação a estas comunidades exposto na atividade científica. Sendo

esta, a que trabalha diretamente com o texto escrito, saberes científicos e escolares - as IES não identificaram ainda, nas instituições de educação em nível básico, uma parceira em potencial para divulgar e debater o conhecimento científico.

Uma atividade de extensão é pertinente quando é capaz de “gerar desenvolvimento quando, à luz de uma ação de sustentabilidade ecológica, obtém intercâmbios entre pesquisa e ensino que extrapolem as fronteiras da própria condição institucional e do Estado-Nação.” (BRASIL, p. 24). Para uma contribuição efetiva ao desenvolvimento sustentável das comunidades é preciso ainda um diálogo mais estreito com a comunidade. A escola é um espaço favorável a garantir este diálogo para construção de propostas do desenvolvimento das comunidades ribeirinhas.

Para ampliar a análise de relação entre as IES e comunidades escolares esta pesquisa investigou através de inventário oral (apêndice G) se havia nas escolas das localidades do Lago do Cuniã, Nazaré, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação algum exemplar dos documentos analisados, uma vez que as pesquisas foram ali desenvolvidas e a divulgação as menciona.

O procedimento para com os documentos científicos oriundos de pesquisa e extensões no Baixo Rio Madeira é apenas de arquivo na Biblioteca das IES e, com raras exceções, há registros de projetos de extensão que realizou seminários nas comunidades. Trata-se portando de uma situação que merece maior atenção da IES no que se refere à divulgação científica. O gráfico 8 revela que nenhum dos registros de pesquisa encontra-se fisicamente disponíveis nas escolas ou são de conhecimento dos professores.

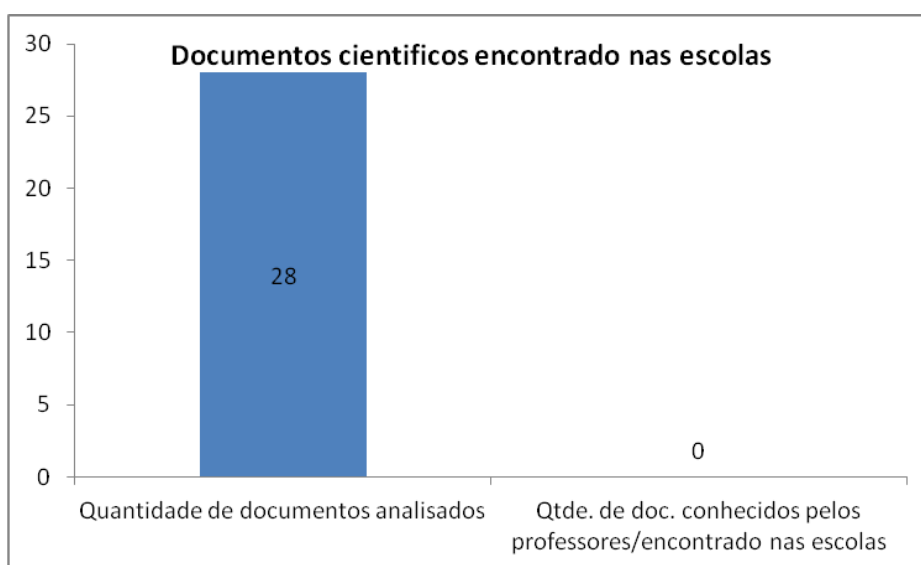


Gráfico 8 – Documentos científicos encontrado nas escolas ribeirinhas do Baixo Madeira.  
Fonte: dados da pesquisa, 2010. Apêndice G.



Informações científicas são abundantes nas teses, dissertações e artigos que trazem dados importantes para o trabalho educacional na localidade. As informações históricas, hábitos e costumes, migração e potencialidades econômicas podem ser transformados em conteúdos didáticos a serem disponibilizados pela Secretaria de Educação a fim de que a comunidade escolar possa rediscutir um currículo específico para aquela região

Constata-se que disponibilizar os textos finais das pesquisas para as escolas seria uma riqueza bibliográfica de pesquisa para os alunos daquelas comunidades que certamente serão os futuros pesquisadores da região. Além da disponibilização do documento científico na biblioteca da escola da comunidade.

Em várias pesquisas estão registradas necessidades de ampliação do ensino fundamental, como destaca Serra (2005), Souza (2006) e Araújo (2007) em suas dissertações. Esta necessidade diminuiu nos últimos cinco anos com a implantação do Projeto Ribeirinho, também citado pelas mesmas autoras como expectativas da comunidade escolar. Conforme dados da Secretaria Municipal de Educação, todos os alunos que terminam as séries iniciais tem acesso às séries finais e hoje a grande reivindicação é a implantação do ensino médio. Souza (2006, p. 31) destaca que “a universidade não pode ficar inerte a todos estes problemas que tem como um dos instrumentos de solução a Educação.”

Retoma-se novamente o que orienta Freire (1983, p. 46): “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” Desta forma, a reflexão buscada aqui nesta pesquisa aponta o caminho para uma melhor atuação das IES nessas comunidades de forma que a produção científica se faça coerente ao ligar seus conhecimentos à sociedade, principalmente para a sociedade presente nos espaços pesquisados. Brasil, (2003, p. 69) assim defende:

Por sua vez, a pertinência diz respeito ao geral que a instituição recorre para reconhecer-se em sua tarefa e a coerência desta com a produção de conhecimento que a interliguem ao conjunto da sociedade. O marco da pertinência é a sociedade. A tarefa universitária se pauta em um projeto social e político para o desenvolvimento social e sua inserção deve ser analisada a partir dessas condições locais.

O marco da pertinência é a sociedade. A pesquisa e extensão foram atividades desenvolvidas pelas IES encontradas nas comunidades ribeirinhas. A efetiva aplicação dos conhecimentos pesquisados encontra espaço para retornar à comunidade como um todo através da escola e então completar a tarefa universitária de cumprir um papel político e social para com o desenvolvimento. Este processo está inconcluso e deve ser ressignificado tanto na

prática da pesquisa como na prática da extensão.

## 6 A RELAÇÃO ENTRE SABERES CIENTÍFICOS E SABERES LOCAIS

Para analisar as relações entre os saberes locais e científicos nos projetos de pesquisa e extensão no Baixo Madeira elegeu-se três informações: registro dos saberes, diálogo entre os saberes e sem registro dos saberes locais (Apêndice F).

### 6.1 TEMA 5: REGISTRO E DIÁLOGO ENTRE OS SABERES

O gráfico 9 mostra que os resultados de pesquisas ou projetos executados não registram preconceito entre os saberes, ao contrário, todos expressam uma relação de diálogo entre os saberes populares e científicos sem rotulá-los como menos ou mais importante. Identifica-se dentro das dissertações descrições dos saberes locais, os festejos que acontecem com muita frequência, as crenças populares, formas de extrativismos, cultivos de várzea, enfim, os hábitos e costumes do modo de vida ribeirinho.

Apenas 25% dos documentos analisados não apresentam registro dos saberes locais e dos 75% dos documentos que os registram, 100% apresentam diálogo sem nenhum preconceito entre os saberes, inclusive os científicos (Apêndices A e F).

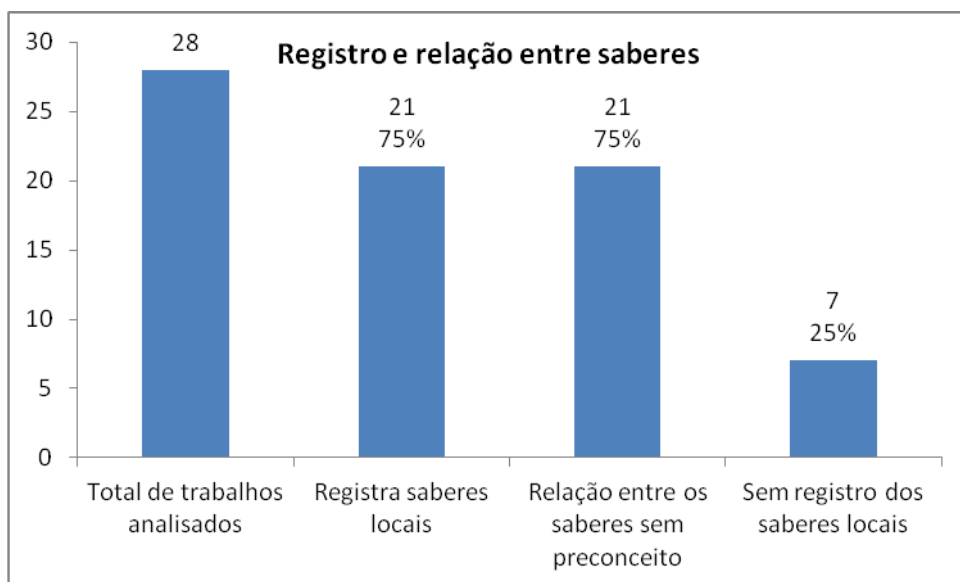


Gráfico 9 – Registro e relação entre os saberes

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora conforme Apêndice F.

Os materiais são fontes de pesquisas já sistematizadas e que podem ser estudadas e reestudadas por alunos daquela região.

Os saberes locais registrados estão no corpus dos documentos analisados e nos anexos

que sistematizaram coletas de falas, sendo vários deles em forma de depoimentos dos ribeirinhos. Esta forma de registro dá-se principalmente nas teses e dissertações e são documentos científicos que podem ser explorados pelos educadores como forma de valorização desses saberes.

Todos os documentos, sem exceção, trazem informações históricas ligando a formação das comunidades ao contexto da história da Amazônia e destacando a formação das comunidades através da migração nordestina, ciclos da borracha e funcionamento dos seringais. Informações como estas estão fundamentadas de acordo com saberes científicos que, conjugadas aos depoimentos orais formam um diálogo de saberes e que podem ser reestudados e transformados em saberes escolares de modo que os alunos das localidades se encontrem dentro das descrições científicas sem desprezar suas expressões, principalmente as que são marcadas pela oralidade. Para Oliveira e Santos, (2007 p. 32),

Nas comunidades rurais-ribeirinhas a cultura amazônica, além do espaço escolar, é expressa na «cultura da conversa», oralidade dos mais antigos, que se utilizam dos espaços comunitários e religiosos para a transmissão dos saberes, dos valores e da tradição social das populações locais, configurando uma prática na qual a cultura é fundamental no processo de formação social dessas comunidades.

Assim, a cultura e a valorização já registrada de saberes orais na forma escrita podem ser exploradas pela comunidade escolar vivenciando tais conhecimentos em sala de aula.

O vocabulário ribeirinho também está presente nos trabalhos oriundos de projetos de pesquisa e extensão. Expressões como *barrancas*, *roçado*, *beradeiro*, *maninha*, *pegar barriga de mulher* reafirmam as informações descritas sobre os saberes locais.

Os textos oriundos das pesquisas com mercúrio trazem informações precisas de localização geográfica e nome de peixes. Ressalta-se que os textos informam os nomes das espécies nas formas popular da comunidade local e nas formas científicas, conforme Boischio (1996, apud Bastos, 2004, p. 30): “surubim (*pseudoplastystoma fasciatum*), tucunaré (cicla SP.), bico de pato (sorubim lima), [...] filhote (*brachypltystoma filamentosum*) [...]” Estes registros lado a lado – nome popular e nome científico são exemplos do diálogo entre os saberes.

As lendas são lembradas e, em vários trabalhos são descritas com detalhes contados pelos moradores. Neste procedimento científico é visível o registro dos saberes local porque o mito junta-se ao cotidiano dos ribeirinhos fazendo com que a narrativa ficcional os envolva no cotidiano de vida marcada pelo isolamento geográfico e com aspectos misteriosos que inspiram a floresta e o rio expressos pela sua extensão que, às vezes, para o morador local, imensurável.

O viver amazônico também faz parte do registro dos textos científicos analisados enfatizando sempre a forma de vida do meio aquático sempre marcado pelo transporte fluvial, distâncias e os tempos diferentes do mundo em “terra firme” – expressão comum aos moradores ribeirinhos para diferenciar seus espaços em água e terra.

Todos os conhecimentos são contribuições a serem utilizadas nos saberes escolares para as disciplinas de ciências, educação ambiental, geografia, história, literatura, linguagens, entre outras.

## **6.2 RELAÇÃO DAS IES COM A EDUCAÇÃO BÁSICA E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

O ensino básico nas comunidades ribeirinhas contextualiza-se dentro da complexidade amazônica de rios, florestas, e diversidade étnica, migração, miscigenação. No entanto a atenção da pesquisa e até mesmo da mídia volta-se mais para os fatores da natureza do que para os fatores históricos e culturais marcados pelas sociedades pré-coloniais (ADAMS; MURRIETA e NEVES, 2006).

A educação do campo contempla em seus documentos a educação ribeirinha (ROCHA, PASSOS e CARVALHO, 2004) e não há como tratar o ensino básico nessa região se não com suas especificidades naturais, geográficas e culturais. Esta pesquisa, ao analisar a relação dos saberes local e científicos obteve um resultado de que o diálogo existe com 75% (categoria temática 5), de atividades de pesquisa e extensão que registram os saberes e o fazem sem preconceito e discriminação. No entanto esta prática está apenas no documento escrito, pois a análise de níveis de envolvimento total com as escolas ribeirinhas apresenta um índice de 18% das atividades de pesquisa e extensão (categoria temática 4).

O diálogo entre saberes científicos e saberes populares são necessários para que IES cumpram suas funções com extensão, mas outros componentes envolvendo as relações com a comunidade também são necessários para não incorrerem na dúvida levantada por Gadotti (2008, p. 35): “[...] o que estamos estudando nas escolas?” Uma maior e efetiva relação das IES através da pesquisa e extensão para com as comunidades escolares do Baixo Madeira pode fortificar a educação local uma vez que as IES já efetuaram registros, falta agora aplicá-los.

Os professores do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) das comunidades do Baixo Rio Madeira confirmam uma possibilidade de trabalhar com os documentos científicos que foram produzidos a partir da pesquisa e extensão (Apêndice G). A carta de intenção municipal para educação do campo (anexo C) propõe a reformulação dos currículos para educação do campo

que contemplem a necessidade de cada localidade da área rural respeitando principalmente seus saberes e cultura. Este desafio vem sendo construído pelos gestores da educação municipal que consideram necessário a participação da produção científica para dar sustentação à produção de materiais que dêem conta da demanda dos saberes científicos e populares para juntos acordarem uma produção de saberes escolares.

### 6.3 A RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES ESCOLARES EM PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO

Os cinco documentos que apresentaram registro de uma relação mais estreita com as comunidades escolares são exemplos para outras atividades de pesquisa e extensão das IES. Estes 18% embora minoria do total de 28 atividades das IES no Baixo Madeira trazem registro significativos que podem servir de base para aplicação das próximas atividades de pesquisa, inclusive, porque pode-se ainda melhorar esta relação com as escolas, contemplando outras que estão mais distantes ainda, como é o caso de Papagaios e Demarcação.

O quadro 8 (apêndice E), que analisou o quarto tema indica que o envolvimento para com a comunidade escolar está concentrado em maiores quantidades (04) nos projetos de extensão. Este resultado mostra que os projetos de extensão estão dirigidos de forma mais específicas às escolas.

#### Tema 4 – envolvimento com a comunidade escolar:

DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	QUANTIDADES	ENVOLVIMENTOS		NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO		
		NE	E	S	P	T
Teses	03	02	01	00	01	00
Dissertações	10	07	03	00	02	01
Artigos e Monografias	07	03	04	02	02	00
Projetos	08	01	07	02	01	04
Total	28	13	15	04	06	05

Quadro 8 – Quarta categoria temática: níveis de envolvimento com a comunidade escolar

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010. Apêndice E.

#### Legenda

**NE** = nenhum (quando não há nenhum envolvimento da pesquisa com a comunidade escolar);

**S** = envolvimento superficial (quando usa o espaço escolar para quaisquer atividades);

**P** = envolvimento parcial (quando envolve pelo menos um dos públicos da comunidade escolar a saber: alunos, professores, pais ou funcionários);

**T** = envolvimento total (quando envolve mais de uma categoria da comunidade escolar, a saber: alunos, professores, pais ou funcionários).

Alguns documentos analisados trazem, em seus objetivos, exemplos significativos de relações das IES com a comunidade escolar como o Projeto Ensinar a Ensinar (UNIR, 2000-2004), Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão (UNIR, 2001-2003), Usos múltiplos da água (UNIR/UNB/URFJ 2009 e Barca da Ciência (UNIR, 2008). No entanto, os objetivos dos projetos nem sempre contemplam um trabalho de resultado significativo para a comunidade escolar. Embora existam outros projetos que trazem propostas mais específicas dirigidas à comunidade escolar, não foram ainda realizados, como é o caso do Projeto Barca da Ciência.

O Projeto Ensinar a Ensinar proporcionou habilitação em magistério dos professores das escolas ribeirinhas. Esta habilitação em nível médio proporcionou o acesso dos professores ao ensino superior, fato que garantiu cumprimento da legislação em vigor que exige nível superior para todos professores da educação básica. O referido projeto também deixou obras publicadas com propostas pedagógicas diferenciadas para região ribeirinha, expressões culturais de algumas localidades e artigos de professores que executaram o projeto. (SILVA ET AL, 2005).

O referido projeto teve uma grande abrangência em toda área rural de Porto Velho, desde a BR 364, como por exemplo, nos Distritos de Jacy-Paraná e Mutum, até o Baixo Rio Madeira: Cujubim grande, São Carlos, RESEX Lago do Cuniã (CPPT-CUNIÃ, 2010) e Terra Caída. Entre as várias atividades realizadas está a formação do Conselho de Desenvolvimento Local Sustentável (SILVA e al, 2005).

O Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão, registrou seus resultados em obra específica para tal fim sob o título *Nos Banzeiros do Rio* (SILVA, SOUZA e SOUZA, 2002). Destinado para a pesquisa e extensão em várias áreas do conhecimento, esse projeto atuou também para com a educação, no entanto, sua área geográfica de abrangência concentrou-se quase sempre, no Distrito de Nazaré, conforme registro de seus pesquisadores e executores nos artigos publicados. (SILVA AT AL, 2002). O regimento interno do projeto define cinco linhas de pesquisas e descrevem sua proposta para educação conforme Silva e Souza Filho (2002, p. 25):

III – LP – Didática e Educação: procura investigar o processo educacional

nas áreas que abrange as populações tradicionais desenvolvendo programas e projetos que eliminem o analfabetismo, tendo como objetivo a utilização de materiais didáticos voltados ao universo cultural e lingüístico das comunidades envolvidas, possibilitando o exercício da cidadania.

Um dos projetos coordenados pelo Programa do Instituto Nacional de Pesquisa Translacional Integrando Saúde e Ambiente na Região Amazônica (INPETAm) destina-se à pesquisa na Bacia do Madeira e propõe em um de seus capítulos, um título denominado *Técnicas Modernas em Ensino Multidisciplinar* fundamentando que um projeto de extensão surte muito mais efeitos se estiver em sintonia com a educação local. O projeto prevê formação para os professores, pois entende que eles são peças fundamentais na construção de “[...] uma sociedade capaz de compreender e agir em relação ao ambiente na qual está inserida”. (INPETAm, 2009, p. 32). Para esta formação o projeto defende inclusive cursos na modalidade a distância e via internet.

O respaldo e relevância dada à escola é uma proposta a servir de exemplos aos diversos projetos, principalmente os de educação ambiental, tema tão recorrente nos dias atuais, conforme (INPETAm, 2009 p. 33):

Percebemos que as escolas de Ensino Fundamental e Médio apresentam-se como caminho bastante interessante para institutos de pesquisa que trabalhem na área ambiental e almejem aumentar a proximidade com a comunidade não acadêmica. A necessidade dos sistemas de ensino em trabalharem Educação Ambiental, a possibilidade de discussões sólidas e sistemáticas, além da perspectiva de alcançar um número significativo e constante de pessoas em plena formação, faz da escola um local atraente e promissor para o propósito da divulgação científica, especialmente dentro desta área do conhecimento.

Para que se alcance, de fato, a Educação Ambiental em seu sentido completo, incluindo-se aí a construção de “habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente faz-se necessária, além de outras ferramentas, a educação escolar sistemática, há muito reconhecida como de importância basilar para as questões ambientais, não se restringindo a transmissão linear de conhecimentos e à mudança individual de comportamentos, mas sim, problematizando a realidade na qual nos inserimos.

Nesta pesquisa, foram analisados também três relatórios finais que são partes do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) desenvolvidos na região do Baixo Rio Madeira: *Políticas Públicas nas áreas de Fronteiras da Amazônia*, (OLIVEIRA et al, 2008), *alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas* (MARQUES, 2008?) - coordenado pelo professor José Garrofe Dórea da UNB, e, o *Relatório Final Sub-Rede 10* (BASTOS, 2009). Os dois primeiros descrevem as situações de precariedade das escolas nas localidades onde os projetos foram desenvolvidos. Já o relatório final destaca ações que envolveram uma relação mais estreita com as comunidades



escolares conforme Bastos (2009, p. 5):

A integração do projeto com uma Comunidade Ribeirinha isolada (Lago do Puruzinho – baixo Rio Madeira) gerou reuniões e relatórios que influenciou o Poder Público local na inserção de mais um turno na escola local. Permitindo assim, que alunos que terminaram o ensino fundamental continuassem estudando.

O relatório informa a realização de doze reuniões e oficinas direcionadas à população e comunidade escolar, inclusive todas aconteceram dentro do espaço físico de uma das escolas do Distrito de Calama. Os temas das oficinas foram educação ambiental, saúde, informática e outros. Ações como esta reforçam a função das IES para com a sociedade. No entanto, não foram encontrados documentos científicos oriundos destas ações nas escolas ribeirinhas. A relação permanece no tratamento oral para com a divulgação científica junto à comunidade escolar.

Encontra-se em fase de organização, para ser desenvolvido na região do Baixo Rio Madeira, o projeto Barca da Ciência que foi concebido para trabalhar com todas as turmas do ensino fundamental nos distritos aos quais se debruçou esta pesquisa. Com objetivo de divulgar as pesquisas com mercúrio junto aos alunos, este projeto traz também uma proposta de atividades práticas de laboratório e de vivência científica com orientações e linguagens traduzidas para o ensino fundamental.

Ao analisar as propostas descritas acima, conclui-se que a Instituição Federal local, UNIR, tem propostas de pesquisa e extensão para a região do Baixo Rio Madeira e que insere a educação básica local nos objetivos de seus projetos. No entanto, as propostas ainda não saíram do papel, como no exemplo dos últimos dois projetos descritos e no caso de outras já concluídas, atuaram apenas em uma ou duas comunidades. Este quadro não é satisfatório e não contempla a pertinência científica em termos de abrangência nos resultados finais.

Ainda é necessário que se atente para que as boas propostas não fiquem sem execução ou que para se cumprir o proposto, execute o projeto apenas em comunidades de mais fácil acesso, como é o caso dos Distritos de Nazaré e Calama, que são vilas de onde há o maior número de registro de realização de extensões. Já as comunidades de Lago do Cuniã, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação são localidades que possuem pouco ou nenhum registro de extensão. Um exemplo claro desta prática é o Projeto Beradão que, conforme já citado anteriormente, concentrou sua atuação e produção científica em Nazaré.

#### **6.4 IES, SABERES, EDUCAÇÃO BÁSICA E O DESENVOLVIMENTO**

Pensar o desenvolvimento de uma região impõe que seja atrelado à idéia de investimentos no processo educacional da criança, do adolescente e do jovem, pois de posse dos diversos conhecimentos (científico, populares e locais) este público tornar-se-á atores proponentes de atividades que tragam um desenvolvimento adequado à sua região. Para Sachs (2007, p. 183) “[...] carecemos de imaginação ecológica capaz de subsidiar o pensamento sobre o desenvolvimento.” É esta imaginação que tem impulsionado professores que atuam no Baixo Rio Madeira quando desenvolvem atividades que envolvem educação ambiental, legislação sobre pesca entre outros. É na educação que temos oportunidade de conhecer a filosofia para compreender que o planeta não está separado de nossas vidas (GADOTTI, 2000).

Vários obstáculos impedem ações de um desenvolvimento com garantia de sustentabilidade com preservação ambiental, entre eles a “[...] a marginalização dos habitantes das florestas [...]” (SACHS, 2007, p. 183) situação política vivenciadas pelos ribeirinhos aqui estudados desde o início da colonização brasileira. Se educação não pode dissociar-se das problemáticas sociais e políticas que envolvem as comunidades amazônicas e se os níveis de ensino devem agir de forma articulada, tomar ciência dos problemas sócio-políticos e articular os níveis de ensino é um caminho a construção de um desenvolvimento sustentável naquelas comunidades. É preciso que as comunidades do Lago do Cuniã, Nazaré, Santa Catarina, Papagaios e Demarcação leiam e escrevam sua própria história e estudem as teorias de desenvolvimento a partir de suas experiências de preservação ambiental – por isso a pesquisa não deve desprezar o conhecimento popular, local e nem guardá-la em bibliotecas de difícil acesso para as comunidades ribeirinhas.

O capítulo de conclusão de um dos documentos analisados menciona que os habitantes da comunidade do Lago do Cuniã “[...] preservam a natureza independentemente da política ambiental.” (FIGUEIREDO, 2006, p. 131). Esta conclusão científica remete a uma reflexão de qual educação ambiental pode-se oferecer a uma comunidade como essa? Portanto a educação deve compreender sempre que educar é aprender com o outro. “É a ousadia do não eu” [...] (FREIRE, 1996, p. 41). O desenvolvimento sustentável, nas comunidades tradicionais deve ser construído numa troca de conhecimentos e de práticas envolvendo parceiros dos conhecimentos formais: IES e comunidade escolar local.

As universidades enquanto instituições educadoras devem contemplar todos os conhecimentos num caminho multidisciplinar para dar conta do desenvolvimento sustentável

com pesquisa-ação e ecologia dos saberes, esta universidade, para Santos (2005) busca um conhecimento pluriversitário. Para tanto é preciso estar ciente das complexidades culturais e naturais da Amazônia e os conhecimentos científicos produzidos pelas IES acrescidos dos saberes da população que a habita. Assim, estreitando-se os laços de relações com educação local é que de fato os espaços acadêmicos conseguirão dividir os saberes e auxiliar, através da educação, as descobertas para um desenvolvimento com garantia de qualidade de vida.

A experiência de sustentabilidade escolar vividas no dia-a-dia pelas comunidades escolares e principalmente pelos gestores da educação inclui, entre outras, as a discussão dos altos custos de transporte utilizados na educação – tanto no deslocamento de alunos quanto de professores, transporte de merenda, supervisão pedagógica e do transporte do próprio combustível. A participação da comunidade neste debate tem sido de grande importância para otimização dos recursos. Esta prática prova a disposição da comunidade em debater seus problemas e conseqüentemente o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento reivindicado pela população ribeirinha passa pela ampliação dos serviços públicos e uma das implicações na sustentação desse atendimento, por exemplo a educação que tem altos custos de transportes para com os deslocamentos de alunos e professores. A comunidade escolar divide responsabilidades com o poder público e partilha o problema na busca de soluções (Apêndice G).

A comunidade que recebeu a ampliação dos serviços da educação inseriu-se no debate da manutenção dessa ampliação. Este é um exemplo de parceria (VIANA, 2007) e relação. As IES que já representam 18% de uma relação de envolvimento com a comunidade escolar no Baixo Madeira, ao ampliar ainda mais esta relação acrescentando às práticas já em curso nas comunidades escolares podem ampliar ainda mais este debate para outras áreas. Dessa forma, as IES contribuirão como parceiras do conhecimento científico e instigando um desenvolvimento não apenas de ações imediatas, mas de longo prazo e para todas as atividades, inclusive, as de produção.

Esse debate deve partir da troca, junção e partilha dos saberes: os saberes locais e de conhecimento da floresta juntados aos saberes científicos proposto pelos professores habilitados e pesquisadores das IES. Essa relação de troca de saberes deve ter a premissa de que nenhum conhecimento deve ser descartado ou ignorado, mas analisado e refletido em conjunto com a comunidade escolar. Esta última é um espaço privilegiado, por constituir-se dentro de uma formalidade da educação, e é nesse espaço de discussão do saber e do conhecimento científico que também deve ser o espaço para a reflexão do desenvolvendo local. Cumpririam assim seus papéis – escola e universidade com uma atividade necessária e

urgente para comunidades pouco povoadas da Amazônia que estão à margem de um rio carente de propostas que visem um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

## 7 CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que as IES Federais são mais presentes na região do Baixo Rio Madeira com projetos de pesquisa e extensão e que os documentos científicos acumulam dados específicos das comunidades amazônicas ribeirinhas em Rondônia. Há uma atuação de instituições de outros estados, o que significa dizer que estudar as especificidades e peculiaridades amazônicas chama atenção de instituições e pesquisadores de todo o país.

### 7.1 DOS DADOS

De 10% das produções científicas de tipo Dissertações produzidos pela IES federal local revela sua efetiva participação, tendo o Programa de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente tem a maioria das produções científicas. Logo, a comunidade ribeirinha do Baixo Rio Madeira está inserida e representada com seus dados na Universidade Federal de Rondônia confirmando assim uma preocupação da UNIR em se fazer presente nesta região cumprindo sua função de inserção na sociedade amazônica.

Os vários temas nas atividades de pesquisa e extensão na região do Baixo Madeira acumulam um acervo que contempla necessidades científicas para elaboração de materiais didático para as escolas ribeirinhas e para subsidiar o debate sobre o desenvolvimento daquelas localidades.

Os resultados analisados no que diz respeito ao problema de pesquisa mostram que a relação dos projetos de pesquisa e extensão para com as comunidades escolares necessita estreitar laços para que os conhecimentos científicos se façam úteis à comunidade. Dos 28 documentos analisados identificou-se 18% de envolvimento total das atividades das IES que se relacionaram com as comunidades escolares e que podem ser referências para demais atividades de extensão das IES bem como para reflexões sobre o desenvolvimento regional.

A primeira categoria analisada - citação da comunidade escolar apresentou resultado de que 86% dos trabalhos, Isto significa que o ambiente escolar não passa despercebido quando um projeto de uma IES desenvolve atividades no Baixo Rio Madeira.

A segunda categoria teórica, o registro da comunidade escolar, aponta um dado mais específico onde 54% dos documentos fazem vários registros da comunidade escolar. Este dado mostra também que a maioria dos documentos científicos registra a comunidade escolar mais de uma vez. Apesar da educação ribeirinha não passar despercebida, a comunidade escolar tem uma atenção menor, onde 32% apenas registram a existência da educação local e

14% que não fazem nenhum registro. Também não há registros significativos de que as IES lançam olhares de que ensino superior e ensino básico são partes integrantes de um mesmo sistema de ensino.

A terceira categoria, importância do registro, trouxe um dado que se aproxima do segundo tema e apresentou 50% dos registros para com a comunidade escolar como sendo relevante, importante para pesquisa e extensão. Essa relevância mostrou que o componente educacional tem influência nos vários temas de pesquisa e extensão desenvolvidos no Baixo Madeira e o documento científico analisado a registra como importante para o desenvolvimento da região, principalmente para as condições de higiene, saúde, formação profissional e permanência dos alunos na comunidade.

A quarta categoria, níveis de envolvimento das produções científicas analisadas para com as comunidades escolares, respondem enfim o problema de pesquisa: com índice de 18% do envolvimento total com a comunidade escolar, o dado mostra um índice baixo na relação para com as escolas ribeirinhas.

O diálogo com os saberes locais, quinta categoria analisada, completa a resposta do problema de pesquisa, pois apresenta dados de que não há preconceito nem discriminação entre os diversos saberes.

## **7.2 CONCLUI-SE QUE**

Há, no entanto, ausência do documento científico escrito nas escolas ao que se conclui, a principal fragilidade da relação entre os níveis de ensino básico e ensino superior. Neste sentido, a produção científica perde espaço de divulgação, ao mesmo tempo em que a escola local não se beneficia do conhecimento científico, deixando de disseminar conhecimentos específicos para subsidiar debates de desenvolvimento regional ancorados em saberes científicos e saberes acumulados das experiências de vida das pessoas daqueles locais.

Sendo assim tem-se a pesquisa e a extensão na região do Baixo Rio Madeira e os registros para com os saberes locais e científicos dialogam sem preconceito ou discriminação. No entanto, não são divulgados, disseminados ou debatidos dentro dos ambientes da educação formal das localidades ribeirinhas.

A relação entre os níveis de ensino precisam estreitar laços. É preciso que Ensino Superior e ensino Básico se enxerguem como parceiros importantes para o desenvolvimento regional. Será através de uma relação mais efetiva e constante que essas instituições farão com que a pesquisa e a extensão cumpram suas funções com pertinência científica,

contribuindo assim, de fato, para o desenvolvimento sustentável das comunidades ribeirinhas amazônicas

### 7.3 RECOMENDAÇÕES

Indica-se alguns caminhos para que as pesquisas e extensões naquela região sejam potencializadas:

- a) Incentivar os pesquisadores a um entrosamento melhor com as comunidades escolares quando no período de coleta;
- b) Mostrar os resultados da pesquisa à escola e seus maiores interessados: os professores e gestores da educação local;
- c) Deixar sempre uma cópia do texto final de pesquisa nas escolas das comunidades;
- d) Para as IES privadas, é importante que reflitam sobre suas *não* atuações juntos às comunidades ribeirinhas e tradicionais;
- e) Orientar para que o pesquisador não veja na escola apenas um apoio logístico, mas uma instituição irmã, parceira e pertencente ao mesmo sistema de ensino formal;
- f) Considerar que as escolas das comunidades ribeirinhas são parceiras para a divulgação e massificação do saber científico.

Parte dos indicativos desta pesquisa está sendo discutida junto aos setores da Secretaria Municipal de Educação – Divisão de Ensino Rural e Divisão de Formação. Já se estuda a possibilidade de criar um curso de formação continuada para os professores do Projeto Ribeirinho a partir das reflexões que foram feitas ao longo desta pesquisa, principalmente aquelas que envolveram a participação dos professores após análise de dados. Pensa-se também na produção de materiais didáticos específicos para a região ribeirinha.

Discutir a incorporação das produções científicas nos materiais didáticos escolares é uma discussão para ser aprofundada por outros estudos dentro das IES, bem como os mecanismos de ampliação das relações entre os níveis de ensino.

### 7.4 DOS ACHADOS DA PESQUISA

Entre os achados de pesquisa, detectou-se outras atividades desenvolvidas pelas IES federais no Baixo Rio Madeira. Uma delas é ação que veio logo em seguida do projeto Ensinar a Ensinar, o Programa Especial de Habilitação e Capacitação para professores Leigos (PROHACAP) - coordenado pela UNIR, habilitou os professores em nível superior. No caso

do Baixo Madeira atingiu em sua maioria, a qualificação na área de pedagogia.

Outro programa envolve outras IFES além da local com o PROLICEN (Programa de Licenciatura) através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este, na modalidade à distância, permite que todos professores o frequentem, seja para sua primeira licenciatura ou para adquirir formação em outra área de atuação. Esta ação permitirá a formação de professores para atuarem no ensino fundamental II. Confirma-se assim a demanda ainda das IES em cuidar da formação profissional, principalmente na área da educação.

Pesquisar, analisar e refletir sobre as relações entre IES e comunidades escolares buscou chamar a atenção das IES para um compromisso específico na utilização de instrumentos institucionais e de produção científica para tornar o mundo melhor desenvolvendo-o com sustentabilidade econômica e ecológica. Neste caso, para um pedacinho do planeta que está localizado às margens rio Madeira – maior afluente do maior rio Amazonas, o maior rio do planeta. Uma pequena parte da Amazônia ribeirinha.

## **7.5 ESTUDOS FUTUROS**

Para estudos futuros seria importante analisar quais conhecimentos dos estudos de desenvolvimento regional foram absorvidos pelas comunidades ribeirinhas, como por exemplo, a produção local e o extrativismo.

Por fim, a análise dos documentos de pesquisa encontrou uma prática de pesquisa com extensão e extensão com pesquisa onde a primeira destinou atividades de extensão à comunidade após coleta de resultados e a segunda transformou a extensão em pesquisa gerando sempre a partir da experiência e vivência com a comunidade, um texto científico.



## 8 REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; WALTER, Neves. *As Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. \_\_\_\_\_. In: (Orgs). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-32.

ARAÚJO, Helena de Jesus Abreu. *Ação do Poder Público destinada à criança e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré*. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Universidade Federal de Rondônia Orientador Josué da Costa Silva). Porto Velho, 2007.

BASTOS, Wanderley Rodrigues. *Ocorrência ambiental do mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio Madeira-Amazônia*. Tese de Doutorado, UFRJ. Rio de Janeiro, 01/12/2004.

\_\_\_\_\_. *Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Consequências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental*. Relatório final. Porto Velho, 2009. Disponível em [WWW.biogeoquimica.unir.br](http://WWW.biogeoquimica.unir.br) acessado em 05/05/2010.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda., 2009.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINE, Marília (Orgs.). In: *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. INEP, Brasília, 2008. P. 91-110. Disponível em [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D\\_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf) . Acessado em 15/05/2010.

BRASIL. *Leis de Diretrizes Básicas da Educação*. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acessado em 04.06.2010.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação/SECAD. *Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo*. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril, 2002. Brasília, [2004?].

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.096 de 13/01/2005 – Institui o PROUNI. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm). Acessado em 10.05.2010.

\_\_\_\_\_. MEC- Ministério da Educação. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Edição Atualizada. Brasil, 2000 / 2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2009/forun/Plano%20Nacional%20de%20ExtensaoE3o.pdf> . Acessado em 10/12/2009.

\_\_\_\_\_. MEC – Ministério da Educação. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/> acessado em 25 de maio/2010.

\_\_\_\_\_. (INEP/ANPEd). GT Políticas de Educação Superior Educação Superior – 10 Anos pós-LDB. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINE, Marília, Brasília, DF, 2008. Disponível em [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) e [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D\\_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf). Acessado em 10/04/2010.

BRASIL, Walterlina. *Ciência e Ensino Superior na Amazônia*. Porto Velho: Edufro, 2002. In: Primeira Versão, Ano I, nº 74, Fevereiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pertinência Científica das IFES Universitárias e Desenvolvimento Regional: pressupostos, razões e alternativas na Amazônia*. TESE (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA, Universidade Federal do Pará. Belém, PA, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ciência e Educação Superior na Amazônia*. Porto Velho: EDUFRO, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cooperação Interuniversitária Amazônica no Brasil: premências, carências e urgências*. In: ARAGÓN, Luiz E. (org.) *20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2008. p. 69-115.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. *A República dos Saberes e as fronteiras da universidade e do conhecimento avançado*. Em *república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras*. Carlos Antonio Brandão Leite (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BUARQUE, Cristovão. *Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior*, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003.

\_\_\_\_\_. *A aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. – (Universitas), 2a. edição.

CALDAS FILHO, Alberto F. Lins. CALAMA: *Uma comunidade no Rio Madeira*. Tese de Doutorado, USP, Departamento de Geografia. São Paulo, 2000.

CAMPOS, Ilma Erse. *A extensão universitária como espaço para o desenvolvimento regional: estudo de caso do PROEXT 1995/1996*. Dissertação de Mestrado, Orientador: Clodomir Santos de Moraes. UNIR/NCT/PDGRA. Porto Velho, 2008.

CPPT CUNIÃ - *Programa Educação na Amazônia: Projeto Ensinar a Ensinar*. (2000). Disponível em: [http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho\\_trabalho.html](http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho_trabalho.html). Acessado em 09.03.2010.

CPPT CUNIÃ. *Projeto Ensinar a Ensinar. Integração Escola e Comunidade*. Projetos Demonstrativos em Educação Ambiental (2001 -2004). Disponível em: [http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho\\_trabalho.html](http://www.amazonlink.org/cunia/ribeirinho_trabalho.html) Acessado em 09.03.2010.

CONFERENCIA REGIONAL DE ENSINO SUPERIOR NA AMERICA LATINA E CARIBE - CRES. Em: In: Revista Brasileira de Políticas para Administração da Educação, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000100012&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000100012&script=sci_arttext&tlng=pt) acessado em 10/03/2010.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Relatório Final. Brasília, maio de 2010. Disponível em [WWW.mec.gov.br](http://WWW.mec.gov.br). Acessado em 29/05/2010.

DIAS, Alessandra Carvalho de Souza Melo. *A Expansão do Ensino Superior em Rondônia*. Dissertação de Mestrado, UNIR/NCT/PGDRA. Porto Velho, 2008.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. *A universidade do século XXI: do conflito ao diálogo de civilizações*. In: *Educação superior e desenvolvimento: contextos e abordagens*. Walterlina Brasil (org.). 1ª edição. Curitiba: Editora CRB, 2009.

DOMINGUES, Ivan. *Universidade avançada e fronteiras do saber*. In: BRANDÃO, Antonio Leite. (org.) *A República dos Saberes: Arte, ciência, Universidade e outras fronteiras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 81-91.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 3ª edição: Liber Livro Editora, 2008. (Série Pesquisa; v. 6).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Edição especial. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 30ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca D. de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983. (coleção O Mundo, hoje, v. 24). Disponível [www.paulofreire.ufpb.br](http://www.paulofreire.ufpb.br). Acessado em 20.12.2009.

FREITAS, Marilena Corrêa da Silva. *Experiências do Estado do Amazonas em C & T*. In *Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação Diálogo entre experiências internacionais e brasileiras*. CGEE: Brasília, 2008. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/cgee2008.pdf> - Acessado em 09 de junho de 2010.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito*. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Terra*. 5ª edição. São Paulo: Petrópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Práxis*. Prefácio de Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. 1995.

GOOGLE. Google Earth. Mapa de São Carlos a Calama. Disponível em [www.maps.google.com.br/mps](http://www.maps.google.com.br/mps). Acessado em dezembro/2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA TRANSLACIONAL INTEGRANDO SAÚDE E AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA (InPETAm). *Justificativa para Formação do Programa do Instituto Nacional de Pesquisa Translacional Integrando Saúde e Ambiente na Região Amazônica*. Coordenador George Alexandre dos Reis, (UFRJ), 2009. Disponível em <http://www.biof.ufrj.br/content/inct-inpetam>. Acessado em 10.08.2010.

GAMA, Liliane Castelões. *Divulgação Científica: leituras em classe de ensino médio*. Dissertação de mestrado, Orientadora: Maria J. P. de Almeida. UNICAMP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HISSA, Cassio Eduardo Viana (org). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos Indígenas No Brasil: Quadro geral dos povos*. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/parintintin/912> acessado em 10 de dezembro/2009.

FECHINE, Elaine Figueiras Gonçalves. *Mulheres ribeirinhas do rio madeira: Cotidiano Envolto em Brumas*. Dissertação de Mestrado, Orientadora Maria das Graças S N Silva. UNIR/NCT/PDGRA. Porto Velho, 2007.

KEINERT, Tânia M. M. *Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas*. São Paulo: Annalume; FAPESP, 2000.

LOURENÇO, José Seixas. *O primeiro decênio da UNAMAZ: a construção da solidariedade Pan-Amazônica*. Série cooperação Amazônia, vol. 19, s/d. 1º decênio UNAMAZ. Disponível em [www.unamaz.org.br](http://www.unamaz.org.br). Acessado em março de 2010.

MACHADO ET AL. *Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia*. Rio de Janeiro, Revista Ciência & Saúde Coletiva, 15(1):247-254, 2010. São Paulo, 2006. Disponível em [www.napra.org.br](http://www.napra.org.br). Acessado em abril de 2010.

MELLO, Alex B. Fiúza de. *Introdução*. In: ARAGÓN, Luiz E. (org.) *20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2008. p. 11-19.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos, 1998-2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>. Acessado em 12.06.2010.

MORIN, Edgar. *O pensar complexo e a crise da modernidade*. Organizadores: Alfredo Pena-Vegfa e Elimar Pinheiro de Almeida. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

\_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 16ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NAPRA. *Núcleo de Apoio a Populações Ribeirinhas*. Publicação Trabalhos Científicos. Disponível em [http://www.napra.org.br/wordpress/?page\\_id=412](http://www.napra.org.br/wordpress/?page_id=412) acessado nos períodos de dezembro/2009 a junho 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. *Anais de comunicações orais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação. A cultura amazônica em práticas pedagógicas de Educadores populares*. UEPA, Belém, 2007.  
PORTO VELHO. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. *II Seminário de Educação do Campo*. Porto Velho, 2008.

RABELLO, Antônio Cláudio Barbosa. *Inventando o outro: representações do desenvolvimento e da fronteira amazônica*. (Tese Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Orientadora: Tereza Ximenes). Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Galizoni, F. Maria e CASTRO, B. Soares. *Universidade, extensão e desenvolvimento rural: uma experiência no Vale do Jequitinhonha*. *Agriculturas* - v. 3 - no 4 - dezembro de 2006.

RISTOFF, Dilvo. *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização*. BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINE, Marília (Orgs.). In: *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. INEP, Brasília, 2008. p. 39-50. Disponível em [http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D\\_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf](http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B1CDBFEF4-F2A0-42D5-AF2D-B1C18678A826%7D_volume2EducacaoSuperiornobrasil.pdf). Acessado em 15/05/2010.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana C.; CARVALHO, Raquel Alves de. *Educação do Campo: um olhar panorâmico*. II Conferência Nacional do Campo, 2004, Texto Base. Luziania – GO. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Campo.pdf>. Acessado em 10/12/2008.

ROLIM, Cassio . Camargo; SERRA, Maurício Aguiar (Orgs.). *Universidade e Desenvolvimento Regional: O apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional*. Curitiba: Juruá, 2009.

SACHES, Ignacy. Paulo Vieira Freire (org.) *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez 2007.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A Universidade do Século XXI*. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

\_\_\_\_\_; MENEZES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arrisca. *Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo*. In \_\_\_\_ *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005. p. 21-121.

SARAIVA, Francisco Anithoan de. *A RESEX do Cuniã e a população do entorno: perspectivas sócioecômicas e ambientais*. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Universidade Federal de Rondônia Orientador Carlos Santos). Porto Velho, 2006.

SCHUARTZMAN, Simon. *Saberes científicos e saberes populares*. Artigo apresentado na Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, Vitória, abril de 1998. In <http://www.schwartzman.org.br/simon/ABA.htm> acessado em 07/12/2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br>. Em 25.12.2009.



\_\_\_\_\_. *Os desafios da educação no Brasil*. In: \_\_\_\_\_. COLIN, Brock. *Os desafios da educação no Brasil*. Tradução de Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 2005. P. 9-51.

SERRA, Nara Eliana Miller. *O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Universidade Federal de Rondônia Orientador Josué da Costa Silva). UNIR/NCT/PGDRA. Porto Velho, 2005.

SIENA, Osmar. *Metodologia da Pesquisa Científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. GEPES. PPGMAD. Departamento de Administração. UNIR. Porto Velho, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMED. *Planejamento Estratégico*. Relatório Gestão 2005-2008. Março 2009.

SILVA, Maria das graças Nascimento. *O Espaço Ribeirinho* (Migração nordestina para os seringais da Amazônia). Dissertação de Mestrado, Orientadora Maria Regina Cunha de Toledo Sader. São Paulo, USP/FFLCH/DPTO. DE GEOGRAFIA, 1996.

SILVA, Josué da Costa. *CUNIÃ: Mito e Lugar*. Dissertação de Mestrado. USP – Departamento de Geografia. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. ET AL (Orgs). *Nos Banzeiros do Rio: Ação Interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia*. Porto Velho/RO: Edufro, 2002.

\_\_\_\_\_. ; SOUZA FILHO, Teóphilo Alves de. *O viver ribeirinho*. In: \_\_\_\_\_. ET AL (orgs). *Nos Banzeiros do rio: ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em comunidades ribeirinhas da Amazônia*. Porto Velho/RO: Edufro, 2002.

SILVA, Enio Waldir da. *Extensões Universitárias no Rio Grande do Sul – concepções e públicas*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

SILVA, Epifânia Barbosa; SAMPAIO, Wany; PIMENTEL, Marília (ogs.) *Ensinar a Ensinar: história de professores*. Porto Velho (RO): Edufro, 2003.

SILVA, Eulina Trindade et al (orgs). *Conhecendo Terra Caída*. Porto Velho. Edufro, 2005

\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Sócioeconômico dos Distritos de Jacy-Paraná, São Carlos e Comunidade de Cujubim Grande*. Porto Velho, Edufro, 2005.

SILVA, Ivanda Soares. *Características de Gestão e do Controle na Fundação Universidade Federal de Rondônia: uma análise de documentos oficiais*. Dissertação de mestrado. Orientador: Prof. Osmar Siena. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Núcleo de Ciências Sociais, (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração. Porto Velho, 2008. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br> . Acessado em 03.03.2010

SILVA, Maria do Socorro. *Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história*. Local e data não informados. Disponível em [http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao do Campo e Desenvolvimento Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developimento_Sustentavel.pdf) Acessado em 25/12/2008.

SOUSA, Lucileyde Feitosa. *Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade*. (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Universidade Federal de Rondônia Orientador Josué da Costa Silva). Porto Velho, 2004.

SOUZA, Maria José Ribeiro. *Educação Formal e Capacitação para o Trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira*. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, Universidade Federal de Rondônia, Orientador Clodomir Santos de Moraes). Porto Velho, 2006.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão humana na selva: o Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

THESAURUS BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO (Brased). Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec). Disponível em:  
<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp>. Acessado em 02.05.2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ. Anais de comunicações orais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Educação. A cultura amazônica em práticas pedagógicas de Educadores populares. OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. UEPA, Belém, 2007.

VERGOTTI, Marcelo. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO) / Marcelo Vergotti. – UNESP, Rio Claro : [s.n.], 2008.

VIANA, Virgílio. *As florestas e o desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. - apresentação: Tiago de Mello. 2a. edição. Manaus: Editora Valer, 2007

WANDERLEY, W. Luiz Eduardo. O que é universidade? São Paulo: Brasiliense, 2003. (col. primeiros passos; 91)

WIKIMEDIA. *Mapa Rio Madeira, América do Sul, Brasil*. Disponível em:  
<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Madeirarivermap.png>. Acessado em dezembro/2009.

# APÊNDICES































**Apêndice B – Tema 1: Citação da comunidade escolar** – Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>S I M</b>	<b>N Ã O</b>
<b>TESES</b>		
1. Calama, uma comunidade no Rio Madeira. Tese, USP, 2000)	X	
2. Ocorrência ambiental do Mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio madeira Amazônia. Tese UFRJ, 2004.	X	
3. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO). Tese UNESP, 2008.		X
<b>DISSERTAÇÕES</b>		
4. Cuniã: Mito e Lugar. Dissert. USP 1994.	X	
5. O Espaço Ribeirinho (Migração nordestina para os seringais da Amazônia)	X	
6. Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade. Dissert. UNIR, 2004.	X	
7. O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas. Diss. UNIR/2005	X	
8. Educação formal e capacitação para o trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do baixo madeira. Diss. UNIR, 2006.	X	
9. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. Dissert. UNIR, 2006	X	
10. Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO. Diss. UNIR, 2007	X	
11. Mulheres ribeirinhas de Calama – RO: Gênero, ecofeminismo e políticas públicas. Diss. UNIR, 2007.	X	
12. Mulheres ribeirinhas do rio madeira: cotidiano envolto em brumas. Diss. UNIR, 2007	X	
13. Ação do poder público destinado a crianças e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré. Diss. UNIR, 2007.	X	
<b>TCC/ARTIGOS/MONOGRAFIAS</b>		
14. Acesso de produtores de comunidades ribeirinhas da Amazônia aos canais de comercialização de castanha do Pará, Alvares Candido UFSCar/NAPRA) 2008		X
15. Construção de um sistema de tratamento de água para comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/ NAPRA 2009	X	
16. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/NAPRA, 2006.	X	
17. O papel da Clorodixina no tratamento de pacientes com gentivite no distrito de São Carlos. Artigo, Várias IES/NAPRA, 2007.	X	
18. Estudo da Cadeia de Valor da Castanha do Pará: Definição de Estratégia Sustentável de Comercialização por Comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. TCC, USP/ NAPRA, 2007.	X	
19. Desenvolvimento e implantação de mini-fábrica de produtos florestais não		X

madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia, UFSCar, NAPRA, 2008		
20. Sistema de tratamento de esgoto domiciliar adaptado às comunidades geograficamente isoladas. Monografia, FMP, NAPRA, 2009.	X	
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO</b>		
21. Projeto Ensinar a Ensinar. UNIR/SEMED/CPPT-CUNIÃ/RAYTHEON, 2000	X	
22. Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão. UNIR, 2001.	X	
23. Políticas públicas de fronteira na Amazônia, UNIR, 2008	X	
24. Projeto Calama –Ribeirinhos do Rio Madeira. UNIR, 2006-2007	X	
25. Alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas. (PPG-7) UNB/UFRJ/UNIR, 2006-2008	X	
26. Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Conseqüências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental. (PPG-7 INPETAm, programa integrado Saúde e Meio Ambiente) Projeto UFRJ/UNIR – 2009	X	
27. Barca da Ciência, Projeto de Extensão (em andamento) UNIR, 2008	X	
28. Projeto Preservando o Madeira (extensão). São Lucas, 2007		X
	24	04

Quadro 08 – primeira categoria temática. Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010.

#### Resumo por tipo de documento do quadro tema 1: citação da comunidade escolar

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>QUANTIDADES</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Teses	03	02	01
Dissertações	10	10	00
Monografias e artigos	07	05	02
Projetos	08	07	01
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>24</b>	<b>04</b>

Quadro 08.a – Resumo da primeira categoria temática.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora conforme apêndice B.

**Apêndice C – Tema 2: registro da comunidade escolar** – Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>NR</b>	<b>AR</b>	<b>VR</b>
<b>TESES</b>			
1. Calama, uma comunidade no Rio Madeira. Tese, USP, 2000)		X	
2. Ocorrência ambiental do Mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio madeira Amazônia. Tese UFRJ, 2004.		X	
3. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO). Tese UNESP, 2008.	X		
<b>DISSERTAÇÕES</b>			
4. Cuniã: Mito e Lugar. Dissert. USP 1994.		X	
5. O Espaço Ribeirinho (Migração nordestina para os seringais da Amazônia)		X	
6. Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade. Dissert. UNIR, 2004.			X
7. O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas. Diss. UNIR/2005			X
8. Educação formal e capacitação para o trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do baixo madeira. Diss. UNIR, 2006.			X
9. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. Dissert. UNIR, 2006			X
10. Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO. Diss. UNIR, 2007		X	
11. Mulheres ribeirinhas de Calama – RO: Gênero, ecofeminismo e políticas públicas. Diss. UNIR, 2007.		X	
12. Mulheres ribeirinhas do rio madeira: cotidiano envolto em brumas. Diss. UNIR, 2007		X	
13. Ação do poder público destinado a crianças e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré. Diss. UNIR, 2007.			X
<b>TCC/ARTIGOS/MONOGRAFIAS</b>			
14. Acesso de produtores de comunidades ribeirinhas da Amazônia aos canais de comercialização de castanha do Pará, Alvares Candido UFSCar/NAPRA) 2008	X		
15. Construção de um sistema de tratamento de água para comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/ NAPRA 2009			X
16. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/NAPRA, 2006.			X
17. O papel da Clorodixina no tratamento de pacientes com gentivite no distrito de São Carlos. Artigo, Várias IES/NAPRA, 2007.			X
18. Estudo da Cadeia de Valor da Castanha do Pará: Definição de Estratégia Sustentável de Comercialização por Comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. TCC, USP/ NAPRA, 2007.		X	
19. Desenvolvimento e implantação de mini-fábrica de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia, UFSCar,	X		



NAPRA, 2008			
20. Sistema de tratamento de esgoto domiciliar adaptado às comunidades geograficamente isoladas. Monografia, FMP, NAPRA, 2009.			X
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO</b>			
21. Projeto Ensinar a Ensinar. UNIR/SEMED/CPPT-CUNIÁ/RAYTHEON, 2000			X
22. Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão. UNIR, 2001.			X
23. Políticas públicas de fronteira na Amazônia, UNIR, 2008			X
24. Projeto Calama –Ribeirinhos do Rio Madeira. UNIR, 2006-2007		X	
25. Alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas. (PPG-7) UNB/UFRJ/UNIR, 2006-2008			X
26. Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Conseqüências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental. (PPG-7 INPETAm, programa integrado Saúde e Meio Ambiente) Projeto UFRJ/UNIR – 2009			X
27. Barca da Ciência, Projeto de Extensão (em andamento) UNIR, 2008			X
28. Projeto Preservando o Madeira (extensão). São Lucas, 2007	X		
<b>TOTAL</b>	04	09	15

Quadro 09 – Segunda categoria temática.

### Resumo por tipo de documento do quadro tema 2: O registro da comunidade escolar

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>Quantidades</b>	<b>NR</b>	<b>AR</b>	<b>VR</b>
Teses	03	01	02	00
Dissertações	10	00	06	04
Monografias e artigos	07	02	05	00
Projetos	08	01	02	05
<b>TOTAL</b>	28	04	15	09

Quadro 09.a – Resumo da segunda categoria temática: o registro da comunidade escolar

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, apêndice C

Legenda:

**NR** – Nenhum Registro

**AR** – Apenas Registra a Presença da escola

**VR** – Vários Registros - além da escola registra existência de membros da comunidade escolar, faz críticas ou propostas.

**Apêndice D – Tema 3: a relevância do registro da educação local** – Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>NR</b>	<b>IR</b>	<b>R</b>
<b>TESES</b>			
1. Calama, uma comunidade no Rio Madeira. Tese, USP, 2000)		X	
2. Ocorrência ambiental do Mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio madeira Amazônia. Tese UFRJ, 2004.			X
3. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO). Tese UNESP, 2008.	X		
<b>DISSERTAÇÕES</b>			
4. Cuniã: Mito e Lugar. Dissert. USP 1994.		X	
5. O Espaço Ribeirinho (Migração nordestina para os seringais da Amazônia).		X	
6. Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade. Dissert. UNIR, 2004.			X
7. O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas. Diss. UNIR/2005			X
8. Educação formal e capacitação para o trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do baixo madeira. Diss. UNIR, 2006.			X
9. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. Dissert. UNIR, 2006		X	
10. Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO. Diss. UNIR, 2007.		X	
11. Mulheres ribeirinhas de Calama – RO: Gênero, ecofeminismo e políticas públicas. Diss. UNIR, 2007.		X	
12. Mulheres ribeirinhas do rio madeira: cotidiano envolto em brumas. Diss. Diss. UNIR, 2007		X	
13. Ação do poder público destinado a crianças e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré. Diss. UNIR, 2007.			X
<b>TCC/ARTIGOS/MONOGRAFIAS</b>			
14. Acesso de produtores de comunidades ribeirinhas da Amazônia aos canais de comercialização de castanha do Pará, Alvares Candido UFSCar/NAPRA) 2008	X		
15. Construção de um sistema de tratamento de água para comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/ NAPRA 2009			X
16. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/NAPRA, 2006.			X
17. O papel da Clorodixina no tratamento de pacientes com gentivite no distrito de São Carlos. Artigo, Várias IES/NAPRA, 2007.		X	
18. Estudo da Cadeia de Valor da Castanha do Pará: Definição de Estratégia Sustentável de Comercialização por Comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. TCC, USP/ NAPRA, 2007.		X	
19. Desenvolvimento e implantação de mini-fábrica de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia, UFSCar,	X		

NAPRA, 2008			
20. Sistema de tratamento de esgoto domiciliar adaptado às comunidades geograficamente isoladas. Monografia, FMP, NAPRA, 2009.		X	
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO</b>			
21. Projeto Ensinar a Ensinar. UNIR/SEMED/CPPT-CUNIÁ/RAYTHEON, 2000			X
22. Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão. UNIR, 2001.			X
23. Políticas públicas de fronteira na Amazônia, UNIR, 2008			X
24. Projeto Calama –Ribeirinhos do Rio Madeira. UNIR, 2006-2007			X
25. Alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas. (PPG-7) UNB/UFRJ/UNIR, 2006-2008			X
26. Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Consequências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental. (PPG-7 INPETAm, programa integrado Saúde e Meio Ambiente) Projeto UFRJ/UNIR – 2009			X
27. Barca da Ciência, Projeto de Extensão (em andamento) UNIR, 2008			X
28. Projeto Preservando o Madeira (extensão). São Lucas, 2007	X		
	04	10	14

Quadro 10 – terceira categoria temática. A relevância do registro para pesquisa ou projeto de cada texto analisado

### Resumo por tipo de documento do quadro tema 3: a relevância do registro da educação local:

<b>DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>Quantidades</b>	<b>NR</b>	<b>IR</b>	<b>R</b>
Teses	03	01	01	01
Dissertações	10	00	06	04
Monografias e artigos	07	02	03	02
Projetos	08	01	00	07
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>04</b>	<b>10</b>	<b>14</b>

Quadro 10 – terceira categoria temática. A relevância do registro para pesquisa ou projeto de cada texto analisado

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010. Apêndice D.

Legenda:

NR – Nenhum Registro

IR – Irrelevante

R – Relevante.

**Apêndice E – Tema 4 – níveis de envolvimento com a comunidade escolar –** Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Envolvi- mentos		Níveis de envolvimento		
	NE	E	S	P	T
<b>TESES</b>					
1. Calama, uma comunidade no Rio Madeira. Tese, USP, 2000)	X				
2. Ocorrência ambiental do Mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio madeira Amazônia. Tese UFRJ, 2004.		X		X	
3. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO). Tese UNESP, 2008.	X				
<b>DISSERTAÇÕES</b>					
4. Cuniã: Mito e Lugar. Dissert. USP 1994.	X				
5. O Espaço Ribeirinho (Migração nordestina para os seringais da Amazônia)	X				
6. Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade. Dissert. UNIR, 2004.	X				
7. O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas. Diss. UNIR/2005		X		X	
8. Educação formal e capacitação para o trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do baixo madeira. Diss. UNIR, 2006.		X			X
9. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. Dissert. UNIR, 2006	X				
10. Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO. Diss. UNIR, 2007	X				
11. Mulheres ribeirinhas de Calama – RO: Gênero, ecofeminismo e políticas públicas. Diss. UNIR, 2007.	X				
12. Mulheres ribeirinhas do rio madeira: cotidiano envolto em brumas. Diss. Diss. UNIR, 2007	X				
13. Ação do poder público destinado a crianças e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré. Diss. UNIR, 2007.		X		X	
<b>TCC/ARTIGOS/MONOGRAFIAS</b>					
14. Acesso de produtores de comunidades ribeirinhas da Amazônia aos canais de comercialização de castanha do Pará, Alvares Candido UFSCar/NAPRA) 2008	X				

15. Construção de um sistema de tratamento de água para comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/ NAPRA 2009		X	X		
16. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/NAPRA, 2006.		X		X	
17. O papel da Clorodixina no tratamento de pacientes com gentivite no distrito de São Carlos. Artigo, Várias IES/NAPRA, 2007.		X	X		
18. Estudo da Cadeia de Valor da Castanha do Pará: Definição de Estratégia Sustentável de Comercialização por Comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. TCC, USP/ NAPRA, 2007.	X				
19. Desenvolvimento e implantação de mini-fábrica de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia, UFSCar, NAPRA, 2008	X				
20. Sistema de tratamento de esgoto domiciliar adaptado às comunidades geograficamente isoladas. Monografia, FMP, NAPRA, 2009.		X		X	
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO</b>					
21. Projeto Ensinar a Ensinar. UNIR/SEMED/CPPT-CUNIÁ/RAYTHEON, 2000		X			X
22. Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão. UNIR, 2001.		X		X	
23. Políticas públicas de fronteira na Amazônia, UNIR, 2008		X	X		
24. Projeto Calama –Ribeirinhos do Rio Madeira. UNIR, 2006-2007		X			X
25. Alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas. (PPG-7) UNB/UFRJ/UNIR, 2006-2008		X	X		
26. Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Consequências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental. (PPG-7 INPETAm, programa integrado Saúde e Meio Ambiente) Projeto UFRJ/UNIR – 2009		X			X
27. Barca da Ciência, Projeto de Extensão (em andamento) UNIR, 2008		X			X
28. Projeto Preservando o Madeira (extensão). São Lucas, 2007	X				
	13	15	04	06	05

Quadro 11 – quarta categoria temática: níveis de envolvimento com a comunidade escolar

**Resumo por tipo de documento do quadro tema 4 – envolvimento com a comunidade escolar:**

DOCUMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA	Quantidades	Envolvi-mentos		Níveis de envolvimento		
		NE	E	S	P	T
Teses	03	02	01	00	01	00
Dissertações	10	07	03	00	02	01
Artigos e Monografias	07	03	04	02	02	00
Projetos	08	01	07	02	01	04
Total	28	13	15	04	06	05

Quadro 11 – quarta categoria temática: níveis de envolvimento com a comunidade escolar

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2010. Apêndice E.

### Legenda

**NE** = nenhum (quando não há nenhum envolvimento da pesquisa com a comunidade escolar);

**S** = envolvimento superficial (quando usa o espaço escolar para quaisquer atividades);

**P** = envolvimento parcial (quando envolve pelo menos um dos públicos da comunidade escolar, a saber: alunos, professores, pais ou funcionários);

**T** = envolvimento total (quando envolve mais de uma categoria da comunidade escolar, a saber: alunos, professores, pais ou funcionários).

**Apêndice F– Tema 5: registro e diálogo entre os saberes –** Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

<b>DOCUMENTOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>R</b>	<b>DS</b>	<b>SR</b>
<b>TESES</b>			
1. Calama, uma comunidade no Rio Madeira. Tese, USP, 2000)	X	X	
2. Ocorrência ambiental do Mercúrio e sua presença em populações ribeirinhas do baixo rio madeira Amazônia. Tese UFRJ, 2004.	X	X	
3. Uso do 210Pb no estudo da deposição de mercúrio em lagos da bacia do rio Madeira (RO). Tese UNESP, 2008.	X	X	
<b>DISSERTAÇÕES</b>			
4. Cuniã: Mito e Lugar. Dissert. USP 1994.	X	X	
5. O Espaço Ribeirinho (Migração nordestina para os seringais da Amazônia)	X	X	
6. Navegar é preciso: barqueiros do rio Madeira, cultura, Resistência e sustentabilidade. Dissert. UNIR, 2004.	X	X	
7. O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas. Diss. UNIR/2005	X	X	
8. Educação formal e capacitação para o trabalho: perspectivas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do baixo madeira. Diss. UNIR, 2006.	X	X	
9. Resex do Cuniã e a população do entorno – perspectiva socioeconômica e ambientais. Dissert. UNIR, 2006	X	X	
10. Festejos e religiosidade popular: o festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO. Diss. UNIR, 2007	X	X	
11. Mulheres ribeirinhas de Calama – RO: Gênero, ecofeminismo e políticas públicas. Diss. UNIR, 2007.	X	X	
12. Mulheres ribeirinhas do rio madeira: cotidiano envolto em brumas. Diss. Diss. UNIR, 2007	X	X	
<b>TCC/ARTIGOS/MONOGRAFIAS</b>			
13. Ação do poder público destinado a crianças e adolescentes ribeirinhos: a situação de Nazaré. Diss. UNIR, 2007.	X	X	
14. Acesso de produtores de comunidades ribeirinhas da Amazônia aos canais de comercialização de castanha do Pará, Alvares Candido UFSCar/NAPRA) 2008	X	X	
15. Construção de um sistema de tratamento de água para comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo,UFSCar/ NAPRA 2009			X
16. Utilização da telemedicina como estratégia de promoção de saúde em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Artigo, UFSCar/NAPRA, 2006.			X
17. O papel da Clorodixina no tratamento de pacientes com gentivite no distrito de São Carlos. Artigo, Várias IES/NAPRA, 2007.			X
18. Estudo da Cadeia de Valor da Castanha do Pará: Definição de Estratégia Sustentável de Comercialização por Comunidades Ribeirinhas do Baixo Rio Madeira. TCC, USP/ NAPRA, 2007.			X
19. Desenvolvimento e implantação de mini-fábrica de produtos florestais não madeireiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia, UFSCar,	X		

NAPRA, 2008			
20. Sistema de tratamento de esgoto domiciliar adaptado às comunidades geograficamente isoladas. Monografia, FMP, NAPRA, 2009.	X		
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO</b>			
21. Projeto Ensinar a Ensinar. UNIR/SEMED/CPPT-CUNIÁ/RAYTHEON, 2000	X		
22. Projeto Integrado de Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais da Amazônia – Projeto Beradão. UNIR, 2001.	X		
23. Políticas públicas de fronteira na Amazônia, UNIR, 2008	X		
24. Projeto Calama –Ribeirinhos do Rio Madeira. UNIR, 2006-2007			X
25. Alterações ambientais, ecotoxicologia e saúde de populações ribeirinhas. (PPG-7) UNB/UFRJ/UNIR, 2006-2008	X		
26. Usos Múltiplos da Água, Sua Contaminação e Consequências à Saúde Pública na Sub- bacia Hidrográfica do Rio Madeira: Subsídio para Conservação e Zoneamento Ambiental. (PPG-7 INPETAm, programa integrado Saúde e Meio Ambiente) Projeto UFRJ/UNIR – 2009	X		
27. Barca da Ciência, Projeto de Extensão (em andamento) UNIR, 2008			X
28. Projeto Preservando o Madeira (extensão). São Lucas, 2007			X
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>07</b>

Quadro 12 – Relação entre os saberes

**Resumo por tipo de documento do quadro tema 5: registro e diálogo entre os saberes:**

<b>DOCUMENTOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>Quantidades</b>	<b>R</b>	<b>DS</b>	<b>SR</b>
Teses	03	03	03	00
Dissertações	10	10	10	00
Artigos e Monografias	07	03	03	04
Projetos	08	05	05	03
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>07</b>

Quadro 12 – Relação entre os saberes.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora. Apêndice F.



**Apêndice G – Inventário Oral** – Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

### **1. ANOTAÇÕES DA REUNIÃO SEMED/DIER/PROFESSORES DO PROJETO RIBEIRINHO – 29/04/2010.**

Com objetivo de investigar e trocar idéias sobre os documentos de pesquisa coletados para a Dissertação de Mestrado **A Pesquisa e Extensão das Instituições de Ensino Superiores no Baixo** Madeira a pesquisadora da mesma reuniu-se com professores do Projeto Ribeirinho (II seguimento do ensino fundamental) e técnicos da Secretaria Municipal de Educação da Divisão de Ensino Rural.

Atividades e encaminhamentos da investigação:

- a) mostra de dissertações, teses e artigos com comentários sobre os temas pesquisados;
- b) indagações sobre a existência dos documentos nas escolas das comunidades do Baixo Madeira;
- c) outras indagações quanto à participação da comunidade escolar na educação daquelas comunidades;
- d) anotação dos comentários dos professores e técnicos da Divisão de Ensino Rural (DIER);
- e) anotações diversas.

### **Indagações/Respostas**

#### **1) Algum de vocês já conhecia algum desses materiais?**

Respostas/comentários: nenhuma resposta positiva. Os professores comentaram que este material é uma surpresa e vários mostraram interesse em conhecê-los.

#### **2) Em que este material pode ser útil?**

Respostas/comentários: alguns foram insistentes que para história e geografia é um achado. Nunca soube onde encontrar informações sobre tipo de solo, quantidade de lagos, espécies de peixes, período dos seringais, tipo de povos que habitavam aquele lugar, etc;

Outros comentaram que há vários mitos que podem ser transcritos e utilizado como material de leitura na sala de aula;

#### **3) Na escola onde vocês trabalham existe algum desses documentos?**

Respostas: todas negativas.

#### **-4) Quais as maiores dificuldades da educação no Baixo Madeira?**

Respostas/comentários:

- Adequar calendários em períodos de festejos e períodos de colheita.

- dar suporte aos alunos que caminham na areia no período de seca.

**Deslocamento/transporte** – aprendemos a discutir com a comunidade, inclusive com os marinheiros das empresas que prestam serviços e outros pais experientes nas embarcações a como economizar combustível. Tudo tem que ser bem calculado, um dia de gasto de transporte significa um dia de aula – se precisar de reposição de aula, temos que enviar mais

combustível. O assessoramento pedagógico também gasta muito combustível porque as escolinhas de 1º ao 5º ano são muito distantes umas das outras.

- **Material didático adequado:** desde os I e II Seminário de Educação do Campo que estamos batalhando para melhoria do material. Já avançamos bastante na construção de materiais pelo próprio professor quando planeja sua aula e faz adaptação do livro didático que vem do MEC, mas é preciso avançar nisto.

- **Falta de profissionais habilitados que queiram ministrar aulas nas comunidades mais distantes:** a maioria dos professores assumem o concurso com uma grande expectativa e entusiasmos mas não se adapta à situação da floresta e do rio e desiste. É um caso difícil para secretaria solucionar.

- **De que forma a DIER geralmente resolve os problemas que surgem no dia-a-dia da escola?**

- Já adquirimos o hábito de conversar com a comunidade e eles sempre nos ajudam, como por exemplo, alojar os professores. A alimentação dos professores às vezes é doada pela comunidade, principalmente se um professor está repondo aula e às vezes trabalha intensivamente para atender várias turmas em um único dia. É isso, vamos aprendendo com eles e somos muito criticados também, a comunidade cobra muito, mas é uma grande parceira.



Foto do apêndice G – Mostra de documentos científicos aos professores

Fonte: Dados da pesquisa



Prefeitura do Município de Porto Velho  
Secretaria Municipal de Educação  
Departamento de Educação - DE  
Divisão de Ensino Rural - DIER  
Local: Centro de Formação



Prefeitura de  
Porto Velho  
Cidade de Todos

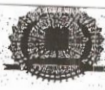
**Lista de Frequência da Reunião com os Professores do  
Projeto Ribeirinho - 29/04/2010**

Nº	NOME	ESCOLA
01	Régis de Lima Rio	
02	Sandra Barilona de Mercês	
03	Demarees Rêgo de Carvalho	
04	Maria Lucina dos Nascimento	
05	Helma da Silva Aguiar	
06	Sandra Maria de Silva	
07	Graciela Pereira da Silva	
08	Rosa Maria Alves de Souza	
09	Flávia Mugrabe	
10	Emilson Rodrigues dos Santos	
11	Silviana Plário e Ferreira	
12	Berenice P. Lima	
13	Eric dos Santos Pereira	
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

# ANEXOS

## ANEXO A – RECRENCIAMENTO DO PROJETO RIBEIRINHO

Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.


**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**HOMOLOGO**  
 Porto Velho, 14.04.2009  
 Epifânia Barbosa da Silva  
 Secretária Municipal

<b>Assunto:</b> Recredenciamento do Projeto Ribeirinho		
<b>Interessada:</b> Secretaria Municipal de Educação		<b>Município:</b> Porto Velho/RO
<b>Relatora:</b> Sonia Maria Gomes Sampaio		
<b>Processo n.º 09. 272.30/CME-08</b>	<b>Parecer n.º 02/CPNA/CME-09</b>	<b>Aprovado em:</b> 14.04.2009

**I - HISTÓRICO**

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho solicitou deste Conselho Recredenciamento para o Projeto Ribeirinho, por intermédio do Ofício nº 4130/ DIER/DE/GAB, de 16 de dezembro de 2008, com entrada dia 29/12/2008.

Após entrada no CME o Projeto foi analisado pela Técnica Gecilda Maria de Oliveira e por esta Conselheira, que solicitaram reformulações, uma vez que o mesmo apresentava-se incompleto. Uma vez reformulado pela SEME D, consta no processo a partir da página 104.

**II - ANÁLISE**

O Projeto consiste no atendimento escolar de alunos do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em localidades ribeirinhas do Eixo Madeira considerando os seguintes aspectos:

**Metodologia Utilizada:** com base na Pedagogia da Alternância e legislação pertinente.

**Localidades Atendidas e Respectivas Escolas:**

- Lago do Cuniã – Escola Municipalizada de Ensino Fundamental Francisco Braga
- Nazaré – Escola Municipalizada de Ensino Fundamental Floriano Peixoto
- Santa Catarina – Escola Municipalizada de Ensino Fundamental Castro Alves
- Papagaios – Escola Municipalizada de Ensino Fundamental Aquiles Paraguassu
- Demarcação – Escola Municipalizada de Ensino Fundamental João de Barros Gouveia

**Escrituração Escolar:** A documentação referente à vida escolar dos alunos matriculados pelo Projeto deverá ser de absoluta responsabilidade da secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias, localizada no Distrito de São Carlos, quanto à guarda, controle e expedição.

Criado pela Lei Orgânica do Município/90, Art. 233, IV, e regulamentado pela Lei Complementar nº 437/01  
 Rua Duque de Caxias, nº 487 – Bairro Calari – CEP 78.900-040  
 Telefone: (69) 39013308

**Coordenação Geral do Projeto:** SEMED/DE/DIER.

**Responsabilidades da Coordenação Geral do Projeto:** regimentalmente, entre outras, consistem





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**HOMOLOGAÇÃO**

Porto Velho, 14.04.2009  
 Epifânia Barbosa da Silveira  
 Secretária Municipal

Processo nº 09.272.30/CME-08, Parecer nº 02/CPNA CME-09, aprovado em 14.04.2009.

**III - VOTO DA RELATORA**

Após Laudo Técnico nº 01/DT/CME-08 feito por Geclida Maria de Oliveira e visita "in loco" para acompanhamento de todo o processo de credenciamento, incluindo as reuniões com diretor e técnico responsáveis pelo Projeto Ribeirinho, e constatar o cumprimento das exigências feitas por este Conselho quanto à anexação de documentação, e ainda com base no artigo 22 da Resolução 09/CME-2006 somos de parecer favorável que o Projeto Ribeirinho seja Recredenciado pelo período de 02 anos observando os seguintes aspectos:

1. O Projeto Ribeirinho deverá ser acompanhado e assistido técnica e pedagogicamente de forma constante pela Divisão de Ensino Rural da SEMED e pelo Conselho Municipal de Educação para fins de correção em processo, caso se faça necessário.
2. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Dias ao expedir documentação escolar referente aos alunos do Projeto Ribeirinho deverá citar este Parecer e respectiva Resolução expedida por este CME.
3. O CME por meio deste Parecer convalida a matrícula e os estudos dos alunos do Projeto Ribeirinho referente ao ano de 2008.

**IV - DECISÃO DA CÂMARA DE PLANEJAMENTO, NORMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO**

A Câmara aprova o Parecer do Relator.

Porto Velho, 07 de abril de 2009.

*Yêda Maria de Melo Baleeiro*  
 Yêda Maria de Melo Baleeiro  
 Presidente

*Sônia Maria Gomes Sampaio*  
 Sônia Maria Gomes Sampaio  
 Vice-Presidente

*Luiz Pereira Braga*  
 Luiz Pereira Braga  
 Conselheiro

*Francisca Lusía Serrão Ferreira*  
 Francisca Lusía Serrão Ferreira  
 Conselheira

**ANEXO C – RELATÓRIO DE QUANTIADE DE EXEMPLARES DE DISSERTAÇÕES** - Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), **agosto, 2010.**

SINGU - MODULO BIBLIOTECA

Page 1 of 2

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Sistema Acervo Balção [ SINGU - MÓDULO BIBLIOTECA ]

Relatório de Quantidades de Exemplares

Data Cadastro Inicial : 01/01/1989 Data Cadastro Final : 18/05/2010

Tipo de Acervo :

Tipo de Acervo	Remover
Dissertação	Remover
Dissertação - UNIR	Remover

Área Conhecimento

- ☐ Ciências Agrárias
- ☐ Ciências Ambientais
- ☐ Ciências Biológicas
- ☐ Ciências da Saúde
- ☐ Ciências Exatas e da Terra
- ☐ Ciências Humanas
- ☐ Ciências Sociais e Aplicadas
- ☐ Engenharias
- ☐ Linguística, Letras e Artes
- ☐ Multidisciplinar
- ☐ Outros

Tipo de Acervo	Área	Total de Obras	Total de Exemplares
Dissertação	Ciências Agrárias	1	1
Dissertação	Ciências da Saúde	3	4
Dissertação	Ciências Humanas	3	4
Dissertação	Ciências Sociais e Aplicadas	1	2
Dissertação	Linguística, Letras e Artes	1	1
Dissertação - UNIR	Ciências Agrárias	1	1
Dissertação - UNIR	Ciências Ambientais	3	1
Dissertação - UNIR	Ciências Biológicas	29	4
Dissertação - UNIR	Ciências da Saúde	19	30
Dissertação - UNIR	Ciências Exatas e da Terra	2	19
Dissertação - UNIR	Ciências Humanas	9	3
Dissertação - UNIR	Ciências Sociais e Aplicadas	12	9
Dissertação - UNIR	Linguística, Letras e Artes	2	12
Total		86	2
			92

## **ANEXO C – I Seminário Municipal de Educação do Campo**

### **CARTA INTENÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO – P. VELHO–**

Dissertação SIMÃO B. P. ATUAÇÃO DAS IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PESQUISA COM EXTENSÃO OU EXTENSÃO COM PESQUISA? – Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), agosto, 2010.

I Seminário Municipal de Educação do Campo

**(PORTO VELHO – PONTA DO ABUNÃ – SÃO CARLOS – CALAMA / 2006)**

### **CARTA INTENÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO – P. VELHO**

A carta de Intenção Municipal para educação do campo de Porto Velho reúne um conjunto de idéias, discussões e proposições de políticas públicas para educação construídas por educadores (as) que atuam nas escolas do campo do Município de Porto Velho e na Secretaria Municipal de Educação, além de representantes de Movimentos sociais e sindicais locais, ONG's, órgãos públicos, entre eles Conselho Municipal e estadual de Educação e MP, e, portanto se caracteriza como um produto da I Seminário de Educação do Campo: “Construindo Proposta Pedagógica com e Para as Escolas do Campo, à luz das Diretrizes Operacionais de Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer no. 36/2001 e Resolução 1/2002 do CNE).

Esta atividade faz parte das ações do Plano Estratégico da SEMED - Porto Velho e tem intenção principal integrar todos os Segmentos representativos das comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino, para que estas participem do processo de análise e discussão em torno das questões que envolvem a atual situação da Educação Pública no município e de forma coletiva e participativa discutam e definam proposições de políticas públicas favoráveis e viáveis para atender as especificidades das escolas e comunidades do campo.



O propósito da SEMED - Porto Velho é que muito mais do que um evento este encontro se caracterize como um dos movimentos m prol a construção de um projeto de educação que ajude a fortalecer a construção de um projeto social maior que vise a paz, a justiça social e a democratização de oportunidades para o desenvolvimento sustentável do campo e do país, e ainda que os principais atores interessados participem dessa construção numa perspectiva de puro propagandismo social.

Dessa forma a SEMED - Porto Velho incentiva e legitima a democratização da gestão e possibilita a definição de entre outras políticas a de construção de um Projeto Político Pedagógico para as escolas do campo, sintonizado com os interesses e necessidades de quem de fato está na ponta, exercendo a função de educador (a) na sala de aula ou gerenciamento administrativo pedagógico e de apoio, que trazem de suas escolas e demais setores as denúncias e reivindicações de seus alunos e demais segmentos da comunidade escolar.

Para continuidade dos trabalhos foi sugerida a constituição de um grupo de trabalho com representatividade dos segmentos participantes do I Seminário para que fosse responsável pela sistematização da Carta de Intenção Municipal. O grupo foi constituído por representantes da equipe multidisciplinar da SEMED- P. Velho, incluindo técnicos do setor de Educação do Campo, Diretores dos quatro Núcleos de Ensino, Gestores Escolares, Professores e Capacitadores das Oficinas do I Seminário de Educação do Campo. Antes de apresentarmos as proposições nós coletivo representativo do I Seminário de Educação do Campo, aproveitamos este espaço para denunciarmos algumas situações que em anos anteriores se perpetuaram como parte da realidade do povo do campo, da floresta e das águas em nosso município;

### *Diagnóstico*

A partir das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo instituída em 03 de Abril de 2001, sobrepõe-se ao Poder Público a necessidade de observar e

contemplar em seu planejamento a diversidade do campo, sobretudo através de ações que contemplem suas especificidades.

Nesse sentido o município de Porto velho, através da Secretaria Municipal de Educação, inicia a partir de 2005, o mapeamento de todas as escolas do campo, bem como de todos (as) os educadores (as) residentes nestas localidades. Inicia o diálogo com os protagonistas que fazem educação do campo, sejam presidentes de associações, membros da comunidade em geral, com os (as) gestores (as) das escolas e de instituições que fazem educação do campo.

Concomitante a essa ação da Secretaria, é instituída a Câmara de Educação do Campo no processo de discussão do Plano Municipal de Educação, onde são convidadas entidades e instituições governamentais e não governamentais para discussão de Políticas Públicas para o Município de Porto Velho. São realizados os primeiros seminários de educação do campo onde educadores (as) discutem um projeto político pedagógico para o campo à luz das diretrizes operacionais para a educação do campo e organizam as propostas para o Município de Porto Velho.

Nesse ínterim, o Planejamento Estratégico Participativo da Secretaria de Educação dá suporte necessário para que seja realizado um diagnóstico completo das principais ações a serem desenvolvidas no campo. Nessa perspectiva são planejadas ações para expansão do sexto ao nono ano, além da consolidação do ensino fundamental de 09 anos, com inserção dos (as) alunos (as) de 06(seis) anos no primeiro ano de ensino. Para que o atendimento aconteça de fato, faz-se necessário a contratação de mais profissionais qualificados, aumento do atendimento com transporte escolar e ampliação de escolas pela Secretaria de Educação e em parceria com as comunidades.

Em todas as formações, seminários e congressos promovidos pela secretaria municipal de educação foram incluídos (as) educadores (as) do campo. Foi ampliado o atendimento de educação física e artes nas escolas do campo e os cursos de especialização contemplaram os educadores (as) das citadas escolas.

Fez parte do processo diagnóstico a realização de visitas às localidades para verificação das demandas que chegaram até a SEMED e somente depois disso procedeu-se o atendimento das solicitações.

**Até 2005, encontrava-se o seguinte quadro descrito pelos educadores (as) do campo:**

**O que temos:**

- ✓ **Fechamento automático de escolas;**
- ✓ Faltam escolas para atender todas as crianças, jovens e adultos;
- ✓ Muitas escolas funcionando com infra-estrutura precária ou inadequada para atender suas demandas educativas;
- ✓ Falta de um Projeto Político Pedagógico da SEMED e conseqüentemente das escolas do campo enquanto política pública que represente de fato as prioridades e necessidades das escolas da Rede Municipal que de fato defina de que forma a SEMED-P. Velho, assegurará:
  - A universalização do acesso
  - A qualidade do ensino
  - A efetiva instalação da Gestão Democrática
  - O reconhecimento da liberdade como princípio norteador de mecanismo que viabilize a autonomia pedagógica administrativa, jurídica e financeira das escolas (descentralização de poder e de recursos)
  - A efetivação de políticas públicas voltadas para valorização profissional que envolve a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, condições dignas de trabalho, incluindo infra-estrutura e logística das escolas do campo, proposta pedagógica sintonizada com as necessidades e especificidades do campo, além de uma política salarial

condizente e coerente com legislação atual e as especificidades que envolvem esta realidade.

Este coletivo reafirma aqui o compromisso de contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação do campo desempenha um papel fundamental para sua consolidação e implementação e para efetivação desse processo apresentamos a seguir as proposições de políticas públicas e estratégias para melhoria da educação do campo, a partir de cada um dos princípios norteadores do P.P.P.:

### **O que Queremos:**

## **PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONSTRUÍDAS COLETIVAMENTE POR EDUCADORES(AS) NO I SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-P.VELHO/SEMED /2006**

### **ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

## **UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO**

1. Efetivar a ação do Projeto Ribeirinho como política da SEMED/PVH, extensiva às comunidades do Baixo Madeira.
2. Expandir gradativamente o atendimento da Educação Infantil e Especial às Escolas do Campo, onde essas modalidades forem necessárias, atendendo com prioridade o Ensino Fundamental do primeiro ao nono ano .
3. **Assegurar a escolarização em todos os níveis e modalidades de ensino (da educação básica ao superior)**, para os alunos do campo no campo – (Poder Público Federal, Estadual e Municipal).

4. Priorizar a construção de um Projeto Educativo integrado a um Projeto Social economicamente justo e ecologicamente sustentável para a comunidade, em consonância com a política nacional de educação ambiental com as resoluções da Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo meio ambiente, através do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”;
5. **Garantir transporte escolar eficiente e suficiente para todos os alunos de todas as modalidades de ensino de todos os níveis e turnos;** - com responsabilidade do poder público Municipal, Estadual e Federal.
6. Assegurar educação profissional de nível técnico voltado para agricultura familiar;
7. **Garantir transporte escolar eficiente e suficiente para todos os professores de todas as modalidades de ensino de todos os níveis e turnos;** - com responsabilidade do poder público Municipal, Estadual e Federal.
8. Assegurar que haja escola onde estão os sujeitos do campo;
9. Assegurar que haja escola no lugar onde estão os sujeitos do campo;
10. Garantir que as escolas abriguem todos os espaços necessários ao pleno desenvolvimento das capacidades dos sujeitos (bibliotecas, áreas de recreação, laboratório de ciências e de informática, além de auditório e/ou espaços semelhantes para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais e sócio-interativas e etc...)
11. Garantir a execução transporte eficiente e suficiente para os alunos e professores, prever programas de capacitação continuada para toda a comunidade escolar e para os condutores e monitores de transporte fluvial e terrestre;
12. **Garantir a disponibilidade permanente de serviços tais como: saúde visual, bucal e fonoaudióloga para os alunos do campo, e de telefonia fixa e celular rural e vigilância para as escolas;** (Poder Público Estadual e Municipal).

13. Garantir a construção de novas escolas do campo dotando de autorização automática;
14. **Implantar o Ensino Fundamental completo em todos os distritos;** (Poder Público Municipal e Estadual).
15. Garantir a criação de centros educativos em alternância, financiadas pelo poder público Municipal e Estadual;
16. Criar e implementar Escolas Pólo onde for extremamente viável e adequar a proposta pedagógica, considerando as especificidades do campo;
17. **Garantir através dos poderes públicos Municipais e Estaduais a criação de Escolas-Família Agrícolas, financiadas pelo poder público;** (Definir metas entre os poderes de acordo com a disponibilidade orçamentária).
18. Garantir a representatividade dos povos da floresta e dos movimentos sociais em todos e quaisquer eventos promovidos pela SEMED;
19. Assegurar pelo Poder público Municipal e Estadual o acompanhamento psicológico para o corpo discente e docente e aos familiares dos alunos, quando necessário;
20. Incluir os povos da floresta nos Seminários e na construção de propostas educacionais no campo;
21. Garantir aparelhamento de todas as escolas do campo com energia e água potável (poço artesiano) materiais adequados para as atividades escolares (mesas, cadeiras, material esportivo e de consumo e expediente, limpeza) máquinas roçadeiras e espaços para esporte e lazer (quadra e parquinho);
22. Garantir uniforme escolar para os educandos;
23. Garantir a continuidade dos Núcleos de Ensino mais próximos das comunidades onde as escolas do campo estão inseridas, com infra-estrutura adequada (recursos humanos, espaço físico, equipamentos e materiais), pra manutenção do trabalho de monitoramento e assessoramento técnico-pedagógico;

24. Assegurar a construção de auditórios e alojamentos adequados nos Núcleos de Ensino para a realização dos eventos e capacitações continuadas;
25. Instituir uma agenda sistemática de reunião de trabalhos entre Diretores de depto. e Núcleos de Ensino;
26. Assegurar a construção de auditórios para os Núcleos de Ensino, para a realização dos eventos e capacitações continuadas.

### **QUALIDADE DO ENSINO (Matrizes Filosóficas, Pedagógicas e Curriculares)**

- 1. Assegurar a criação de uma proposta de monitoria remunerada para os alunos do ensino médio;**
2. Garantir o fornecimento de materiais e manutenção de equipamentos para todas as escolas do campo;
3. Construir (de forma democrática e participativa) e implementar o Projeto Político-Pedagógico de todas as escolas do campo;
4. Garantir a produção de forma coletiva .., reprodução e distribuição de material didático e proposta pedagógica e curricular de acordo com os princípios filosóficos e pedagógicos das diretrizes operacionais para educação nas escolas do campo;
5. Assegurar suporte pedagógico para executar os aspectos sociais e culturais do art. 5º. da LDB;
6. Valorizar o trabalho como princípio educativo para o processo produtivo;
7. Motivar interação entre educador e educando, valorizando os diferentes saberes e experiências;
8. Desenvolver educação do campo voltada para os princípios da sustentabilidade e da cidadania planetária, através do fomento a criação e desenvolvimento de Com-vidas e a construção da Agenda 21 Escolar como mecanismo de emancipação das comunidades escolares.

9. Desenvolver projeto curricular sintonizado com a realidade do campo;
10. Assegurar assessoramento pedagógico contínuo e supervisão continuamente;
11. Desenvolver educação do campo dialogada com o desenvolvimento sócio-ambiental e econômico;
12. Priorizar no currículo escolar e na ação educativa das escolas as discussões em torno do papel de homens e mulheres do campo, seus direitos, deveres, lutas e conquistas;
13. Fortalecer os processos de percepção e formação de identidades dos sujeitos do campo, socializar e produzir diferentes tipos de saberes;
14. Considerar no Projeto Pedagógico as especificidades dos educandos(as) (sua cultura, processo de trabalho, suas aptidões, interesses e necessidades);
15. Considerar os diferentes espaços e os tempos formativos dos sujeitos sociais do campo;
16. Fazer educação vinculada ao trabalho e à cultura histórica e a história dos povos do campo sua história e história de vida;
17. Desenvolver um Projeto Pedagógico que promova o resgate da dignidade das famílias camponesas;
18. Contemplar os saberes acumulados pela prática social dos educandos do campo;
19. Estabelecer um diálogo entre os saberes acadêmicos e locais na proposta curricular (teoria articulada com a prática);
20. Desenvolver uma ação educativa voltada para a preparação dos sujeitos para que estes atuem em diferentes espaços de convivência social e na realidade do campo;
21. Incluir nos processos formativos do P.P.P. conteúdos e estratégias para trabalhar o papel social da escola e da família e a integração família-escola;
22. Reformular o currículo das escolas do campo e incluir os conteúdos referentes à agricultura camponesa geologicamente sustentável;



23. Desenvolver conteúdos curriculares e metodologias apropriadas aos interesses e necessidades de educando(as) do campo;
24. Assegurar a aquisição de equipamentos de informática para as escolas do campo;
25. Garantir a contratação de servidores capacitados na área de supervisão escolar para as escolas do campo;
26. Respeitar a pluralidade cultural local (com suas variações) contemplando estes aspectos na formação dos professores;
27. Garantir que em cada localidade, os professores e a comunidade tenham acesso a bons livros;
28. Garantir a implementação tecnológica nas instituições educacionais do campo;
29. Incluir no currículo escolar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem as manifestações culturais e experiências extra-escolares, o resgate de histórias de vida e regional;
30. Garantir a distribuição do material didático bem sucedidos de projetos educativos voltados as escolas do campo;

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA**

1. Priorizar a Gestão integrada entre escola e comunidade e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável do campo;
2. Ampliar a parceria com instituições públicas e privadas, ONG's e movimentos sociais para a captação de recursos para o campo;
3. Incentivar e valorizar a participação da comunidade nos processos educativos da escola;
4. Fortalecer e implementar a Gestão Democrática na escola através de consultas, referendos, seminários e outros;

5. Fomentar Programas de Capacitação Continuada para pais e lideranças locais, integradas à proposta pedagógica da escola em parcerias com Instituições locais;
6. O Poder Público Municipal e Estadual incumbir-se-ão de Elaborar e desenvolver proposta pedagógica, de forma coletiva com os educadores do campo voltada para o atendimento de salas multisseriadas;
7. Desenvolver ação articulada entre SEMED, outras Secretarias e comunidades escolares para garantir a manutenção de estradas e pontes e a fiscalização das empresas de transporte escolar; Estabelecer parcerias com outros órgãos e setores públicos e privados para melhoria da infra-estrutura do campo (estradas, energia, a saúde, transporte, correio e telecomunicação);
8. **Garantir a realização de eleição direta da escola para Diretores das escolas, pela própria comunidade escolar;** (de acordo com a legalidade)
9. O Poder Público Municipal e Estadual deverá instituir programas de incentivo a produção da agricultura familiar local objetivando a aquisição de produtos agrícolas alternativos para reforço da alimentação escolar no campo;
10. Realizar capacitação continuada para o corpo técnico, educadores (as) nas questões relativas às dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica;
11. O Poder público Municipal e Estadual deverá regularizar a situação das escolas municipalizadas no prazo de até um(01) ano a partir da vigência deste Plano, garantindo a observância do regime de colaboração para o atendimento a educação do campo;
12. Estabelecer parcerias entre escola, comunidade, movimentos sociais, buscando a reeducação ambiental que favoreça o desenvolvimento social ecologicamente sustentável e economicamente justo nas comunidades do campo;

13. As escolas do campo deverão após instituído os programas de incentivo a produção agrícola familiar, realizar a aquisição da alimentação escolar valorizando os produtos agrícolas locais de associações rurais localizadas no entorno da escola;
14. O Poder Público Municipal e Estadual e a equipe gestora da escola buscará alternativas para o exercício do princípio da autonomia na definição do Calendário Escolar, considerando a realidade e peculiaridade do campo, de acordo com a legislação em vigor, o PPP e o regimento escolar;
15. Dotar as escolas de autonomia tomando por base as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica para desenvolvimento efetivo de seus Projetos Político-Pedagógicos de acordo com a legislação vigente;
16. Priorizar a produção e utilização de material didático pelos sujeitos do campo, adequados à realidade das escolas do campo, garantindo no orçamento da Secretaria Municipal de Educação recursos para publicação e aquisição;
17. Dotar os Núcleos de Ensino com recursos técnico-administrativos e estrutura física, preferencialmente própria, para exercer a autonomia na expedição de documentação referente à vida escolar dos educandos(as);
18. Garantir que na criação de cada nova escola conceda-se, em oficial, autorização de funcionamento;
19. Garantir um representante da escola do campo no Conselho Municipal de Educação, escolhido pela comunidade escolar do campo;

## **VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

1. Qualificar os professores e capacitar continuamente para trabalharem com os educandos(as) com necessidades educativas especiais;

2. Capacitar continuamente todo o corpo técnico e educadores(as) das escolas sobre as especificidades da educação do campo;
3. Garantir Auxílio Transporte campo/cidade para todos os funcionários da educação do campo, sempre que convocados e para capacitação;
4. Garantir Cursos de Graduação em todas as áreas do Conhecimento para professores de educação do campo;
5. Propiciar aos professores e demais segmentos da comunidade escolar, conhecerem pedagogias inovadoras e que ajudem na organização do trabalho escolar;
6. Assegurar condições dignas de trabalho para os professores(as) e demais profissionais da educação do campo, especialmente as escolas multisseriadas, disponibilizando auxiliar responsáveis pelos serviços gerais nas escolas;
7. Garantir a reformulação do Plano de Carreira Cargos e Salários para os funcionários da educação;
8. Assegurar no orçamento anual recursos para manutenção da estrutura física das escolas do campo;
9. Garantir a contratação de profissionais habilitados em Língua estrangeira (Inglês e Espanhol) para atuarem nas escolas do campo;
10. Assegurar a capacitação e formação para todos os profissionais da educação campo em Primeiros Socorros, Estatuto da Criança e do Adolescente, Relações Humanas e Legislação nas escolas seriadas e multisseriadas;
11. Proporcionar condições de alojamento para professores que não residem no campo, e atuam em projetos especiais e temporários;
12. Garantir a complementação da carga horária de 25 para 40 horas semanais dos professores que atuam nas escolas do campo, desde que haja alteração salarial proporcional;

13. Assegurar o pagamento de gratificações diferenciadas para educadores e demais servidores que atuem nas escolas do campo, considerando as distâncias e as condições de acesso, observando a seguinte proporção: 50% para todos e acréscimos gradativos de 10 a 30% conforme as especificidades; (De acordo com a legalidade e disponibilidade orçamentária)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)